



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**ESTUDANTES EM MOVIMENTO (FORTALEZA, 1969 – 1979)**

Niedja Lima Torres Portugal

FORTALEZA

2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**ESTUDANTES EM MOVIMENTO (FORTALEZA, 1969 – 1979)**

Niedja Lima Torres Portugal

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.  
Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

FORTALEZA

2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

## **ESTUDANTES EM MOVIMENTO (FORTALEZA, 1969 – 1979)**

Niedja Lima Torres Portugal

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos professores:

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (orientador)

---

Prof. Dra. Kenia Sousa Rios

---

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá

P886e Portugal, Niedja Lima Torres  
Estudantes em movimento: Fortaleza, 1969-1979 / Niedja Lima Torres Portugal;  
Frederico de Castro Neves (orientador). – 2008.

132f. : il.; 30 cm

Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará.  
Departamento de História, Fortaleza-CE, 2008.  
Orientador: Frederico de Castro Neves.

1. Movimentos estudantis – História - Fortaleza (CE) – 1969-1979. 2. I. Neves,  
Frederico de Castro. II. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História. Curso de  
Mestrado em História Social.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, pelo apoio e confiança neste trabalho. Sem a estrutura proporcionada por eles, esta pesquisa não teria sido possível.

Agradeço a meus entrevistados: Bráulio Eduardo Pessoa Ramalho, Elísio Cartaxo, Fausto Nilo Costa Júnior, Francisco José Pinheiro, Helena Serra Azul Monteiro, João Alfredo Telles Melo, José Ricardo Brígido de Moura, Luis Carlos Paes de Castro, Maria Cláudia Ponte Lima, Rosa Maria Ferreira da Fonseca, Walda Viana Brígido de Moura. Graças à generosidade destes em falar de suas experiências esta pesquisa se tornou mais rica.

Agradeço ao Arquivo Geral da Universidade Federal do Ceará, à Federação Universitária Cearense de Esportes, à Secretaria do Conselho Universitário, ao Núcleo de Documentação Cultural da UFC, ao Instituto da Memória do Povo Cearense, à biblioteca do Departamento Nacional da Obras Contra a Seca, à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Especialmente à D. Gertrudes, no Núcleo de Microfilmagem da Biblioteca Pública e à D. Nazaré e Seu Hilário, da secretaria do CONSUNI, pela ajuda durante a pesquisa.

Agradeço a todos os meus professores no Mestrado em História Social da UFC e na graduação em História Licenciatura Plena pela UECE. Em especial ao Prof. Edmilson Alves Maia Júnior, pela orientação durante a monografia de fim de curso, à Prof. Kenia Sousa Rios, que desde a defesa da monografia acompanha este trabalho, e ao Prof. Frederico de Castro Neves, orientador desta pesquisa, pela paciência nesses meses de trabalho.

Agradeço a todos os meus amigos que direta e indiretamente me ajudaram nessa trajetória.

Agradeço à Suprema Personalidade de Deus, que me deu a oportunidade de realizar este trabalho, força para seguir em frente nos momentos difíceis e serenidade para fazê-lo da melhor forma possível.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

Tem dias que a gente se sente  
 Como quem partiu ou morreu  
 A gente estancou de repente  
 Ou foi o mundo então que cresceu  
 A gente quer ter voz ativa  
 No nosso destino mandar  
 Mas eis que chega a roda-viva  
 E carrega o destino pra lá  
 Roda mundo, roda-gigante  
 Roda-moinho, roda pião  
 O tempo rodou num instante  
 Nas voltas do meu coração.

A gente vai contra a corrente  
 Até não poder resistir  
 Na volta do barco é que sente  
 O quanto deixou de cumprir  
 Faz tempo que a gente cultiva  
 A mais linda roseira que há  
 Mas eis que chega a roda-viva  
 E carrega a roseira pra lá  
 Roda mundo, roda-gigante  
 Roda-moinho, roda pião  
 O tempo rodou num instante  
 Nas voltas do meu coração.

A roda da saia, a mulata  
 Não quer mais rodar, não senhor  
 Não posso fazer serenata  
 A roda de samba acabou  
 A gente toma a iniciativa  
 Viola na rua, a cantar  
 Mas eis que chega a roda-viva  
 E carrega a viola pra lá  
 Roda mundo, roda-gigante  
 Roda-moinho, roda pião  
 O tempo rodou num instante  
 Nas voltas do meu coração.

O samba, a viola, a roseira  
 Um dia a fogueira queimou  
 Foi tudo ilusão passageira  
 Que a brisa primeira levou  
 No peito a saudade cativa  
 Faz força pro tempo parar  
 Mas eis que chega a roda-viva  
 E carrega a saudade pra lá  
 Roda mundo, roda-gigante  
 Roda-moinho, roda pião  
 O tempo rodou num instante  
 Nas voltas do meu coração.

“Roda Viva”, de Chico Buarque, 1967.

## RESUMO

Este trabalho trata das experiências dos estudantes da Universidade Federal do Ceará entre os anos de 1969 e 1979. Num contexto em que, pelo recrudescimento da ditadura, o movimento estudantil se viu espoliado das suas entidades representativas, os estudantes reinventaram seus espaços e suas atuações. Assim, os estudantes em movimento mantiveram o movimento estudantil buscando sempre criação de novos espaços e a possibilidade de existência das entidades. Através de entrevistas, jornais, documentos da Universidade Federal do Ceará e da legislação concernente ao movimento estudantil do período, procuramos reconstruir a memória de um movimento atuante e importante para a universidade e para a sociedade onde se insere.

Palavras-chave: movimento estudantil, memória, ditadura.

## **ABSTRACT**

This work deal with the experiences of the Universidade Federal do Ceará's students between the years 1969 and 1979. In a context of dictatorship, the student movement was spoiled of his representatives bodies, so the students invented their spaces and acting. On this way, the students in movement kept their social movement. Through interviews, newspapers, documents from Universidade Federal do Ceará and legislation, we try to rebuild the memory acting important for the university and society.

Key-words: Student movement, memory, dictatorship

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: Novos Espaços de Atuação Estudantil.....	25
1.1 Ruptura com o modelo anterior.....	25
1.2 Legislação Repressiva: possibilidades e limites.....	33
1.3 A utilização dos espaços permitidos: a Representação Estudantil.....	46
Capítulo 2: Espaços Alternativos de Atuação Estudantil.....	57
2.1 Mentes sãs em corpos sãos.....	57
2.2 Para além dos muros da universidade.....	66
2.3 Culturas, debates e resistências.....	77
Capítulo 3: (Re)Organização das Entidades: Cotidiano e Experiências.....	87
3.1 O espaço cotidiano da universidade.....	87
3.2 (Re)Abertura, (Re)Construção, (Re)Organização: o refazer das entidades estudantis.....	100
3.3 1968, o ano que não terminou: mito e construção de identidades.....	115
Conclusão.....	122
Fontes.....	127
Bibliografia.....	132

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa desenvolvida no mestrado teve início ainda na graduação. Foi no decorrer do Seminário “Revisitando 1964: memórias e reflexões” que tiveram início as inquietações acerca da força do movimento estudantil no período da ditadura militar<sup>1</sup>. Ao ingressar na pós-graduação, o desafio era aprofundar as questões, ampliar as problemáticas e alargar o corpus documental. Logo de início, os arquivos da Universidade Federal do Ceará se impuseram como uma necessidade para a busca dos indícios dos estudantes que buscavam espaços de atuação na UFC no contexto da ditadura.

Durante os quatro primeiros anos de regime militar no Brasil, os estudantes se fizeram ouvir e respeitar. Atores de um movimento social<sup>2</sup> forte e atuante são personagens constantes na luta contra a ditadura militar. Especialmente no ano de 1968, a visibilidade do movimento estudantil era ao que mais se destacava no contexto vigente.

Em 13 de dezembro de 1968, o governo baixa o Ato Institucional nº5 e então, um movimento estudantil fruto de período de efervescência política e cultural, que aparecia como protagonista nos jornais e livros, some da cena pública, das manchetes e das páginas da história. No rastro do AI-5, foram implementadas medidas repressivas específicas para os estudantes. O Decreto-Lei 477 (de 26 de fevereiro de 1969) punia com a suspensão por três anos os estudantes envolvidos em atividades subversivas e tratava também da punição de professores e funcionários nas mesmas circunstâncias. O Decreto-Lei 228 (de 28 de fevereiro de 1967) fechou as entidades estudantis, colocando a cargo das universidades a escolha de uma representação estudantil mais adequada a seus interesses.

A partir deste ponto começa o silêncio historiográfico sobre o movimento estudantil. E é a partir deste ponto que o presente trabalho, buscando desconstruir esse silêncio, procura interpretar a história dos estudantes que repensaram e refizeram suas práticas, buscando brechas no esquema repressivo onde pudessem se movimentar em busca de espaços legítimos de atuação. Da experiência desses

---

<sup>1</sup> Este seminário se deu de 29 de março a 02 de abril de 2004, na Universidade Federal do Ceará

<sup>2</sup> Para a caracterização do movimento estudantil como movimento social, ver MELUCCI, Alberto apud FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996. (pgs 3 e ss.).

estudantes, seus erros e acertos, suas rupturas e permanências, o movimento estudantil se rearticulou e se reorganizou, num processo que culmina nacionalmente com a reabertura da UNE<sup>3</sup>, e, em nosso estado, com a reabertura do DCE/UFC<sup>4</sup>, ambos ocorridos em 1979.

Trabalhar com um objeto como os espaços de atuação estudantil no período de maior repressão da ditadura instaurada pelo golpe civil-militar de 1964 surge como tema e problemática não só por ser um processo que ainda não se concluiu, pois as disputas de memória em torno do tema continuam. Mas principalmente, porque é um tema que exerce muita influência na vida do país e que não foi suficientemente debatido.

Na história recente do Brasil, temas ligados ao período da ditadura militar recorrentemente surgem à tona em livros, jornais, revistas, filmes ou programas de televisão. Também é comum vermos pessoas públicas evocarem seus dourados tempos de militância no movimento estudantil como prova de seu engajamento nas lutas sociais. Certamente, os 21 anos de ditadura militar em nosso país deixaram diversas marcas, e muitas ainda não cicatrizaram. Sendo assim, entender os conflitos na construção da memória do período se mostra imprescindível para a formulação de nosso objeto.

Daniel Aarão destaca quatro grandes campos principais da memória sobre o período da ditadura civil-militar brasileira e as esquerdas. O primeiro busca a conciliação entre passado, presente e futuro, fala da luta de militantes fracos e ingênuos contra um regime indestrutível. A essa visão se ligam os trabalhos *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira; *1968, o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura; e *Os carbonários – memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Syrkis. O segundo campo se centra na investigação da repressão política e se volta para a disputa que resultou no massacre de militantes pelo Estado. A esse grupo se filiam as obras de Jacob Gorender, *O combate nas trevas*; e de Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira*. O terceiro campo de memória está voltado para a análise de uma elite alternativa, tratando das lutas de grupos para tomar o poder e pôr em prática seus projetos pautados pelo socialismo. A este campo está filiada a visão de Daniel Aarão. Um quarto campo, ainda não tão desenvolvido, aborda a

---

<sup>3</sup> União Nacional dos Estudantes.

<sup>4</sup> Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará.

existência de um ethos centrado na identidade estudantil, presente nos protestos e passeatas<sup>5</sup>.

Através da problematização de Aarão, percebemos a necessidade de identificar e analisar ênfases e silêncios acerca das lutas e experiências do período. Tanto para os que viveram aquela época quanto para os que depois passaram por qualquer experiência de militância, evocar as passeatas e as mobilizações dos anos 1960 e 1970 cria a ilusão de uma proximidade que não pode ser alcançada. Mas ao mesmo tempo, retoma laços e vínculos que não foram totalmente desfeitos.

Para muitos, o emblemático ano de 1968, que de certa forma representa e condensa as lutas daqueles anos no Brasil e no mundo, não terminou<sup>6</sup>. Era o tempo das grandes passeatas e por todos os lados pipocavam manifestações, palavras de ordem, pichamentos. E por toda a parte, eram os estudantes que saíam às ruas arrastando multidões, defensores de uma cultura revolucionária.

Trabalhar com essa memória exige um grande esforço para a compreensão das falas, que muitas vezes entram em conflito. A partir da subjetividade das narrativas, buscamos entender tensões, caminhos, decepções no modo como os militantes ressignificam as próprias experiências, construindo uma memória em constante evolução que acompanha esses indivíduos por toda sua vida.

Assim, temos um caldeirão onde se misturam elementos de repressão e uma crescente efervescência política. Correntes políticas diversas se mesclam. Estudantes em conflito buscam por espaço de luta e de expressão, de reivindicar e de brincar. Unindo política e cultura, luta e lazer, procurava-se trazer de volta à Universidade Federal do Ceará o movimento estudantil de massas, forte e atuante.

Uma fonte privilegiada no presente trabalho é a fonte oral. Para compreender os estudantes em movimento e nos aproximarmos de suas práticas através de “Índícios imperceptíveis para a maioria”<sup>7</sup>, a memória construída em torno dos complicados anos 1970 é fundamental. Cientes de que a proximidade com estes

---

<sup>5</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. (p. 31 – 45). Aarão trabalha com a questão da memória também em outros trabalhos: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

<sup>6</sup> Referência ao livro biográfico VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

estudantes é ilusória e de que devemos “respeitar o resíduo de indecifrábilidade”<sup>8</sup>, procuramos através das entrevistas melhor conhecer e compreender os estudantes que estavam em movimento na UFC no período estudado.

Neste caso, a história oral, no equilíbrio entre o pessoal e o social, “expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade”<sup>9</sup>. Vemos no relato um meio de alcançar resquícios das vidas daqueles estudantes. A opção de se trabalhar com memória nos leva a pensar o trabalho com a fonte oral não só como metodologia ou técnica. Para além das respostas que nos proporciona, seus problemas e indagações contribuem para entrever as práticas estudantis através da memória de ex-militantes do movimento estudantil, analisando as falas e os silêncios.

Desta forma, oralidade e memória são conceitos importantes para pensar o nosso objeto. Procuramos buscar nas falas de ex-militantes do movimento estudantil mais do que simplesmente as informações que não constam na documentação escrita. Buscamos as construções em torno do período, as disputas políticas de ontem que hoje aparecem como disputas de memória, o contraponto ao discurso elaborado sobre os estudantes. Para tanto, Portelli e Pollak foram contribuições ricas, bem como o estudo de Vasconcelos sobre os militantes de esquerda cearenses no período da ditadura<sup>10</sup>. Ao resgatar as memórias dos ex-militantes, o objetivo é apreender sua visão, sua vivência, sua experiência:

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a visões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. (...) A memória é um processo individual, que ocorre em um meio

---

<sup>8</sup> GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>9</sup> PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 22, 2001. (pg. 14)

<sup>10</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 15, pg. 13-33, 1997. PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos. Memórias Possíveis dos Trabalhadores. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº10, pg.41-58, 1993. PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 22, pg.9-36, 2001. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, nº. 3, pg. 3-15, 1989. POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº. 10, 1992. VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do silêncio: Militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: UFC Edições, 1998.

social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados.<sup>11</sup>

Assim, vendo a história oral como gênero, buscamos através da memória indícios das práticas e lutas estudantis já perdidas, mas com as quais o movimento estudantil ainda guarda vínculos. Pois o historiador, como profissional da história, é também um profissional da memória, e deve ter em mente que “a memória é sempre uma leitura do vivido”<sup>12</sup>. Desta forma, lembrança e esquecimento se tornam importantes na dinâmica da constituição da memória das pessoas e do período. Logo:

A memória coletiva, tal como a memória individual, não conserva precisamente o passado, reencontra-o ou reconstrói-o incessantemente, partindo no presente. Toda memória é um esforço.<sup>13</sup>

Os estudantes em movimento nas alternativas de representação discente no período de maior repressão da ditadura militar viveram experiências ímpares, quando um momento histórico de exceção os levou a um caminho diferente daquele em que estavam trilhando. Foram assim obrigados a refazer suas práticas e lutar para garantir e ampliar seus espaços de atuação. Estas experiências estudantis levaram à reorganização das entidades representativas dos estudantes da UFC.

Em nossa pesquisa sobre o movimento estudantil na Universidade Federal do Ceará nos anos de 1969 a 1979, período em que a repressão aos universitários cearenses foi recrudescida, a opção pela História Social de matriz inglesa como pressuposto teórico se mostra uma perspectiva enriquecedora. Para melhor compreender os estudantes, a luta pelo seu espaço de atuação política dentro da universidade e a memória elaborada sobre o período, é preciso colocar como ponto principal de nossa abordagem o sujeito como agente do processo histórico e sua ação.

---

<sup>11</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 15, 1997. (pg. 16)

<sup>12</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar*. Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998. (pg. 204)

<sup>13</sup> BLOCH, Marc. *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998. (pg. 227)

Não podemos pensar o movimento estudantil, nem qualquer outro movimento social, como uma categoria estática. Partindo da perspectiva de que os conceitos são ferramentas para o entendimento de nosso objeto, mas que nunca devem estar acima da empiria que podemos entrever através da documentação, entendemos que a teoria não pode prevalecer sobre o movimento estudantil vivido naqueles dias. Pensamos “movimento estudantil” como uma categoria histórica, que se origina de processos sociais em espaço e tempo determinados. O movimento estudantil é fruto das lutas e conflitos em que está inserido.

Auxiliam a nossa compreensão do movimento estudantil dois conceitos de grande valia. Um deles é o conceito de experiência desenvolvido por E. P. Thompson. Pensando a classe operária, ele desenvolve uma reflexão que insere a experiência humana na História:

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a *verdadeira* formação de classe em um certo *estágio* do processo.<sup>14</sup>

Desta forma, entendemos o fazer-se do movimento estudantil como resultado da experiência dos estudantes na Universidade Federal do Ceará no período que se estende de 1969 a 1979, quando as entidades estudantis foram fechadas e a atuação política proibida no interior da universidade. Esta experiência era radicalmente diferente daquela do movimento estudantil no período imediatamente anterior, que vai até 1968. Também o movimento estudantil no Ceará assume feições que pouco se parecem com os exemplos mais discutidos e difundidos, como nos casos do Rio de Janeiro e São Paulo. Estes exemplos acabaram por gerar “modelos” ou “perfis” nos quais não se consideram as especificidades regionais. Buscamos o movimento estudantil universitário cearense não através de modelos, mas sim através das fontes, nas memórias de ex-militantes, nos jornais, no *corpus* documental produzido pela universidade: em suma, na empiria, e não na teoria.

---

<sup>14</sup> THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas- SP: Editora UNICAMP, 2001. (pg 277). Grifos do autor.

A partir do pensamento de Thompson sobre o conceito de experiência vemos melhor como os estudantes, através de suas experiências, se organizam, se mobilizam, e assim, reconstróem suas entidades: através de suas práticas nas representações estudantis e de atividades culturais. Compreendemos sob diversos ângulos o (re) fazer-se do movimento estudantil. Assim, a luta e a organização dos estudantes se fizeram em vários lugares, cotidianamente:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo (experiência humana)- não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>15</sup>

Outro importante conceito é o de movimento estudantil desenvolvido por Maria da Conceição Fraga, em diálogo com a definição de movimento social segundo Alberto Melucci, em seu trabalho sobre os estudantes manauaras na década de 1970. Estes conceitos nos ajudam a pensar o nosso objeto, o movimento estudantil, como agente do processo histórico. De acordo com a autora:

Compreendemos por Movimento Estudantil o movimento social surgido a partir das ações coletivas organizadas pelos estudantes, baseadas na solidariedade, construídas na identidade da condição de estudante, desenvolvendo conflito entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação.<sup>16</sup>

Em sua análise, Fraga estabelece como particularidades do movimento estudantil a possibilidade de ser a primeira participação de forma organizada na sociedade, a temporalidade da condição de estudante e o caráter geral de suas bandeiras de luta.

---

<sup>15</sup> THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Pg. 182.

<sup>16</sup> FRAGA, Maria da Conceição de. *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996. (pg 4).

O movimento estudantil é uma categoria histórica construída a partir de observações concretas, e não uma categoria abstrata. As reflexões de Maria da Conceição Fraga nos ajudam na compreensão dos indícios captados nas fontes, não é uma imposição de um quadro teórico deformador da realidade. A falta de conexão entre teoria e empiria leva a formas inadequadas de relacionar os conceitos abstratos com a vida vivida. Em muitos casos, os historiadores vêm tentando moldar os “fatos” aos seus “modelos”. Discordando dessa prática, vemos nos conceitos ferramentas para o nosso trabalho de pesquisa e análise, escapando assim do “espartilho” teórico que, ao amarrar e modelar as experiências concretas, asfixia as particularidades da realidade. Os estudantes e seu movimento social se fizeram no decorrer dos acontecimentos. Abandonando essa visão que coloca a teoria acima da empiria, buscamos nos aproximar das peculiaridades do movimento estudantil universitário cearense, peculiaridades estas que jamais poderiam ser alcançadas através de modelos, quaisquer que sejam.

Ao falar de movimento – movimento social, movimento de oposição, movimento estudantil – devemos ter em mente que “movimento” implica em ação e em relação. O movimento estudantil no período destacado em nosso trabalho é a ação dos estudantes em relação a uma estrutura de representação estudantil imposta por uma série de medidas repressivas. Logo, o conceito de movimento estudantil é um conceito relativo, que se faz a si mesmo assim como ele é feito pelo contexto histórico em que se insere. Essa compreensão traz consigo a noção de relação histórica: a observação do movimento estudantil só se dá em um decorrer de tempo, ao se desenrolar uma ação, em suma, em um “acontecendo”.

Para o melhor entendimento deste acontecendo é que “experiência” e “movimento estudantil” são conceitos que se adequam ao nosso objeto, pois contribuem para a análise das práticas dos estudantes como ações sociais, e destes estudantes como sujeitos produtores da História.

Trabalhando os espaços alternativos de atuação estudantil dentro da universidade sentimos a necessidade de uma compreensão ampliada do fenômeno político. Utilizando para suas práticas políticas espaços que até 1968 eram despolitizados e até mesmo apolíticos, após o fechamento das entidades os estudantes diversificam suas possibilidades para vencer a multiplicação dos obstáculos. Outros espaços surgem, assim como outras formas de atuação. A

política passa então para vários outros lugares, o que nos leva a diversificar nosso olhar.

Assim, vemos também a necessidade de ver a história política por um novo viés. Uma nova história política que amplia a visão do político e que muito se distancia da tríade nome/ fato/ data. Uma nova acepção do político, que perpassa diversas áreas e interage com elas. Não uma história política que fica na superfície dos acontecimentos, mas que se vincula ao econômico, ao social e ao cultural, como esclarece Rémond<sup>17</sup>.

Para contemplar todas essas discussões, pensar o sumário da dissertação foi um desafio. Os temas foram organizados levando-se em consideração os espaços de atuação estudantil. Desta forma identificamos espaços novos, espaços inventados e espaços reconstruídos.

Estes não são somente categorias de análise, mas sim formas de associativismo encontradas no âmbito da Universidade Federal do Ceará em torno de atividades onde os estudantes podiam tomar parte e que, apesar das restrições encontradas em plena ditadura militar, conseguiam se expressar e se mobilizar.

Como espaços novos, entendemos os espaços criados pela legislação repressiva buscando enquadrar o movimento estudantil. A perda das formas de representatividade e a imposição de um novo sistema de representação discente figuram rupturas e permanências no universo das práticas estudantis. Por espaços inventados, compreendemos espaços de atividades outras, que não prioritariamente políticas, mas que, por fim, congregavam os estudantes e que proporcionavam a reunião, o debate, a expressão e a luta por melhores condições de ensino. Espaços reconstruídos seriam aqueles que, negados, foram aos poucos sendo retomados pelos estudantes.

No primeiro capítulo, nosso foco se volta para os espaços novos de atuação estudantil. Com o fechamento das entidades representativas estudantis a partir da legislação repressiva imposta após queda do Congresso de Ibiúna da UNE<sup>18</sup>, os

---

<sup>17</sup> RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

<sup>18</sup> Apesar do Decreto-Lei 228, que reformula a organização estudantil, ter sido aprovada em 28 de fevereiro de 1967, ela só foi posta em prática em conjunto com leis aprovadas entre o final de 1968 e o início de 1969, como a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior (mais conhecida como Lei da Reforma Universitária, só foi implantada em 1969) e o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de

estudantes buscaram brechas na representação discente permitida. No caso da UFC, essa representação permitida se dava através dos representantes discentes no Conselho Universitário, nos Conselhos de Centro e nos Conselhos Departamentais.

Na primeira parte, pretendemos discutir a ruptura provocada pela repressão no movimento estudantil. O recrudescimento da ditadura e a criação de uma legislação repressiva específica geraram uma ruptura nas práticas às quais os estudantes costumeiramente lançavam mão. O modelo de organização e de atuação, até então levado a efeito, teve de ser abandonado bruscamente e dentro de uma estrutura repressiva mais rígida, os estudantes tiveram de repensar e refazer suas práticas.

Na segunda parte do primeiro capítulo, vamos nos concentrar na análise da legislação repressiva imposta aos estudantes. Dentre decretos-lei, leis, estatutos e regimentos, tentaremos compreender os limites e as possibilidades dos estudantes na atuação política na universidade.

Na terceira e última parte, buscamos entender a utilização dos espaços permitidos pelos estudantes, analisando, para tanto, a atuação da representação estudantil no Conselho Universitário. Sendo este o órgão máximo da administração universitária, é palco privilegiado para aqueles estudantes que utilizavam os espaços tradicionais de atuação.

No segundo capítulo, nossa atenção se concentra nos espaços inventados de atuação estudantil. Por espaços alternativos entendemos espaços que só passaram a ser vistos como possíveis para a mobilização estudantil após o fechamento das entidades estudantis. Muitos destes espaços foram criados pelo regime ditatorial com o objetivo de desmobilizar politicamente os estudantes, como o incentivo ao esporte universitário e os programas de extensão. Mas estas eram oportunidades para os estudantes se encontrarem, discutirem suas realidades e se unirem para tentar modificá-las. Surgiam então novas áreas de atuação estudantil.

No primeiro tópico vamos nos aprofundar na questão do esporte universitário, organizado dentro da UFC através das associações atléticas (na primeira metade da década de 1970, por curso, na segunda metade, por centro<sup>19</sup>) e da Federação Universitária Cearense de Esportes, órgão máximo do esporte universitário cearense,

---

ensino público ou particulares. Podemos citar também o Ato Institucional nº 5, muito embora este não se voltasse especificamente ao movimento estudantil.

<sup>19</sup> Com a Reforma Universitária de 1969, foi implantado na UFC a divisão por áreas do conhecimento, sendo que a divisão fica desta forma: Centro de Ciências, Centro de Humanidades, Centro de Tecnologia, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Esta reorganização somente foi concluída com o estatuto de 1975.

ao qual eram filiadas associações atléticas e entidades afins inclusive de outras universidades. Procuramos as formas que os estudantes se utilizavam deste espaço e as visões de juventude sadia professadas nos jornais.

No segundo tópico deste capítulo, buscamos entender a relação dos estudantes com programas de extensão como o Projeto Rondon e Operação Mauá, realizados pelo governo federal, e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária do Ceará – CRUTAC-CE, levado a efeito pela Universidade Federal do Ceará. Estes programas, além de serem oportunidades de por em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade, juntavam estudantes das mais diversas partes do país. Também vale ressaltar que eram iniciativas de forte conteúdo ideológico<sup>20</sup>. Aproveitamos este espaço para conhecer melhor a disciplina criada pela ditadura para os estudantes universitários, também com clara mensagem ideológica: Estudos de Problemas Brasileiros. Questionamos-nos acerca das propostas apresentadas e da utilização destas pelos estudantes.

Finalizando este capítulo, no terceiro tópico outras iniciativas alternativas de mobilização dos estudantes, como os encontros de área (como os encontros dos estudantes de determinado curso e suas respectivas federações, que tiveram início justamente nos anos 1970), seminários acadêmicos e festivais. Estes eram momentos de troca de experiências, momentos em que os estudantes discutiam os problemas que enfrentavam nas universidades e buscavam juntos soluções para dificuldades em comum.

No terceiro capítulo, nosso objetivo será entender como os estudantes, atuando nos limites do permitido e reconstruindo seu espaço, reorganizaram as entidades representativas. Neste capítulo, as atuações nos espaços tradicionais e alternativos se unem para buscar, nas fronteiras do sistema, a reabertura das entidades representativas estudantis.

No primeiro tópico, procuraremos indícios da atuação das organizações de esquerda na UFC: quais eram, qual seu alcance, que tipo de atividade promoviam, que direcionamento propunham para os estudantes; em suma, as iniciativas dentro do contexto repressivo e a participação dos estudantes nestas. Também será o momento para analisarmos mais pormenorizadamente as disputas de memória identificadas nas entrevistas. Como muitas das disputas no campo da memória traduzem disputas

---

<sup>20</sup> Podemos lembrar que o lema do Projeto Rondon, que tem esse nome em homenagem ao Marechal Rondon, era “Integrar para não entregar”.

políticas e/ ou disputas de poder, entendemos que compreenderemos melhor as lutas entre diferentes organizações que buscavam seu espaço dentro da UFC, se pudermos compreender como estas passaram hoje para o confronto de diferentes visões e versões do passado.

No segundo tópico do terceiro capítulo, vamos analisar o caminho percorrido pelos estudantes em movimento para reorganizarem o movimento estudantil e reabrirem suas entidades representativas. Nesse momento, diversas práticas de diferentes espaços, alternativos e tradicionais, se mesclam na mobilização estudantil que culmina na reabertura do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará. As disputas nesse meio e a ação nas fronteiras do sistema representativo permitido contribuíram para organizar o movimento estudantil, deixando marcas encontradas ainda hoje.

Neste último tópico, buscamos analisar as rupturas e permanências do movimento estudantil de 1979, em relação com o movimento estudantil anterior, aquele de 1968, em torno do qual, identificamos a construção de um mito.

Tanto para ex-militantes do movimento estudantil quanto para estudiosos do período da ditadura brasileira, o movimento estudantil em 1968 ganha especial destaque. É inegável que em 1968 os estudantes e seu movimento social alcançam grande visibilidade e poder simbólico. Fica, desta forma, a imagem de um movimento estudantil forte e atuante, o que de fato ocorria. A partir daí este movimento passou a ser evocado em meio aos militantes que lutavam para reabrir as entidades como modelo de movimento estudantil. Tentaremos mostrar que o movimento estudantil de 1968 pertence com sua abrangência e potência a 1968. Após mais de uma década de repressão, de mudanças na sociedade brasileira, o movimento estudantil de 1979 não comportaria mais as práticas de 1968, embora muitas delas tenham passado por uma releitura e permaneçam até hoje no imaginário dos estudantes-militantes.

Após definir as problemáticas de cada momento da dissertação, podemos agora mapear as fontes necessárias para cada capítulo. A partir do inventário de fontes realizado na ocasião da disciplina “Seminário de Dissertação”, esse mapeamento é facilitado, o que por sua vez ajuda a escrita da dissertação.

No capítulo 1, serão utilizados os estatutos e regimentos da UFC, a Legislação Federal, as atas das reuniões do Conselho Universitário, os Processos Administrativos da UFC, jornais e entrevistas. No capítulo 2, utilizaremos os arquivos da FUCE, os relatórios do Projeto Rondon, Operação Mauá e CRUTAC (sendo que os

relatórios do Projeto Rondon e Operação Mauá ainda não foram localizados), os Processos Administrativos da UFC, jornais e entrevistas. No capítulo 3, os estatutos e regimentos da UFC, a Legislação Federal, Processos Administrativos da UFC, pasta “Movimento Estudantil” dos arquivos do Núcleo de Documentação Cultural- NUDOC-da UFC, jornais e entrevistas.

Através dos estatutos e regimentos da Universidade Federal do Ceará, vemos as mudanças ocorridas em âmbito administrativo na universidade: sua adequação à Reforma Universitária de 1969 (Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968) e às demais recomendações do Ministério da Educação e Cultura; bem como a toda a legislação reguladora das atividades discentes no contexto das instituições de ensino superior, como o Decreto- Lei 228 (de 28 de fevereiro de 1967) e o Decreto- Lei 477 (de 26 de fevereiro de 1969), conforme podemos observar nos estatutos de 1969, 1971 e 1975 e nos regimentos de 1971 e 1975. Também no conjunto dessa documentação, vemos a revogação destes dispositivos repressivos e a adoção de uma legislação menos repressiva – embora ainda não condizente com os anseios de liberdade dos estudantes – com as mudanças ocorridas na legislação universitária da UFC para sua adequação a novas determinações, especialmente à Lei 6.680 (de 16 de agosto de 1979), à Portaria 836 (de 29 de agosto de 1979), ao Decreto 84.035 (de 1º de outubro de 1979) e à Portaria 1.104 (de 31 de outubro de 1979), mudanças estas que aparecem no estatuto e regimento geral de 1982.

Essa documentação nos ajuda a pensar as mudanças ocorridas dentro da UFC, assim como a legislação à qual os estudantes desta se encontravam submetidos no período em questão.

A partir das atas das reuniões do CONSUNI podemos ter registros da atuação da representação estudantil no órgão máximo da universidade, o Conselho Universitário. Vemos vários indícios dessa atuação: a assiduidade dos representantes discentes nas reuniões do CONSUNI, sua participação nas discussões, as reivindicações dos estudantes que eram levadas por eles ao Conselho e os informes dados pelos mesmos referentes às atividades ligadas aos estudantes, como jogos, festas debates e palestras.

Essas fontes são importantes para refletirmos melhor sobre esse espaço permitido de atuação da representação discente que era o Conselho Universitário. Composto pelo reitor, ex-reitor, pró-reitores, diretores de centro e outras figuras de destaque na UFC, a ocupação deste espaço pelos estudantes, antiga reivindicação,

tinha sérias limitações. Mesmo assim, se fez importante meio de atuação estudantil. Também se faz necessário analisar não só a frequência dos estudantes às reuniões e sua participação nas mesmas, mas pontos referentes à política estudantil que lá eram discutidos. Também nas atas do conselho universitário, podemos vislumbrar indícios do clima geral da vida na UFC no período e dos debates correntes.

O conhecimento da legislação federal regente das práticas estudantis é importante para compreendermos qual era o espaço ao qual a ditadura tentava limitar os estudantes, legislação esta que tem influência direta sobre as universidades. Através de sua leitura e análise, vemos a abrangência da Reforma Universitária, o peso das medidas características dos tempos de exceção e sua posterior revogação quando da adoção de medidas menos duras.

Através dos Processos Administrativos da Universidade Federal do Ceará, pesquisados no Arquivo Geral da universidade, vemos como os estudantes buscavam através dos meios possíveis e dentro da legalidade do que era permitido, alargar seus espaços de atuação. Também é possível vislumbrar o trânsito dos debates internos na UFC, assim como as relações entre esta e os estudantes, a FUCE, o Projeto Rondon, a Operação Mauá, o CRUTAC.

A documentação encontrada nos arquivos da Federação Universitária Cearense de Esportes nos ajuda a compreender a dimensão do esporte dentro da universidade e as possibilidades e limites deste espaço de atuação dos estudantes. Através delas também podemos ver os significados dados pelos estudantes ao esporte e às associações atléticas, às instituições e àquilo que elas proporcionavam.

Na pasta “Movimento Estudantil” dos arquivos do Núcleo de Documentação Cultural- NUDOC- da Universidade Federal do Ceará temos documentos produzidos pelos próprios estudantes, onde podemos ver seus conflitos, as lutas e as reivindicações. O material da campanha para as eleições da primeira diretoria do Diretório Central dos Estudantes da UFC após 1968 é especialmente rico nestes aspectos.

O jornal “O Povo” é para nós uma fonte importante pela riqueza de notícias referentes à UFC, aos estudantes e ao movimento estudantil. Podemos ver em suas páginas divulgação de eventos, propagandas do Projeto Rondon e dos Jogos Universitários, além de denúncias dos estudantes. Com seu grande alcance em Fortaleza, essas notícias circulavam por toda a cidade, com palavras cheias de

intencionalidades, mas mostrando-se acessíveis aos estudantes, nos dão uma visão do movimento estudantil e da Universidade Federal do Ceará.

No período pesquisado, merece destaque uma coluna que aborda temas referentes à universidade. A coluna “Presença Universitária”, de Agerson Barbosa, foi editada de 1968 a 1977. Em seguida, em seu lugar surge a coluna “Educação”, de Francisco Lima, a partir de agosto de 1977. Em junho de 1978, a coluna muda novamente de nome, para “Flashes da Educação”, para voltar a se chamar “Educação” em outubro de 1978. Redigida com o apoio da assessoria de imprensa da UFC, na figura de Ivonete Maia, essa coluna traz notas da comunidade universitária.

Um pouco menor que o jornal “O Povo”, o “Tribuna do Ceará” não tem um espaço específico para as notícias da universidade. Sendo um importante jornal da capital cearense e, assim como “O Povo”, tendo circulado durante todo o período pesquisado, a “Tribuna” é uma fonte interessante onde vemos notícias da UFC e de seus estudantes, embora de acordo com nossa análise, no período estudado e referente à questão da universidade e dos estudantes, “O Povo” tenha se mostrado mais progressista – isto é, buscando noticiar os fatos de maneira independente e abrindo espaço para os estudantes - que a “Tribuna”, tendo este contribuído com outra visão sobre o nosso tema.

O jornal “Mutirão” vem a ter importância em nossa pesquisa por ser um jornal mais à esquerda. Como jornal alternativo e cearense, diferencia-se dos demais, especialmente por ser escrito por intelectuais militantes, suas matérias apresentam maior profundidade analítica e nos trazem importante contribuição para a compreensão do período analisado em nossa pesquisa.

## CAPÍTULO 1

### NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO ESTUDANTIL

#### **1.1 Ruptura com o modelo anterior.**

Em 1968, o movimento estudantil alcançou seu ponto máximo de mobilização e visibilidade. Os estudantes invadiam os centros das cidades com passeatas, palavras de ordem e pixações. Em torno de suas manifestações se aglutinavam diversos setores da sociedade. Nas organizações de esquerda que faziam oposição ferrenha à ditadura, os estudantes também se destacavam por sua participação massiva. Em grupos como o COLINA – Comando de Libertação Nacional – e o MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro – cerca da metade de seus integrantes eram estudantes, sendo poucos os grupos que não contavam com estudantes em seus quadros<sup>21</sup>.

Dentro e fora das universidades, os estudantes faziam ouvir a sua voz. Já no período anterior ao golpe, no governo Goulart, a organização dos estudantes foi se fortalecendo, em torno da crescente mobilização social que marcou o início da década de 1960. Nacionalmente, a luta pela reforma universitária era a maior bandeira de luta. Através da União Nacional dos Estudantes, os estudantes defendiam a reforma universitária como parte da revolução brasileira: uma universidade comprometida com as classes populares, crítica e capaz de reformulação, capaz de produzir e transmitir cultura. Os três seminários nacionais da reforma universitária (1961, 1962 e 1963) reuniam estudantes de todo o país em torno de debates. A Greve do 1/3 paralisou estudantes de norte a sul do Brasil em torno de uma questão ainda em alta nos dias de hoje: a proporcionalidade na administração das universidades.

---

<sup>21</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993. pg. 68 e ss. De acordo com o levantamento realizado pelo autor, nos quadros 1, 2 e 3, podemos ver a participação de diversos setores da sociedade nos grupos de esquerda. Somente o FLNe – Frente de Libertação do Nordeste, MRN – Movimento Nacional Revolucionário, MR-21 – Movimento Revolucionário 21 de Abril, MR- 26 – Movimento Revolucionário 26 de Março e REDE – Resistência Democrática ou Resistência Nacionalista Democrática e Popular não contavam com estudantes em seus quadros, somando 5 grupos num total de 30 pesquisados. Os grupos com maior participação estudantil eram COLINA, com 51%, MR-8, com 49,3% e MOLIPO – Movimento de Libertação Popular - com 40%, sendo que a média gira em torno de 1/3 dos quadros.

O golpe civil-militar de 1964, uma “resposta” dos setores à direita da sociedade ao pretensu avanço comunista de Goulart, pegou os estudantes, as organizações comunistas e os movimentos sociais de surpresa. Talvez por isso a falta de reação. Talvez por não levar a sério o golpe até que ele fosse um fato consumado. O certo é que a tomada do poder pelos militares com significativo apoio da sociedade não encontrou resistência suficiente e desarticulou num primeiro momento os movimentos que até então levantavam a bandeira das reformas sociais.

Após o golpe, veio a “caça as bruxas”, quando foram retirados do caminho todos aqueles que não compactuavam com a nova ordem estabelecida. Importante salientar que num primeiro momento da ditadura, o movimento estudantil não atraiu a atenção da repressão, sendo as tentativas do governo voltadas mais para a coação. A Lei Suplicy, de 1964<sup>22</sup>, que visava controlar o movimento estudantil, foi um “tiro que saiu pela culatra”, pois propiciou a reorganização do movimento estudantil ao implantar o voto obrigatório, não conseguindo, porém, seu objetivo maior que era controlar as entidades representativas estudantis.

A partir de 1964, as mobilizações do movimento estudantil giram em torno de questões específicas, como o repúdio á Lei Suplicy e aos acordos MEC - USAID<sup>23</sup>. A lei foi revogada em 1967, mas os acordos, principalmente o referente ao ensino superior, assinado em 23 de junho de 1965, atingiram duramente os estudantes com uma reforma universitária bem diferente daquela pela qual lutavam.

Em 1968, após o governo ter conseguido reprimir eficazmente muitos dos movimentos sociais que lhe faziam oposição, os estudantes continuam nas ruas protestando. Uma questão em especial mobilizava os estudantes e a sociedade: a questão dos excedentes. No Ceará, as lutas dos excedentes dos vestibulares da Universidade Federal do Ceará ocupava importante espaço nos jornais e nos debates sobre o acesso ao ensino superior, tendo as reivindicações estudantis apoio de amplas camadas da sociedade.

Os excedentes eram estudantes que alcançavam o perfil no vestibular, mas que não podiam se matricular por não haver vagas suficientes. Como o vestibular exigia um perfil mínimo e não uma classificação entre os primeiros lugares, o ponto nevrálgico era a insuficiência das vagas ofertadas pela universidade. Em 1968, na

---

<sup>22</sup> Lei N°4.464, ou Lei Suplicy, de 9 de novembro de 1964.

<sup>23</sup> Os acordos MEC-USAID visavam uma colaboração do governo norte-americano com o governo brasileiro visando à modernização e o avanço do sistema educacional brasileiro, de acordo com os modelos norte-americanos.

UFC, a luta dos excedentes adquiriu contornos dramáticos. Com o apoio do DCE, de centros acadêmicos dos cursos com grande número de excedentes e da sociedade, estudantes acampam nos jardins da reitoria. Seriam cerca de 480 estudantes fora da universidade. A concentração pacífica dos estudantes termina com repressão policial. Alguns estudantes poderiam optar por cursos que tinham vagas ociosas, diferentes daqueles que havia sido escolhido no momento do vestibular, mas pertencentes à mesma área de concentração<sup>24</sup>. O problema da falta de vagas em cursos mais procurados persistia, mascarado pela transferência destes estudantes para outros cursos de menor demanda.

Em fins de março de 1968, o assassinato do estudante de 16 anos Edson Luís em manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, é estopim para inúmeras manifestações de norte a sul do Brasil. No dia 29, as aulas foram suspensas em várias unidades da Universidade Federal do Ceará e nos dias seguintes a greve alcançou todo o ensino superior cearense, que ostentava panos pretos nas fachadas de seus prédios. Na segunda 1º de abril os estudantes saem às ruas de Fortaleza em protesto<sup>25</sup>.

O que o governo chamou de “crise estudantil” se arrasta e prisões e ameaças não intimidam os estudantes. As greves agora pedem a libertação dos estudantes presos. As revoltas estudantis continuam nos meses seguintes. No segundo semestre, o dia do estudante foi marcado por protestos<sup>26</sup>. A articulação para o Congresso da UNE e os debates em torno deste culminam na realização em outubro de um congresso clandestino que foi dissolvido por forças policiais, quando lideranças de todo o país foram presas. Mais manifestações seguiram-se à queda do Congresso de Ibiúna. A queda de braço entre os estudantes e a ditadura estava perto de acabar. Daniel Aarão nos dá indícios para compreender a força e o alcance do movimento estudantil em 1968:

Na verdade, o movimento de 1968 ganhou consistência social porque soube aliar a crítica da ditadura à formulação de um programa de reivindicações que era a expressão da grande maioria. (...)

---

<sup>24</sup> Jornal “O Povo”, 10 e 11 fevereiro de 1968, pg. 1; 13 de fevereiro, pg. 1; 23 de fevereiro, pgs. 1 e 5 . Jornal “Tribuna do Ceará”, 09 de fevereiro de 1968 pg. 5; 21 de fevereiro de 1968, pg. 1.

<sup>25</sup> Jornal “O Povo”, 1º de abril de 1968, pg. 1.

<sup>26</sup> Jornal “O Povo”, 12 de agosto de 1968, pg.1; 13 de agosto e 1968, pg. 1. Jornal “Tribuna do Ceará”, 12 de agosto de 1968, pg. 1; 14 de agosto e 1968, pg. 1.

Sem perder a perspectiva política mais geral, a mobilização estava permanentemente presente no cotidiano. Daí a força do movimento: não se lutava apenas contra, mas por interesses tangíveis, concretos.<sup>27</sup>

Em 13 de dezembro de 1968, o presidente-general Costa e Silva baixa o Ato Institucional nº 5, marcando o recrudescimento do regime, passo que levou à perda de partes importantes de seus apoios civis e ao fortalecimento do caráter ditatorial do regime.

Ainda em novembro, havia sido aprovada a Reforma Universitária, que só viria a ser implantada no ano seguinte<sup>28</sup>. O AI-5 como medida repressiva abrangia toda a sociedade, dando plenos poderes ao executivo, fechando o congresso, suspendendo direitos políticos e acabando com o direito ao habeas corpus. Mas a força demonstrada pelos estudantes fazia necessária uma legislação repressiva específica para o movimento estudantil. Esta viria em seguida, no rastro dos abalos causados pelo Ato Institucional nº 5.

Logo em seguida à sua edição, o AI- 5 fez-se sentir com toda a sua ferocidade pelo movimento estudantil cearense. Como nos relatou Fausto Nilo, que foi estudante do curso de Arquitetura da UFC de 1965 a 1970, quando participou, em 1968, da gestão do DCE, como vice-presidente de assuntos culturais:

Eu estava fazendo uma prova de Cálculo Estrutural, uma prova que eu precisava de uma nota muito alta pra passar. E chegou alguém e me disse “Tem uma caminhonete lá atrás, que você tem que sair correndo, que você vai pra um lugar se esconder, porque estão prendendo todo mundo e já estão aqui nos Institutos Básicos, e vão chegar aqui, agora”. E aí o professor percebeu, o professor era um que já faleceu, mas que era um sujeito de convicções ideológicas à direita. Mas ele percebeu, perguntou o que é que tava acontecendo, e eu falei que eu não era um dos alunos mais brilhantes nessa matéria. E aí ele disse: “Cadê a prova?”. Aí ele olhou e disse: “Pode ir embora.” E ainda me chamou e disse: “Tem dinheiro?”. “Tenho não”. “Tome”. Deu uma grana lá. E aí nós fomos pra um sítio no Pecém. Ficamos lá uns dez a quinze dias, esperando acalmar, eu e mais uns amigos.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968 o curto ano de todos os desejos*. In. Acervo – Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 11, n ½, Jan./ Dez. 1998 ( pg. 35/ 36)

<sup>28</sup> Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Para o texto completo da Lei 5.540, confira LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXII, 1968. Legislação Federal e Marginalia. Outubro- Novembro- Dezembro. São Paulo: LEX LTDA Editora, 1968.

<sup>29</sup> Fausto Nilo Costa Júnior. Entrevista realizada em 07/ 04/ 2005.

Em outro momento de sua fala, Fausto Nilo volta a tratar do impacto do AI- 5 no movimento estudantil. Foi quando ele falava da importância do Diretório da Arquitetura como catalisador das atividades culturais na Universidade Federal do Ceará. O DA de Arquitetura havia funcionado desde 64 como um local para onde convergiam estudantes e artistas para ouvir música, discutir cultura, arte, política, tocar violão, fazer poesia, música e teatro.<sup>30</sup> As atividades políticas, culturais, artísticas e lúdicas do Diretório da Arquitetura tiveram um fim trágico com o AI- 5, como afirma Fausto Nilo:

Durante dia e noite funcionou, durante quatro anos com muita intensidade. No dia do AI- 5 ele foi fechado e a coisa mais impressionante é que durante quatro anos nenhum disco desapareceu, sem as portas serem fechadas nunca. Nenhum disco desapareceu de lá. E no AI - 5 em minutos tudo isso desapareceu e até hoje não se sabe pra onde foi.

No trabalho de Wagner Castro sobre o movimento cultural cearense que resultou no grupo que ficou nacionalmente conhecido como “o Pessoal do Ceará”, encontramos outro interessante relato sobre o fim do DA de Arquitetura como pólo cultural, como relata Ricardo Bezerra, estudante de Arquitetura:

Nosso diretório, quando veio o AI- 5, desmoronou como se fosse um castelo de cartas. Houve uma intimidação, prende um aqui, outro ali, pode ser preso, vai para um congresso e prende todo mundo... Volta... Um certo dia ocorreu um negócio, eu não sei se foi o AI- 5, mas tudo se desmoronou da noite pro dia. Todo mundo, pra salvar o diretório, gente levou tiro. Já sabia que ia fechar, aí um levou banco, outro cadeira, uma debandada, desmanchou tudo.<sup>31</sup>

Vemos nestes relatos que o AI - 5 teve um forte impacto imediato no movimento estudantil, tanto no que se refere aos militantes em si, quanto às entidades. Deve-se levar em consideração, perante o fato, de que o AI - 5 teve um

---

<sup>30</sup>Para maiores informações sobre a importância do Diretório Acadêmico da Arquitetura no cenário cultural de Fortaleza na segunda metade dos anos 60, conf. CASTRO, Wagner José Silva de. *Meu corpo minha embalagem todo gasto na viagem: artistas cearenses do CPC, da universidade e bares*. Monografia de Pós-graduação. Especialização em Perspectivas e Abordagens em História. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2004.

<sup>31</sup> Ricardo Bezerra apud CASTRO, Wagner. Op. Cit. ( pg. 115)

impacto maior que o Decreto 477 por que este foi precedido pelo AI-5<sup>32</sup> e que ambos se completavam. Em relação às prisões ocorridas logo após a edição do AI-5, o relato de Rosa da Fonseca, que foi estudante do curso de Ciências Sociais de 1969 a 1976 e representante discente no Conselho Universitário, além de militante da Ação Popular, esclarece e reforça o que já foi dito na fala de Fausto Nilo sobre sua fuga para se esconder:

E aí, eu estava participando de um curso no Paulo Freire, sobre o método Paulo Freire, com a Ruth Cavalcante. Essa coisa ficou assim muito marcada porque no dia do AI-5, a pessoa que foi presa foi justamente a Ruth Cavalcante, lá na Universidade. E aí, suspendeu todas as iniciativas que vinham sendo feitas, (...) E naturalmente que as pessoas que estavam na linha de frente do movimento, muitas tiveram que se esconder, outras saíram, e outras foram presas.<sup>33</sup>

Em uma das entrevistas, a questão da repressão ao movimento estudantil com o AI-5 nos mostra como o governo estava disposto a tratar os estudantes-militantes. Helena Serra Azul, estudante de Medicina entre os anos de 1967 a 1976, e que foi do Centro Acadêmico de Medicina em 1968, cursava o segundo ano no momento em que Costa e Silva baixa o quinto ato institucional. Tida como uma liderança intermediária, neste momento escolheu o caminho que muitos outros estudantes também se viram forçados a seguir: a clandestinidade.

Quando teve o AI-5, então invadiram as nossas casas. E aí é aquela questão: que muito do que aconteceu em 68 pra 69 é, por exemplo, é aquela questão mesmo de você... É como se fosse um jogo de xadrez. Você e o outro lado. Você tinha um movimento. Defendia a liberdade. Lutava contra a ditadura militar e contra o imperialismo, então contra os acordos MEC-USAID. Aí, à medida que isso ia acontecendo, eles iam aumentando a repressão. E aí, você ia ter que ir se defendendo. Então o processo todo se deu por aí. Chegou a um ponto, quando eles invadiram as casas e prenderam todas as lideranças, que foi quando aconteceu o AI-5, que foi uma questão que atingiu não foi só o movimento estudantil, foi a sociedade como um todo. (...) Aí, nós fomos pra clandestinidade, porque a gente já estava esperando que seria preso, e você não sabia o que é que aconteceria, não havia mais garantia individual nenhuma. Você era colocado em...

---

<sup>32</sup> O Decreto - Lei 477 é de 26 de fevereiro de 1969

<sup>33</sup> Rosa Maria Ferreira da Fonseca. Entrevista realizada em 21/03/2005.

Como era que chamava... Ficava sem ter acesso a família, a advogado.<sup>34</sup>

No xadrez entre os estudantes e a repressão, a estratégia de gato e rato serviu aos estudantes. Vimos anteriormente, no relato de Fausto Nilo, que uns dias no Pecém com uns amigos esperando a poeira baixar, foi sua escolha para escapar ao cerco que ia se fechando. Rosa da Fonseca também fala que as opções eram: se esconder, sair ou ser preso. Para aqueles estudantes vinculados a organizações de esquerda, a clandestinidade abria a possibilidade de permanecer na luta mesmo após os espaços no movimento estudantil serem fechados, passando a atuar em outros setores da sociedade. Helena Serra Azul era ligada à Ação Popular e cair na clandestinidade era a solução para permanecer em atividade.

Outros membros do movimento estudantil militantes em organizações de esquerda também optaram pela clandestinidade. Nomes visados pela repressão, conhecidos como militantes “queimados”, José Genoíno e Bérqson Farias são outros exemplos de figuras conhecidas do movimento estudantil cearense que tiveram de se esconder após o AI-5. Respectivamente, presidente e vice-presidente do DCE / UFC em 1968, ambos eram militantes do PC do B, e, filiados ao partido, caíram na clandestinidade após o AI-5. Foram para a Guerrilha do Araguaia no começo da década de 1970, onde Genoíno foi preso em 18 de abril de 1972, e Bérqson foi morto no dia 2 de junho do mesmo ano, tornando-se o primeiro militante do PC do B a ser morto pelas forças repressivas<sup>35</sup>.

Neste momento, ser clandestino era optar por uma linha de ação proposta pela organização, onde diferentes grupos tinham diferentes pensamentos e diferentes propostas. No caso do PC do B, que defendia a guerrilha rural, suas forças eram concentradas na Guerrilha do Araguaia. No caso da Ação Popular, neste universo das resistências armadas que surgiam naquele momento no Brasil, sua proposta era a chamada Integração à Produção. Como explica Helena:

Por que aí surge, por parte da AP, a chamada Integração à Produção, não sei se você já ouviu falar como é que era. Era o princípio de que a gente tinha, precisava ir para o meio do povo. Porque o movimento estudantil sozinho não fazia a

---

<sup>34</sup> Helena Serra Azul Monteiro. Entrevista realizada em 24/05/2007, em sua sala como presidente da Associação dos Docentes da UFC (ADUFC).

<sup>35</sup> Para maiores informações sobre a Guerrilha Do Araguaia, confira: MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*. Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

revolução. A gente passou aí, a partir desse momento, a defender um processo mais revolucionário.

Dentro dessa perspectiva do movimento estudantil da crença em que se encontravam em meio a um processo revolucionário, participar mais ativamente do processo na clandestinidade era natural. Como muitos dos que seguiram por esse caminho, Helena nos conta um pouco de sua experiência que teve um fim compartilhado com muitos: a prisão.

Nessa época eu fui pra clandestinidade, continuei na AP, que a gente inclusive não tinha muito contato com as outras pessoas. Eu saí daqui e fui pra Recife, tive uma experiência que eu considero interessante em relação à integração, à produção. Nós fomos para o campo. Trabalhei como cortadora de cana. Em Recife houve um treinamento, passamos uns seis meses em treinamento. (...) E nós acabamos, depois de um ano, no fim de 69, nós fomos presos, quando a gente se encontrava na zona da mata de Pernambuco. (...) E é muito interessante, porque a gente foi preso e o povo foi ver quem era a gente, descobriram logo pela cara da gente, o jeito, que a gente devia ser estudante, todo vestido como camponeses, mas aos poucos o pessoal começa a perceber a diferença. E o núcleo de campo da AP caiu todinho.

Vemos então que com o AI-5, o recrudescimento da ditadura e o endurecimento da resistência foram dois lados de uma mesma moeda. Como vemos em conversa com Bráulio Ramalho:

Não foi só o PC do B que radicalizou, houve uma radicalização da repressão também em 1968. A partir de 68, há radicalização dos dois lados. Aí a dialética da repressão, ou a dialética da radicalização, certo, da repressão e das forças de esquerda. Uma coisa alimentando a outra.<sup>36</sup>

O aumento da violência e do medo gerava escolhas difíceis para os estudantes que realmente acreditavam serem capazes de mudar sua universidade, o Brasil e o mundo. Postura inocente ou não, o importante é ver como os estudantes

---

<sup>36</sup> Bráulio Eduardo Pessoa Ramalho foi estudante do curso de Filosofia Estadual (Faculdade de Filosofia do Ceará- FA FICE, escola agregada à UFC) e foi diretor do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino na gestão de 1968 e conselheiro do DCE no mesmo ano. Autor do livro "*Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968*" Rio- São Paulo- Fortaleza: ABC Editora, 2002. Entrevista realizada em 03/ 10/ 2005.

reagiram e o que motivava essas atitudes. Permanecer e resistir é uma opção tão válida quanto ir embora para lutar. Da mesma forma, ao verem as portas se fecharem diante de si, para muitos restou a lembrança de uma época de ouro que não volta mais.

Através dessas falas, vemos que o AI - 5 teve um grande impacto inicial no movimento estudantil. Em seguida, vieram outras medidas repressivas que tiveram efeito desmobilizador profundo no movimento estudantil. Depois da repressão veio a reformulação do movimento estudantil pela imposição do governo de uma legislação específica e repressora.

O impacto inicial do recrudescimento da repressão fez-se seguir por um dos períodos mais violentos de nossa história. Para toda a sociedade, a ditadura se tornava mais dura; para os estudantes, esta passava a se ocupar em reprimir especificamente o movimento estudantil, através de medidas voltadas para a punição e coerção das práticas políticas estudantis, bem como da reforma do ensino universitário, de modo que este melhor se adequasse aos preceitos do regime. Como veremos a seguir, após 1968 os estudantes sofreram duros golpes e restrições em seus espaços de atuação que visavam à desarticulação do movimento estudantil.

## **1.2 Legislação Repressiva: possibilidades e limites.**

A legislação para coibir o movimento estudantil já vinha sendo montada mesmo antes do AI-5, mas foi apenas a partir de 1969 que esta chegou às universidades e aos estudantes. Além do Ato Institucional nº5, diversas leis e decretos-lei afetaram diretamente os estudantes.

Ao impacto inicial do AI-5, seguiu-se a ruptura com as práticas e os fazeres que até então caracterizavam o movimento estudantil. As novas medidas tiveram força e abrangência diferenciadas nas diversas universidades devido à liberdade dada às universidades em adequar a repressão à realidade local.

Três dispositivos chamam a atenção no estudo da legislação repressiva específica ao movimento estudantil, são eles: o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, que “reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências”<sup>37</sup>, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que “f ixa normas

---

<sup>37</sup> Para o texto completo, ver LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXI, 1967. Legislação Federal e Marginalia. Janeiro - Fevereiro. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1967, pgs. 516 a 520.

de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”<sup>38</sup>, e o Decreto-Lei nº 477, que “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências”<sup>39</sup>.

O Decreto-Lei 228 influenciou a Reforma Universitária no tocante à representação estudantil e, embora tivesse entrado em vigor ainda em 1967, revogando a Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964 (que ficou conhecida como Lei Suplicy), só veio a ser sentida na integra de seu peso após o AI-5. O decreto dava poderes a Diretores de estabelecimentos de ensino superior e Reitores de universidades para fiscalizar e punir as entidades estudantis, disciplinava as práticas permitidas aos órgãos representativos, vetando a possibilidade de atuação política, e extinguiu os órgãos estudantis do âmbito estadual.

A Lei 5.540, ou Lei da Reforma Universitária, veio para adequar o ensino superior aos preceitos impostos pela ditadura. A luta pela reforma universitária era uma bandeira antiga levantada pelo movimento estudantil. Mas esta legislação imposta estava muito longe das reivindicações de professores e estudantes. A forma como foi elaborada esta lei demonstra bem a que veio.

O projeto que deu origem à Lei da Reforma Universitária resultou dos estudos de um Grupo de Trabalho instalado a 02 de julho de 1968, com o prazo de trinta dias para a conclusão dos estudos. Estava prevista a participação de dois estudantes no grupo de dez nomeados pelo governo, mas estes se recusaram a participar do grupo de trabalho que tinha a difícil missão de elaborar, de qualquer maneira, uma reforma do ensino superior que acontecia no auge da mobilização estudantil<sup>40</sup>. Isso sem contar com a grande influência norte-americana, através de assessorias e estudos herdados dos Acordos MEC-USAID. A discussão do projeto no Congresso também foi corrida.

---

<sup>38</sup> Para o texto completo, ver LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXII, 1968. Legislação Federal e Marginalia. Outubro- Novembro- Dezembro. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1968, pgs 1433 a 1440.

<sup>39</sup> Para o texto completo, ver LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXIII, 1969. Legislação Federal e Marginalia. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1969, pgs. 218 e 219.

<sup>40</sup> O Grupo de Trabalho era composto por Fernando Bastos de Ávila, Fernando Ribeiro do Val, João Lira Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros, Valnir Chagas e Haroldo Leon Perez; João Carlos Moreira e Paulo Bouças foram os estudantes que, apesar de nomeados para o grupo se recusaram a participar. SAVIANI, Demerval. *A nova Lei da educação: Trajetória, Limites e Perspectivas*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

A Reforma Universitária tinha a impossível missão de corresponder a expectativas opostas: das comunidades universitárias e dos grupos que ascenderam ao poder com o golpe civil-militar de 1964. Para o primeiro grupo, a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, abolição da cátedra, estabelecimento do regime universitário para a organização do ensino superior e a consagração da autonomia universitária. Para o segundo grupo, regime de créditos, matrícula por disciplina, cursos de curta duração, organização funcional e racionalização da estrutura e do funcionamento. Para os dispositivos que não agradavam os generais (como a autonomia universitária), restou o veto do então presidente Costa e Silva.

A Reforma Universitária, uma das principais bandeiras do movimento estudantil, foi elaborada rapidamente. O resultado passaria a vigorar tão logo as universidades se adaptassem à nova legislação:

De um lado, a reforma universitária aparece como instrumento de desenvolvimento e progresso social, supostamente atendendo às demandas sociais por cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação. Por outro lado, tinha um objetivo desmobilizador, pois atacava duramente a organização do movimento estudantil, a autonomia universitária e a possibilidade de contestação e crítica no interior das Instituições de Ensino Superior. Medidas como: a departamentalização, matrícula por disciplina, unificação dos vestibulares, que passam a ser classificatórios, fragmentação dos cursos, o controle ideológico e administrativo dos professores e o modelo administrativo empresarial implantado nas faculdades representam o 'ajustamento' da Universidade brasileira à ordem política e econômica que se impunha, aprofundando linhas já existentes.<sup>41</sup>

Medidas como a implantação do sistema de créditos e o vestibular classificatório tiveram importante papel. Com o sistema de créditos e a matrícula por disciplinas, acabava-se o sistema de turmas, onde o estudante cursava todo o ensino superior com a mesma turma de egressos do vestibular. Com o sistema de turmas, formavam-se laços de amizade, cumplicidade, a união dos estudantes para defenderem seus interesses era muito maior, pois com o sistema de créditos, a cada período o estudante poderia estar com uma turma diferente, matriculando-se em disciplinas diversas, e não aquelas que formariam um bloco referente a determinado

---

<sup>41</sup> FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. 7ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2003.

semestre. O vestibular classificatório põe fim à luta dos excedentes. Os estudantes não tinham mais um perfil para atingir, mas tinham de atingir notas que os situem em classificação dentro do número de vagas ofertadas pela universidade.

A implantação destes elementos constantes na reforma universitária, que foram reflexo da “colaboração” com os norte-americanos, modificou a forma como os estudantes se relacionavam uns com os outros e com o curso. Especialmente o básico unificado e o sistema de créditos eram sentidos muito negativamente pelos estudantes. José Ricardo Brígido de Moura, estudante do curso de Engenharia Civil entre os anos de 1973 e 1977, fala um pouco de como isso se dava no cotidiano dos estudantes:

Então, a universidade foi um pouco vítima disso daí, agora o que eu acho é que com a, primeiro a implantação do sistema de créditos, a implantação de um básico, chamado curso básico, aqui no Pici. Você não ia direto pra faculdade. Você já tinha que fazer uma coisa, digamos assim, não tinha oportunidade de haver uma identificação de grupo. Era uma coisa assim muito diferente. Você fazia cadeiras com pessoas, não fazia com outras. Então, essa maneira de se organizar da universidade, ela tolheu, na minha opinião, a formação de grupos mais identificados com o pensar o país de uma maneira mais global do que meramente aquele curso.

O Básico, curso que tinha por objetivo introduzir os estudantes na universidade, unia na mesma sala estudantes de diferentes cursos, ministrando disciplinas de aprofundamento de matérias como física, química, biologia, matemática, português, e de introdução a temas que seriam abordados no decorrer de cada curso, como introdução à filosofia, ao cálculo, à sociologia. As disciplinas do básico se relacionavam com as necessidades de cada curso específico, reunindo em salas estudantes de diversos cursos com essas mesmas necessidades. Além do caráter introdutório, o básico funcionava como a continuação do vestibular, como nos fala Maria Cláudia Nogueira de Lima, estudante do curso de Ciências Sociais de 1972 a 1975:

Naquela época que eu entrei, por exemplo, na época do Básico, era todo mundo num único espaço, era turma de cem alunos. O Básico, na verdade, ele não dava muito espaço pra você se engajar em muita coisa, até porque, era uma luta de todos os estudantes pra manter a classificação dos cursos que tinham escolhido quando fez o vestibular. Então, por exemplo,

quem fez vestibular pra medicina tava lá louco pra poder assegurar seus pontos todos pra que, quando terminasse o ano, ele pudesse continuar na Medicina, o que muitos não conseguiram. Porque você, não tinha essa coisa de assegurar, eu entrei pra Medicina, no final eu tenho que ficar em Medicina. Dependia muito do tanto de pontos, e era... cada prova era ali nas casas de cultura, todo mundo, como se fosse uma competição mesmo. Novos vestibulares que se fazia a cada prova.

A Reforma Universitária vem assim como mais um dispositivo repressivo. No tocante à representação estudantil, assim como o decreto 228 não proíbe as entidades: os diretórios acadêmicos e o diretório central dos estudantes estão previstos, mas fica a cargo de cada universidade prever nos estatutos e/ ou regimentos a melhor forma de representação estudantil. Também em ambas é levantada a possibilidade de intervenção de reitores e diretores nas entidades (nas prestações de contas, em casos de irregularidades, ou em casos em que a entidade estiver mantendo ações não consoantes com seus objetivos, ou seja, ações políticas).

O Decreto-Lei 477 ficou conhecido como o AI-5 das universidades. Um decreto curto, de apenas seis artigos, mas que é bem claro em seus objetivos. Além de proibir “atividades subversivas” nas instituições de ensino superior, pune estudantes, professores, servidores e funcionários. Partindo do que estabelecia o decreto 228 em seu artigo 1º, em relação às finalidades dos órgãos de representação dos estudantes, vemos relacionadas a defesa dos interesses dos estudantes *em seus limites e atribuições*, bem como “organizar reuniões e certames de caráter *cívico social, cultural científico, técnico, artístico e desportivo*, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária”<sup>42</sup>. Já no capítulo III, “Do Corpo Discente”, da Lei 5.540, “a representação estudantil terá por objetivo a *cooperação* entre administradores, professores e alunos, no trabalho universitário”<sup>43</sup>. Não sendo uma atividade própria para os estudantes, a ação política não figura entre as atividades permitidas. Mas ao observar as infrações disciplinares elencadas no decreto 477:

---

<sup>42</sup> Decreto-Lei 228, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 1º, alínea “d”, in LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXI, 1967. Legislação Federal e Marginalia. Janeiro - Fevereiro. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1967, pgs. 516 a 520. Grifo meu.

<sup>43</sup> Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, capítulo III, artigo 38º, parágrafo primeiro, in: LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXII, 1968. Legislação Federal e Marginalia. Outubro- Novembro - Dezembro. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1968, pgs 1433 a 1440. Grifo meu.

Art. 1º. Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino ou fora dele;

III - pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou que dele participe;

IV - conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.”<sup>44</sup>.

Vemos que a política contestatória dentro das universidades fora posta na ilegalidade. As práticas políticas utilizadas pelo movimento estudantil, como as greves estudantis, as passeatas, a distribuição de panfletos, dentre outras, eram punidas duramente com a suspensão do estudante por três anos e perda de benefícios como bolsas e assistência estudantil (que corria simultaneamente com outros processos, pois o estudante não era processado unicamente pelo decreto 477, mas combinando este dispositivo com outros como a Lei de Segurança Nacional, o AI-5 e o Decreto-lei 228). Professores ou funcionários eram punidos com a demissão e proibição de serem admitidos em outra universidade por cinco anos. Assim, a ditadura procurava minar a união entre as diversas categorias que compunham a comunidade universitária.

Mesmo com todo esse aparato repressivo, não consta em nenhum dos dispositivos supracitados a proibição das entidades estudantis. Pelo contrário, era assegurado o direito do corpo discente a uma representação, mas com o detalhe de que cabia à instituição de ensino superior e não aos estudantes optar pela representação estudantil que melhor lhe conviesse. Isso gerou uma diversidade de realidades nos diferentes campi universitários. Em muitos estados, os diretórios

---

<sup>44</sup> Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, in: LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXIII, 1969. Legislação Federal e Marginalia. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1969, pgs. 218 e 219. Grifo meu.

sofreram intervenções, mas não foram fechados, como no caso da Universidade de São Paulo.

No Ceará, a Universidade Federal do Ceará, única existente em 1968, fechou as entidades estudantis após o Ato Institucional nº 5 e só veio a permiti-las após a revogação deste e dos outros dispositivos citados (a reforma, o 228, o 477), já no final do ano de 1979. Nas outras universidades da cidade de Fortaleza (a Universidade de Fortaleza – UNIFOR- foi criada em 1972, e a Universidade Estadual do Ceará – UECE -, em 1975), a realidade encontrada não era muito diferente.

Em exposição de motivos datada de 02 de janeiro de 1969, o então reitor da UFC, Professor Fernando Leite, comunica aos membros do Conselho Universitário as mudanças na representação estudantil trazidas pela Lei 5.540, consultando sobre a adequação dos estatutos e regimentos da UFC à nova legislação. De acordo com a interpretação dada pelo reitor, e compartilhada pelos demais membros do Conselho Universitário, “a Lei desvincula completamente a representação estudantil dos diretórios, que na forma do seu art. 39 podem ser criados ou não pela Universidade.”<sup>45</sup>. De fato, enquanto o decreto 228 fala do diretório acadêmico e do diretório central dos estudantes como órgãos de representação dos estudantes, a lei 5.540 fala da representação nos colegiados e comissões, fala do direito do corpo discente a representação com direito a voz e voto, mas em seu artigo 39: “Em cada universidade ou estabelecimento isolado do ensino superior *poderá* ser organizado diretório para congregar os membros do respectivo corpo discente.”<sup>46</sup>. Assim, existia a possibilidade de manter as entidades com as devidas modificações impostas por lei, mas a opção ficava a cargo dos reitores e diretores.

A luta pela reabertura dos diretórios na UFC se arrastou como vimos, até 1979. Posteriormente, analisaremos os conflitos em torno da reabertura dos diretórios. Por hora, cabe destacar que, na UFC, os diretórios foram fechados e a representação estudantil profundamente modificada:

Desaparecem os Diretórios  
Iniciou-se às 10 horas de hoje, sessão do Conselho  
Universitário, convocada para examinar a Lei 5.540 de

---

<sup>45</sup> “Exposição de Motivos”. Processos Administrativos, Arquivo Geral UFC. Filme 650, Flash 00145, Processo nº 03/69.

<sup>46</sup> Decreto-Lei 228, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 1º, alínea “d”, in LEX- Coletânea de Legislação. Ano XXXI, 1967. Legislação Federal e Marginalia. Janeiro- Fevereiro. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1967, pgs. 516 a 520. Grifo meu.

28.11.68, na parte relativa às modificações do sistema de representação estudantil nos órgãos colegiados. Em decorrência da reforma Universitária, os diretórios desaparecerão, podendo-se criar, sob nova estruturação, outros órgãos.<sup>47</sup>

Na busca do controle sobre os estudantes, os diretórios acadêmicos e o diretório central são fechados. Uma nova representação estudantil junto aos órgãos colegiados é criada e, na redação do novo Estatuto da Universidade Federal do Ceará, fica claro que por trás da boa intenção de “cooperação” mútua com os estudantes, estava o real desejo de sufocar as iniciativas dos estudantes, especialmente aquelas de cunho político. As condições de elegibilidade confirmam isso, pois restringiam o acesso dos estudantes:

O aluno para ser votado deve ter sido aprovado em disciplinas que o situem em termos de horas-aula quanto ao ciclo ou curso respectivo, pelo menos no terceiro período semestral de estudos, do que se conclui que alunos primeiranistas não podem ser votados. E deve ter obtido em todas as disciplinas cursadas no período semestral anterior, notas de aprovação que o situem na faixa correspondente ao quarto superior (excelente ou bom) e frequência de pelo menos 80%. E, enfim, não deve registrar reprovação ou punição em seu histórico escolar.<sup>48</sup>

A ditadura buscava impedir antigas lideranças de retomarem suas atividades e também dificultar o surgimento de novas lideranças em meio aos estudantes. Em relação aos estudantes que se destacavam no movimento estudantil, a postura do governo era a de desestruturar as militâncias, impedindo seu retorno ao movimento, retirando os espaços. Segundo Bráulio Ramalho:

Em 69, 70, realmente eu me desliguei do movimento estudantil, porque eu não encontrei mais espaço. A não ser no início de 69, esses manifestos ainda, algumas coisas assim. Mas o medo era muito grande, a repressão era muito grande.

---

<sup>47</sup> O Povo, 03/ 01/ 19 69, (pg. 16). Para o texto completo da Lei 5.540, confira LEX- Coletânea de Legislação. Ano XXXII, 1968. Legislação Federal e Marginalia. Outubro- Novembro- Dezembro. São Paulo: LEX LTDA Editora, 1968.

<sup>48</sup> O Povo, 18/ 05/ 1970, (pg. 6). Para o texto completo do Estatuto, confira Estatuto da Universidade Federal do Ceará (adaptado à Legislação da Reforma Universitária). Aprovado pelo Conselho Federal de Educação em sessão de 13 de fevereiro de 1969, conforme Parecer nº. 108/69.

Procurando restringir ao máximo a participação estudantil dentro dos âmbitos legais na universidade, confunde-se a repressão do governo com as restrições postas em prática pela administração superior da Universidade Federal do Ceará. E dando continuidade à política repressiva, encontramos manifestações de pura arbitrariedade:

#### Matrículas Proibidas

São da mais alta expressão na política universitária cearense os estudantes que tiveram suas matrículas vetadas pela reitoria. São eles: José Genoíno Neto, o presidente do Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino da Faculdade de Filosofia do Estado e ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes; tendo ingressado no ano passado na faculdade de Direito; Ruth Cavalcante, líder da ex-Filosofia Federal, foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, no penúltimo mandato; João de Paula Monteiro, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes e do Diretório da faculdade de Medicina; Inocêncio Rodrigues, ex-presidente do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da faculdade de Direito; Pedro Albuquerque, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes na administração de João de Paula e líder dos mais acatados na Faculdade de Direito; Bérqson Farias, ex-presidente do Diretório Acadêmico João XXIII dos Institutos Básicos e membro do Conselho do DCE em duas administrações; Arlindo Silva, com atuação destacada no Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, disputou com José Genoíno a presidência do DCE, como candidato da ala radical; e Francisco de Assis Aderaldo, que iniciou sua liderança na Faculdade de Direito, matriculando-se também na Filosofia do Estado.<sup>49</sup>

Seguindo esta linha de coerção, vemos a postura da Universidade perante alunos que voltavam após cumprir pena. De acordo com Helena Serra Azul, após sua prisão em fins de 1969, ela foi condenada a dois anos de reclusão pela Auditoria Militar, enquadrada na Lei de Segurança Nacional por participação em organização que lutava contra o regime. Após cumprir a pena de dois anos, ela e seu marido retornam a Fortaleza. Aqui chegando, um sinal de que a volta não seria fácil:

Quando a gente chegou aqui, eu já cheguei aqui no fim de 71. Quando eu cheguei aqui, havia uma ordem superior dizendo que eu não podia estudar. Não era 477 porque a universidade não conseguiu montar um 477, pelo menos na Medicina nem contra mim nem contra o Chico. Os funcionários se negaram, os professores se negaram. Foi muito interessante esse processo. O pessoal podia nem concordar com a gente, mas

---

<sup>49</sup> O Povo, 07/ 02/ 1969. ( pg 5 )

nós não conseguimos assim a denúncia, ninguém denunciou a gente. Havia um apoio do pessoal.

Vemos então que havia uma verdadeira força decidida não só a impedir que antigas militâncias que havia caído na clandestinidade após o AI-5 voltassem à universidade, mas também que, apesar de todo clima de medo e insegurança, ainda havia espaço para a solidariedade. Após conseguir reabrir sua matrícula com o apoio de setores progressistas da Igreja, Helena continuou a sentir dificuldades de prosseguir com seus estudos, superando-as graças à ajuda de professores e funcionários da faculdade de Medicina:

Quando eu voltei, o meu histórico escolar, ele tinha uma observação em vermelho, escrito assim “Suspensa matrícula por ordem superior”. Aí, depois que eu consegui voltar, aí bota outra observação em vermelho “Reaberta matrícula por ordem superior”. Então era um negócio horrível. Por exemplo, eu tentei monitoria, passava nas provas e não vinha porque, chegava lá na hora e os órgãos de informação não deixavam. Aí, eu perdi algumas monitorias. (...) Eu precisei mandar uns documentos para o CNPq. O pessoal rebateu a minha ficha, em vez de tirar do original, quer dizer, isso foi o pessoal da secretaria, da faculdade.

Vemos que havia uma interferência dentro da universidade, que perseguia os estudantes-militantes remanescentes dos idos de 1968. Para além da repressão e coerção legal, havia meios outros de constranger e prejudicar os estudantes que tinham uma história de luta.

No estatuto aprovado no final de janeiro de 1969, aparecem como atribuições da universidade atividades até então desenvolvidas pelos estudantes, como a assistência estudantil, as atividades esportivas e culturais. A representação é assegurada nos órgãos colegiados. A palavra de ordem é *cooperação*<sup>50</sup>. No artigo 196 do regimento aprovado em 1971, na seção referente à disciplina do corpo discente, figura o decreto-lei 477<sup>51</sup>.

A imposição de todos estes dispositivos repressivos, as mudanças na representação estudantil, o fechamento das entidades, a ilegalidade das práticas

---

<sup>50</sup> Estatuto da Universidade Federal do Ceará (adaptado à legislação da Reforma Universitária). Aprovado pelo Conselho Federal de Educação em sessão de 13 de fevereiro de 1969, conforme Parecer nº. 108/ 69 (pg. 43; artigo 121, parágrafo único).

<sup>51</sup> Estatuto e Regimento da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, através dos Pareceres nº. 502/ 70 e 112/ 71, da Câmara de Ensino Superior, datados, respectivamente, de 25/ 06/ 1970 e 03/ 02/ 1971 (pg.74; seção III, capítulo II) .

políticas estudantis: todas essas medidas provocaram uma ruptura com o movimento estudantil que se tinha até 1968. O impacto inicial veio com o AI-5, mas foi apenas o começo. Para Bráulio Ramalho:

Depois do AI-5, foi um período assim de terror, de que a gente era realmente seguido, e que a gente era... eu pessoalmente quase não terminei a faculdade, por que os diretórios, por exemplo, eram pontos de encontro, eu não podia nem passar em frente ao Diretório. No Diretório antes, agente ia, e ficava escutando música, ficava tendo um debate, e a gente ia pra lá à noite, toda hora nós estávamos lá. E após 68 foi aquele silêncio tumular (...). E em 69, no início do semestre, eu me lembro que nós fizemos ainda um manifesto em nome do centro acadêmico, e entregamos para os alunos, mas com muito medo. (...) Mas praticamente em 69, 70, nós não tivemos mais realmente condições de fazer nada. Acabou.

O diretório não era apenas uma sala, uma entidade. Nos depoimentos de Bráulio Ramalho e Fausto Nilo, vemos a importância desse espaço. Importância política, pois era lugar onde se articulavam as lutas, onde se debatiam temas importantes, onde se organizavam manifestações. Importância cultural, pois eram lugares de fazer e promover a arte e a cultura. Importância social, pois eram espaços de convivência, de amizade, de companheirismo, lugares onde se constituíam laços. Na UFC, o fechamento das entidades encerrou um período e modificou profundamente não só o movimento estudantil, mas também a vida na universidade.

Uma outra interferência no funcionamento da universidade foi a imposição da disciplina de Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino. A nomenclatura “Educação Moral e Cívica” era utilizada para o então Ensino Fundamental, No chamado Ensino Médio, a disciplina passava a se chamar “Organização Social e Política Brasileira”, enquanto no Ensino Superior, em cursos de Graduação e inclusive de pós-graduação, era conhecida como “Estudos de Problemas Brasileiros”.

Instituída pelo Decreto-Lei N° 869, de 12 de setembro de 1969<sup>52</sup>, de autoria dos ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, e

---

<sup>52</sup> Decreto-Lei N° 869, de 12 de setembro de 1969, in [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) .

regulamentada pelo Decreto N°68.065, de 14 de janeiro de 1971<sup>53</sup>, de autoria da Comissão Nacional de Moral e Civismo, criada no Ministério da Educação e diretamente subordinada ao Ministro de Estado, estas disciplinas visavam: “a formação do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade”<sup>54</sup>. Como finalidades destas disciplinas, que abrangiam todos os níveis de ensino e todas as áreas de conhecimento, tínhamos:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;

b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

d) o culto à Pátria, seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;

e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

h) o culto à obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Tendo estes como seus objetivos precípuos, Moral e Cívica era lecionada na forma de aulas e de atividades extraclasse. Também fazia parte das ambições destas medidas o estímulo à criação de Centros Cívicos, poderiam ser Centro Cívico Escolar, nas escolas, ou Centro Superior de Civismo, nas universidades; funcionariam sob a coordenação de um orientador, um professor designado para tanto pela diretoria do estabelecimento de ensino, e teria uma diretoria eleita pelos alunos, cujas atividades seriam de centralização e estímulo às práticas de Moral e Cívica.

---

<sup>53</sup> Decreto N°68.065, de 14 de janeiro de 1971, in [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

<sup>54</sup> Idem. Título II: Da Educação Moral e Cívica como Disciplina e como Prática Educativa. Art. 2º.

Na UFC, a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros assumiu a forma de duas disciplinas, EPB I e EPB II, a primeira de 30 créditos, constituídas por aulas teóricas na forma de planos de conferências; e a segunda como aulas práticas, na forma de visitas. No primeiro semestre de 1971, a parte teórica, ministrada na forma de conferências no Centro de Humanidades, abordou os seguintes temas: Formação política do povo brasileiro, A reforma universitária, A Revolução de 1964: causas e conseqüências, Literatura e Nacionalidade, A situação demográfica, Receita Tributária: Imposto de Renda, A EMBRATEL, Programa de Integração Nacional, O Nacionalismo na Literatura Brasileira, Mercado de Capitais, Aspectos sócio-econômicos das secas nordestinas, Açudagem e Irrigação, Problemas habitacionais, Avaliação dos recursos pesqueiros do Nordeste, Formação e Desenvolvimento da Cidade de Fortaleza. Dentre os quinze conferencistas, três militares, Major Aluísio Vasconcelos, falando sobre a EMBRATEL, Major Prof. Waldir R. de Castro, falando sobre o Programa da Integração Nacional, e o Cel. Prof. José Aurélio Saraiva Câmara, falando sobre Açudagem e Irrigação<sup>55</sup>.

Estas disciplinas impostas eram altamente impopulares dentre os estudantes. Seu conteúdo se limitava à propaganda do governo, com forte inspiração filosófica ufanista. Helena nos conta que “A gente tinha ódio a EPB. Você fazia obrigado. Porque normalmente as pessoas que davam Estudos de Problemas Brasileiros na Medicina era o que havia de mais reacionário. Era o pessoal ideologicamente comprometido com a ditadura”. Essa relação tensa fica bem delineada na conversa com o Professor Pinheiro:

Isso era dado normalmente por um militar. Um militar vinha lá e dava aulas pra gente, ou alguém que tinha passado pela Escola Superior de Guerra, a ESG, que eles tinham uma rede muito grande, eles formavam pessoas para reproduzir o pensamento deles. Então os caras iam dar essas aulas de Estudos de Problemas Brasileiros que era uma visão dos militares. E normalmente começávamos a fazer perguntas, e o cara se irritava, às vezes até o cara encerrava o curso porque não queria fazer o debate conosco.<sup>56</sup>

Aqui, o confronto proposto pelos estudantes no campo das idéias surgia como forma de rejeitar a imposição da visão dos militares, através do questionamento das

---

<sup>55</sup> Arquivo Geral da UFC. Processos Administrativos. Filme 658, Flash 00090, Processo N° 8950/71.

<sup>56</sup> Francisco José Pinheiro, estudante do curso de História de 1976 a 1980, foi representante estudantil no Conselho Departamental e militante de esquerda. Entrevista realizada em 12/12/2007.

mesmas. De acordo com Elísio Cartaxo, as perguntas eram feitas pelo “pessoal mais radical, o pessoal mais ligado ao Partido Comunista”, a grande parte dos estudantes manifestava seu repúdio de outra forma: “E a gente fazia a maior bagunça, só chegava na hora da presença. Era uma coisa em pé nem cabeça. Ninguém se interessava por isso. Era uma coisa pra constar no currículo.”<sup>57</sup>

### **1.3 A utilização dos espaços permitidos: a Representação Estudantil**

A representação estudantil nos órgãos colegiados sempre fora uma importante reivindicação do movimento estudantil. Tanto na Reforma Universitária defendida pelos estudantes quanto na Greve do 1/3, era defendida a maior participação dos estudantes na administração superior das universidades e faculdades. A proposta era de que os representantes estudantis pudessem levar para os conselhos questões levantadas nos diretórios, trazidas pelos estudantes.

Com as reformas no sistema de representação estudantil da UFC a partir de 1969, foi definida a participação dos estudantes nos diversos níveis da administração universitária. A mudança na representação discente fechava os diretórios acadêmicos, centros acadêmicos e o diretório central dos estudantes e criava a representação estudantil em colegiados e comissões, em que o número de estudantes não poderia ultrapassar 1/5 do total dos membros<sup>58</sup>.

A representação estudantil nos órgãos colegiados da UFC era regida pelo Estatuto e Regimento Geral. De acordo com a legislação federal que dispunha sobre as atividades discentes nas universidades, cabia a cada instituição de ensino superior escolher a forma de representação do corpo discente que melhor se adequasse a sua realidade.

De acordo com o estatuto de 1969<sup>59</sup>, a representação estudantil era composta da seguinte forma: no Conselho Central de Administração, três representantes; no Conselho Central de Coordenação, três representantes; no Conselho de Curadores,

---

<sup>57</sup> Elísio Cartaxo, estudante do curso de História de 1977 a 1981, foi presidente da Associação Atlética e Cultural do Centro de Humanidades. Entrevista realizada em 05/11/2007.

<sup>58</sup> Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, capítulo III, artigo 38º, parágrafo terceiro, in: LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXII, 1968. Legislação Federal e Marginalia. Outubro- Novembro-Dezembro. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1968, pgs 1433 a 1440.

<sup>59</sup> Estatuto da Universidade Federal do Ceará (adaptado à legislação da Reforma Universitária). Aprovado pelo Conselho Federal de Educação em sessão de 13 de fevereiro de 1969, conforme Parecer nº 108/ 69.

um representante; nos Conselhos de Centro, um representante em cada centro; nos Conselhos Departamentais, um representante em cada departamento, matriculado em três ou mais disciplinas da unidade em questão; na Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE), um representante. No Conselho Universitário (CONSUNI), órgão máximo deliberativo da universidade resultante da reunião dos membros do Conselho Central de Administração e do Conselho Central de Coordenação, contava com seis representantes. Cada departamento também contava com um estudante.

A escolha da representação estudantil nos órgãos colegiados partia de uma eleição direta para o representante no departamento, por todos os estudantes matriculados em disciplina daquele departamento, em eleição presidida pelo chefe do respectivo departamento. Na eleição para o representante nos conselhos departamentais, votavam os representantes dos departamentos, em reunião presidida pelo diretor. Para os conselhos de centro, votavam os representantes dos conselhos departamentais, em reunião presidida pelo decano. Para os representantes no Conselho Central de Administração, no Conselho Central de Coordenação, no Conselho de Curadores e na Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, votavam os representantes dos conselhos de centro, em reunião presidida pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis.

Existiam ainda determinadas condições de elegibilidade: o estudante deveria estar no mínimo no terceiro semestre, tinha de ter notas e frequência excelentes no período anterior ao da eleição e não podia ter registro de reprovação ou punição em seu histórico escolar.

No estatuto e no regimento de 1971<sup>60</sup>, não houve grandes mudanças no espaço permitido à representação estudantil. A participação de estudantes estava prevista na organização do Serviço de Assistência aos Estudantes, sob a forma de uma Comissão Consultiva e Executiva, com representação estudantil de cinco estudantes, sendo um de cada centro.

---

<sup>60</sup> Estatuto e Regimento da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, através dos Pareceres nº 502/ 70 e 112/71, da Câmara de Ensino Superior, datados, respectivamente, de 25/ 06/ 1970 e 03/ 02/ 1971.

Já no Estatuto e Regimento aprovados em 1975<sup>61</sup>, muitas mudanças, algumas provocadas por mudanças na estrutura administrativa da Universidade; outras, já deixando transparecer um avanço, ficaram somente no papel.

Neste momento, a representação estudantil no Conselho Universitário passa a contar com três estudantes, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), três estudantes, no Conselho de Curadores, um estudante, nos Conselhos Departamentais, o número de representantes discentes equivale a um quinto do número de membros docentes, valendo o mesmo cálculo para a representação estudantil nos departamentos. O sistema de eleições não sofre alterações, ao passo que nas condições de elegibilidade, importante mudança: para que possa ser escolhido representante, o estudante tem de contar com 12 créditos e não registrar reprovação no período anterior.

A mudança mais significativa aparece no artigo 105: “Os alunos regulares dos cursos de graduação da Universidade poderão congregarem-se em diretórios, na forma do Regimento Geral”<sup>62</sup>. São previstos o Diretório Central dos Estudantes e diretórios acadêmicos por centro. As eleições seriam diretas e presididas pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (DCE) ou pelo Diretor do Centro (DA's). O Conselho Universitário tinha o poder de dissolver o diretório que julgasse não estar de acordo com os objetivos pelos quais foi instituído. Apesar de toda essa ingerência da administração superior nas entidades, é uma apropriação de uma reivindicação estudantil o fato de constar a possibilidade de existência das entidades, juntamente com a representação nos órgãos colegiados, muito embora somente em 1979 os diretórios por centro viessem a existir de fato, a abertura de mais esta possibilidade proporcionou diversas possibilidades ao movimento estudantil.

A imposição desta representação estudantil junto aos órgãos colegiados junto com o fechamento das entidades estudantis levou a um repúdio inicial dos estudantes ao novo sistema representativo:

---

<sup>61</sup> Estatuto da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº 414/75, datado de 03/02/1975, homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura.

Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº 429/75, datado de 04/02/1975, homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura.

<sup>62</sup> Estatuto da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº 414/75, datado de 03/02/1975, homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura.

### Eleições estudantis

Houve muitos votos em branco nas eleições realizadas esta semana para escolha de representação estudantil nos departamentos das diversas unidades da UFC. Tal atitude representa um protesto pela extinção dos diretórios, assim como pelas restrições (critérios de assiduidade e rendimento escolar) impostas como condição de elegibilidade.<sup>63</sup>

A adequação à nova modalidade de representação foi tumultuada, já que era um sistema em que a representação se encontrava muito distante dos estudantes. Não só os estudantes eleitores como também os estudantes eleitos deixaram claro sua discordância com o novo sistema e com a forma como foi colocado:

Os três estudantes que representavam a classe no Conselho Central de Coordenação e que iriam ter assento no Conselho Universitário, juntamente com outros três colegas do Conselho Central de Administração, renunciaram aos seus mandatos ontem à tarde, na Universidade Federal do Ceará, em protesto contra o novo sistema de representação estudantil.

A renúncia foi apresentada pelos estudantes Dildy Sales, Lincoln de Mourão Filho e Pedro Teixeira, no momento em que se instalava, às 16 horas, no Salão do Conselho Universitário, o Conselho Central de Coordenação, alegando-se que os estudantes não vinham prestigiando seus representantes dentro da nova estrutura criada pelo Estatuto da Universidade, a ponto de não ter comparecido nenhum a uma reunião convocada para ontem de manhã.<sup>64</sup>

A queda de braço em torno da representação imposta e do fechamento das entidades estendeu-se durante todo o período pesquisado. Para as antigas lideranças, não havia espaço nessa representação forjada. O movimento estudantil, que para muitos já não existia, teve de se reinventar. A representação estudantil permaneceu protestando contra essa representação imposta:

Existe um consenso no sentido de que a reforma universitária desagregou a representação estudantil como um todo, fazendo com que ela não seja mais constituída de líderes, e sim, de representantes do corpo discente". É a própria representação sentindo falta de liderança. A maneira como é feita a eleição para escolha dos representantes nem sempre enseja a eleição de verdadeiros líderes. "Os alunos elegíveis são somente aqueles que possuem um conceito 'bom' nas matérias cursadas durante semestre anterior aquele em que se realizam as eleições. Isto sempre acarreta escolha de representantes

<sup>63</sup> O Povo 31/ 03/ 1969 (pg. 5)

<sup>64</sup> O Povo, 31/05/1969 ( pg. 4)

totalmente inibidos e inoperantes, prejudicando assim, a atuação da nossa representação nos diversos Departamentos, centros e Conselhos Superiores das nossas universidades<sup>65</sup>.

Vemos aqui uma dicotomização no pensamento do representante estudantil José Magalhães Joca em reunião extraordinária do Conselho Universitário publicada pela Tribuna do Ceará. Aqui, ele contrapõe a liderança, que seria nascida no meio do movimento estudantil de forma autônoma; e a representação, que, por sua vez, seria um espaço restrito criado pela legislação. A Universidade, apoiada na legislação federal, cria um novo espaço de atuação estudantil, pretensamente despolitizado, que os estudantes, através de sua atuação, conseguem repolitizar.

As críticas à falta de representatividade e à cooptação da representação oficial nos órgãos colegiados partia também dos estudantes, como vemos no protesto de um estudante anônimo: “a representação estudantil nunca funcionou na prática em lugar algum da UFC por estar ligada mais à administração e menos aos estudantes”<sup>66</sup>.

Após a negação, veio a utilização do espaço imposto. A representação do corpo discente no Conselho Universitário é sintomática dessa situação. Órgão máximo da administração universitária, a atuação dos estudantes nesse espaço ultrapassa os limites e possibilidades encontradas pelos estudantes nos demais órgãos colegiados.

Alguns indícios nos permitem inferir sobre a atuação estudantil neste espaço permitido. A assiduidade às reuniões indica a relevância dada pelos estudantes às discussões mantidas no Conselho. O uso da palavra, além de ajudar a ver os problemas enfrentados e a maneira encontrada pelos estudantes para tratar deles, transparece a relação dos demais membros do CONSUNI com a representação estudantil. A abstenção do voto durante a reunião também se faz presente, sob forma de protesto.

Dentro dessa estrutura excludente e fortemente protegida em que se tornou e representação estudantil, é no mínimo curioso notar que, mesmo com todo o cuidado dos órgãos de informação e da reitoria, o próprio sistema mostrou, por seguidas vezes, pontos fracos. Na conversa com Rosa da Fonseca vemos um exemplo disso, pois apesar de ser antiga na militância, esta chegou a participar de

---

<sup>65</sup> Tribuna do Ceará, 05/ 07/ 1976, (pg. 11).

<sup>66</sup> O Povo, 11/ 11/ 1978, (pg. 14).

vários níveis da Representação Discente na UFC por não ser conhecida dos órgãos de informação, chegando mesmo a participar de debate com o então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Outro exemplo, temos com Helena Serra Azul, que por ter boas notas e desta forma se enquadrar nos critérios explícitos de elegibilidade, constando seu nome na lista dos estudantes passíveis de serem votados, chegou a ser eleita, porém não pode assumir devido a “outros critérios”:

Aí saiu meu nome na lista. Aí o pessoal sabia da minha história, que eu estava acabando de chegar, porque o pessoal não me conhecia, eu não conhecia a maior parte das pessoas. E houve uma campanha por parte do pessoal na época pra colocar o meu nome. Aí então, eu fui eleita inclusive, para a representação estudantil. Porque eu estava dentro dos critérios de nota. Só que quando eu fui assumir, eu não pude assumir. Os órgãos de informação dentro da universidade não deixaram. Porque, inclusive, eles me chamaram, isso eu não tenho como comprovar porque isso havia só nos órgãos de informação. Eles me chamaram, havia um gabinete do serviço de informação aqui na reitoria, tinha um coronel que tomava de conta. Era interferência mesmo aqui dentro da universidade. Esse coronel me chamou e sabia tudo o que tinha acontecido na primeira reunião que eu tinha estado presente, vivia me chamando pra me ameaçar e tudo, e esse cara disse: “Nós não esquecemos que você estava voltando, quem você era, e não tínhamos percebido que suas notas entravam no critério. *Mas o único critério não é só nota, o seu critério é ideológico. Você não pode.*”.

A interferência dentro da universidade exercida pela Assessoria de Segurança e Informação foi sentida em vários momentos das experiências dos estudantes da UFC. Neste caso, fica claro que o órgão que respondia somente ao Reitor, ao Ministro da Educação e aos órgãos militares e civis de informação tinha amplos poderes dentro da estrutura acadêmica.

Importante salientar que o número de representantes discentes (nunca excedendo um quinto do total dos membros), deixava os estudantes em desvantagem, isolados. Tinham direito a voz e voto, o desafio era fazer sua voz ser ouvida e seu voto ter peso. Os estudantes colocavam em discussão não só a vontade de participar, mas as limitações que sofriam, como podemos ver na comunicação do conselheiro Paulo Melo Jorge Filho, representante estudantil:

Senhor Presidente. A representação estudantil, presente este ano no Conselho Universitário, pediria, através de minha

palavra, expressar que está disposta a participar do Conselho Universitário durante este ano. (...) Mas nós queríamos também dizer que estamos aqui como representantes dos estudantes, portanto, não trazemos para cá os nossos pontos de vista pessoais ou particulares. Nas nossas decisões sempre procuraremos trazer para o Conselho Universitário aquilo que é desejado e sentido por toda a classe estudantil. Nesse sentido, nós lamentamos profundamente o sistema como foram realizadas as eleições, a maneira intempestiva como foram realizadas.”<sup>67</sup>

O grande desafio era tornar mais democrático e próximo dos estudantes essa nova modalidade de representação estudantil imposta. A reestruturação dos diretórios acadêmicos já aparece nas discussões em 1970, como podemos ver no apelo do representante Júlio César Penaforte para que o assunto fosse tratado com a devida urgência<sup>68</sup>. A representação também procurava defender o acesso à assistência estudantil, assunto polêmico por natureza. Até a extinção dos diretórios, o restaurante universitário e as residências eram administrados pelo DCE, com recursos e apoio da universidade, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. A partir de 1969, essas atribuições passaram exclusivamente para a universidade. Conforme vemos nas intervenções dos representantes estudantis, essa mudança não foi positiva. Aumentos no preço cobrado pelas refeições, baixa qualidade da alimentação, estrutura inadequada dos restaurantes e atendimento deficiente eram as críticas mais freqüentes aos restaurantes. Em relação às residências universitárias, destaca-se a falta de estrutura e manutenção.

Outra questão muito debatida pela representação estudantil se relacionava com os aumentos na taxa de inscrição do vestibular. Nos anos de 1974<sup>69</sup>, 1976<sup>70</sup> e 1977<sup>71</sup>, as discussões em torno da referida taxa demonstram a polarização do CONSUNI onde, de um lado, ficava a representação estudantil e, do outro, os demais conselheiros. O isolamento acarretado pelo reduzido número de membros discentes no Conselho fica claro em votações em que eram aprovados esses aumentos, quando os únicos votos contrários eram aqueles da representação estudantil. Assim como os aumentos na taxa de inscrição no vestibular, também os

---

<sup>67</sup> Ata da 9ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 18 de junho de 1970.

<sup>68</sup> Ata de 13ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 04 de dezembro de 1970.

<sup>69</sup> Ata da 40ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 20 de setembro de 1974.

<sup>70</sup> Ata da 57ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 23 de setembro de 1976.

<sup>71</sup> Ata da 66ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 23 de outubro de 1977.

aumentos nas taxas cobradas pela universidade aos estudantes proporcionavam calorosos debates.

A articulação entre os diversos níveis da representação estudantil e entre os representantes e os estudantes era um ponto importante na evocação da legitimidade da representação estudantil junto aos órgãos colegiados. A criação de um espaço para reuniões e debates fazia-se necessária. Neste sentido, a concessão de uma sala para a representação estudantil surge como um primeiro passo:

#### Representação Estudantil ganha sala

A representação estudantil junto aos órgãos colegiados da UFC tem agora uma sala para promover reuniões e debates em torno dos seus problemas e aspirações. Fica situada em prédio próximo a Pró - Reitoria de assuntos Estudantis, cujo titular, professor Neudson Braga, procedeu à entrega, recentemente. (...). Mais uma iniciativa da Pró-Reitoria objetivando dar aos representantes condições para o exercício (sic) das suas atribuições.<sup>72</sup>

Com o espaço físico garantido, era preciso construir o espaço de político, a possibilidade de estar em contato entre si e com os estudantes. A possibilidade de se organizar nos limites do permitido. Como podemos ver na comunicação do acadêmico Luis José Magalhães Joca:

É de opinião que existe um consenso no sentido de que a Reforma Universitária desagregou a representação estudantil como um todo, fazendo com que ela não seja mais constituída de líderes e, sim, de representantes do corpo discente. Referiu-se à eleição, no ano passado, dos representantes estudantis nos colegiados superiores e nos Conselhos Departamentais dos diversos centros, informando que eles entraram em entendimento com vistas à elaboração de um programa de atuação de âmbito geral, abrangendo os representantes estudantis de toda a Universidade.<sup>73</sup>

A questão não é se esta representação imposta era legítima ou não, mas se era possível no momento. Muitas foram as tentativas de aproximá-la dos estudantes, buscando assim, a legitimação que tanto fazia falta. A ocupação deste espaço permitido foi importante para a recuperação de outros espaços e para defender os

<sup>72</sup> O Povo 19/ 12/ 1972 ( pg. 10 )

<sup>73</sup> Ata da 49ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 15 de março de 1976.

interesses dos estudantes numa conjuntura de exceção. Não cabe aqui discutir se eram estudantes comprometidos com o movimento estudantil ou se estavam vinculados à reitoria. Como bem nos lembra Daniel Aarão, “os estudantes nem sempre desempenharam, e nem estão destinados a desempenhar, (...) papel questionador ou reformista, e muito menos revolucionário, na história do país, ou de qualquer lugar do mundo.”<sup>74</sup> De “esquerda” ou de “direita”, cada estudante desempenhou seu papel no movimento estudantil. Mas, vale reforçar, que o movimento estudantil cooptado perde autonomia e legitimidade, sofrendo, desta forma, os efeitos da estratégia da administração superiores da UFC e com o poder simbólico exercidos pelos militares.

A representação estudantil, como lugar de ação e atuação dos estudantes, permitido e concedido pela universidade, contava com muitas limitações, que não se restringiam às condições de elegibilidade impostas ou ao afastamento dos representantes em relação ao conjunto dos estudantes. Dos espaços de atuação apropriados pelos estudantes, sem dúvida era a representação estudantil aquele que proporcionava maiores possibilidades de discussão política e de luta pelos interesses dos estudantes. Mas é importante ter em mente que era um espaço que sofria uma série de limitações, como nos mostra Helena em seu relato:

Eu acho que a representação estudantil era onde se discutia mais a questão política. Mas aquelas questões específicas, com muito cuidado, muito medo. Eu me lembro que a reunião da representação estudantil que eu fui, a primeira vez, tinha um professor presente, porque os estudantes não podiam se reunir sozinhos.

A representatividade estudantil nos órgãos colegiados na UFC dos anos setenta esbarrava sempre no isolamento destes representantes. Tanto estes não conseguiam se fazer ouvir facilmente dentro dos conselhos dos quais faziam parte, quanto havia sérios empecilhos em manter contato com os demais estudantes. Como vemos neste trecho da conversa com Helena Serra Azul, havia uma proibição até mesmo em se reunir:

“Havia a Lei de Segurança Nacional, não permitia que você... eu não lembro o número agora exatamente, mas você não

---

<sup>74</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968 o curto ano de todos os desejos*. In. Acervo – Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 11, n ½, Jan./ Dez. 1998 ( pg. 31 )

podia ter acima de tantas pessoas reunidas, porque era enquadrado na lei, era considerado reunião.”

Rosa da Fonseca nos fala que, ainda no início dos anos 1970, uma estratégia criada pelos estudantes era: manter clandestinamente as entidades funcionando enquanto se ocupava os espaços de atuação permitidos. No âmbito das práticas estudantis clandestinas já não temos a mesma visibilidade. O relato de Rosa da Fonseca nos dá importantes indícios para a compreensão das lutas cotidianas dos estudantes. De acordo com ela, a panfletagem e os comícios-relâmpago eram as formas mais utilizadas para informar e mobilizar os estudantes:

Então a gente fazia as comissões pra divulgar o material cedo, antes de começar as aulas, alguém ia mais cedo e botava os panfletos nas carteiras. Quando os estudantes chegavam, tava lá o panfleto na carteira. Ou então deixava no banheiro, pra poder o pessoal chegar e pegar, porque aí era mais difícil de ser identificado. Então, essas táticas que se usava, como também os chamados “comícios-relâmpagos”. Que a gente não tinha condição de fazer uma manifestação marcada, divulgada, e tal. (...) fazia panfletagem ali atrás do CEU. (...) E tinha também os pichamentos, que se fazia clandestinamente.

Um movimento clandestino, ao qual, por sua própria natureza, nem todos os estudantes podiam ter acesso é mais legítimo do que uma representação imposta, à qual, em teoria, todos podem ter acesso, mas que este nem sempre era possível? Os dois ganham legitimidade quando passamos a ver que eram as possibilidades encontradas pelos estudantes naquele momento, era a utilização dos espaços para continuar atuando, eram tentativas de manter o movimento estudantil existindo. Neste aspecto, foram vitoriosos.

A representação estudantil teve várias interpretações dos estudantes. Por ser um espaço imposto, muitas vezes foi mal visto. Por ser o único espaço permitido legalmente, foi reconhecido em sua importância e suas possibilidades.

De acordo com o relato de Rosa da Fonseca, a representação era um espaço de atuação importante de ser ocupado pelos estudantes, como forma de resistência, muito embora, esta, que participou ativamente da representação estudantil, não se considerava uma representante de fato, pois, como descreveu sua participação em um debate em 1971 com o então ministro da Educação Jarbas Passarinho, ela afirma: "Aí eu comecei assim: 'Não me considero representante dos estudantes

porque nossos representantes, nossos verdadeiros representantes foram presos, estão perseguidos, estão escondidos, nossas entidades foram fechadas'.". Mesmo reconhecendo a importância do espaço para a resistência do movimento estudantil, Rosa põe em dúvida sua representatividade. Como vimos anteriormente também com Luis José Magalhães Joca, as próprias representações estudantis questionavam a validade de sua representatividade.

Para militantes mais ligados ao movimento estudantil anterior a 1969, o Ato Institucional desarticulou e, como isso, acabou com o movimento estudantil, como afirma Bráulio Ramalho repetidas vezes. Segundo sua visão, o sonho da revolução deu lugar à dura realidade de repressão, e o movimento estudantil não tinha condições de existir na representação estudantil.

A importância da representação estudantil está em ser o espaço de atuação possível; imposto pela legislação, era o meio, como afirma Helena Serra Azul: "Era a forma que o pessoal tinha diante daquele estado de terror (...) era a forma que o pessoal tinha de se organizar". Era o espaço de se fazer ouvir, de discutir políticas para os estudantes da universidade. E como espaço possível ele foi ocupado. E como vemos no relato de Pinheiro, um espaço possível de ser transformado em espaço democrático:

Nós fazíamos uma relação do que ocorria nas reuniões de departamento com o corpo dos estudantes, que muitas vezes nós buscávamos os problemas dos estudantes pra reunião de departamento. Então havia uma relação muito democrática e havia uma representatividade real. Não era apenas um cargo democrático. E as eleições eram bem disputadas nos cursos porque esses cargos viraram um espaço importante no fazer político.

## CAPÍTULO 2

### ESPAÇOS ALTERNATIVOS DE ATUAÇÃO ESTUDANTIL

#### **2.1 Mentem sãs em corpos sãos**

O esporte universitário surgiu com as faculdades e escolas. Mesmo antes da criação da Universidade Federal do Ceará, que foi fundada em 04 de dezembro de 1954, a FUCE, Federação Universitária Cearense de Esportes, cuja fundação data de 06 de abril de 1940, já organizava jogos e torneios no estado, além de congregar associações desportivas de vários cursos de diferentes cidades.

Durante os anos 1960, os jogos universitários ganharam fama e se tornaram grandes eventos que movimentavam toda a cidade. A quadra do CEU – ainda Centro dos Estudantes Universitários – era o espaço de concorridos certames esportivos, badaladas cerimônias de abertura e encerramento e festas de comemoração, onde se faziam presentes não só os estudantes, mas a sociedade como um todo.

A Federação Universitária Cearense de Esportes, FUCE, estava vinculada à CBDU, Confederação Brasileira de Desporto Universitário. Enquanto a FUCE organizava torneios e os Jogos Universitários Cearenses, seu evento maior, a CBDU organizava os Jogos Universitários Brasileiros, congregando estudantes de todos os estados do Brasil através de suas entidades locais.

Após 1968, com os centros acadêmicos fechados, as associações atléticas se tornaram os únicos órgãos estudantis permitidos como forma de associativismo discente. No período anterior, a parte de esportes de um determinado curso poderia ser gerida tanto por sua associação atlética quanto pelo centro acadêmico. Neste segundo momento, os times tinham de estar vinculados às associações de seu curso para participar de torneios e dos jogos.

Em 1970, estavam vinculadas as seguintes associações atléticas por curso, à FUCE: Associação Atlética da Faculdade de Agronomia, Associação Atlética da Faculdade de Medicina, Associação Atlética da Escola de Engenharia, Associação Atlética Odorico Moraes (Faculdade de Odontologia), Associação Atlética da Faculdade de Farmácia, Associação Atlética dos Institutos Básicos, Associação Atlética da Faculdade de Ciências Econômicas, Associação Atlética da Faculdade

de Direito, Associação Atlética do Instituto de Geociências, Associação Atlética da Faculdade de Letras e a Associação Atlética da Faculdade de Jornalismo. Afora estas associações, ainda consta como associadas a Liga Acadêmica Cratense de Esportes, da Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, a Liga Acadêmica Jaguaribana de Esportes, da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte, a Associação Atlética da Faculdade de Administração, da Escola de Administração do Ceará e a Associação Atlética da Faculdade de Veterinária, da Faculdade de Veterinária do Ceará.

A partir de 1975, as associações atléticas passam a ser por curso, e não mais por curso, figurando assim seis associações no âmbito da UFC, a saber: Associação Atlética do Centro de Ciências da Saúde, Associação Atlética do Centro de Tecnologia, Associação Atlética do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Associação Atlética do Centro de Ciências Exatas, Associação Atlética do Centro de Ciências agrárias e Associação Atlética e Cultural do Centro de Humanidades.

Estas associações eram presididas por estudantes, criadas através de assembléias gerais e regidas por estatutos. Elas respondiam a FUCE, que respondia à CBDU, que por sua vez respondia ao Ministério da Educação. Todas as filiadas tinham de ter seus estatutos e suas contas aprovados pela entidade superior, e qualquer falta sofria a punição prevista na legislação competente.

Dentro dos estatutos destas entidades, vemos algumas de suas características que nos ajudam a melhor compreendê-las. A Associação Atlética Odorico Moraes, da Faculdade de Odontologia da UFC, fundada em 15 e agosto de 1959, aprova em 1966 e apresenta em 1969 seus estatutos, onde vemos: “Fica criada em Assembléia Geral dos alunos matriculados na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará, a Associação Atlética Odorico de Moraes, órgão esportivo independente, que usará a sigla AAOM, contando com número limitado de sócios e com sede e foro em Fortaleza, Capital do Ceará”<sup>75</sup>. Em seu artigo primeiro, a associação se apresenta, para, em seguida, apresentar seus objetivos:

Art. 2º São finalidades da AAOM:

a- Promover dentro dos recursos legais a incrementação do esporte entre os alunos da Faculdade de Odontologia;

---

<sup>75</sup>Arquivo FUCE. Estatutos da Associação Atlética Odorico de Moraes, aprovados em Assembléia Geral à 12 de agosto de 1966, publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará à 12 de outubro de 1966, e impressos à 06 de março de 1969. Título I, Capítulo I – da Fundação, Artigo 1º.

- b- Articular o intercâmbio esportivo com as demais entidades congêneres;
- c- Formar entre os seus associados um sadio espírito esportivo de competição.<sup>76</sup>

Fica claro que essas associações formalmente se restringiam ao esporte. Em outro exemplo, ficam ainda mais claras as possibilidades e limitações encontradas pelas associações atléticas no Ceará. Em ofício dirigido à FUCE solicitando sua filiação, a Associação Atlética do Instituto Básico de Estudos Superiores do Ceará anexa seus estatutos, onde se apresenta da seguinte forma: “A Associação Atlética do IBESC, doravante simplesmente mencionada pela sigla AAI, é pessoa jurídica de Direito Privado, de Finalidade Cívico-Cultural e Desportiva, é o órgão de Representação dos Estudantes do IBESC, *de caráter apolítico*, e se regerá pelos presentes estatutos”<sup>77</sup>. Interessante perceber que, apesar de ser “apenas” uma associação *atlética*, ela engloba diversas outras atividades, como *cívicas* e *culturais*, mas não *políticas*, como aparece em seguida:

Art. 3º - São seus objetivos:

- I – Desenvolver a educação física em todas as suas modalidades;
- II – Promover a educação social e cívica e estimular o desenvolvimento da cultura em geral;
- III – Promover reuniões e diversões de caráter esportivo, intelectual, artístico, social e cívico;
- IV – Promover o intercâmbio entre os corpos docente, discente e administrativo do IBESC.<sup>78</sup>

Assim, entendemos que as associações atléticas assumiam um papel muito maior que simplesmente organizar jogos. Eram espaços onde os estudantes podiam se unir em torno de interesses os mais diversos, muito embora o político não pudesse figurar explicitamente como um deles. Filiadas à FUCE estavam associações tanto estritamente esportivas quanto mais ecléticas, com o porém de que todas deveriam se submeter aos estatutos desta e da CBDU.

O exemplo da Associação Atlética e Cultural do Centro de Humanidades é bastante ilustrativo. Logo em seu nome ela mostra que não era apenas uma entidade desportiva, mas também cultural. E conforme nos conta Elísio Cartaxo:

<sup>76</sup>Arquivo FUCE. Idem. Capítulo II – das Finalidades.

<sup>77</sup>Diário Oficial Estado do Ceará. Ano XL. Fortaleza, 29 de março de 1973. N. 11.067 (pgs 2399/2400). Estatutos da Associação Atlética do IBESC – AAI. Capítulo I – Generalidades. Grifo nosso.

<sup>78</sup>Idem.

Então nós organizávamos, a gente participava dos jogos universitários, organizávamos torneios, e atividades, como o concurso de poesias, ali no Centro de Humanidades, a gente fazia torneio de totó, essa coisa. Organizávamos festas na quadra do CEU, então todo mês de junho a gente fazia uma festa e era muito concorrido.

Com uma entidade forte e organizada, os estudantes do Centro de Humanidades conseguiam de fato fazer política através da arte, mobilizar através do esporte e atuar dentro da UFC, com ampla participação dos estudantes. Além disso, conseguiam atuar junto à própria universidade em benefício dos estudantes, como nos fala ainda Elísio Cartaxo sobre a recuperação da quadra do CEU: “Inclusive eu lembro que a gente chegou até junto ao Couto, que era do Departamento de Educação Física, e ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, a dar uma melhorada lá na iluminação, na marcação da quadra.”.

A ligação entre esporte e civismo e a ingerência do governo no esporte não era uma novidade da ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. Já no Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas e inspiração nazi-fascista, políticas públicas favoreciam a prática de esportes e outros eventos culturais afins. No contexto presentemente estudado, essa prática ganha força com a vitória brasileira na Copa de 70 pela seleção de Pelé e companhia.

A preocupação das elites governamentais brasileiras com o esporte como elemento formador das futuras gerações ganha força durante o Estado Novo, mas já era um fato nas escolas militares brasileiras desde suas origens no séc. XIX. Com Vargas, a formação do profissional de Educação Física ganha especial atenção com a criação da Escola Nacional de Educação Física em 1937, no Rio de Janeiro. Além de sua importância na formação de indivíduos, o esporte também desponta como instrumento de formação de uma identidade nacional, notadamente o futebol, a partir da Copa do Mundo de 1938, evento em que a seleção brasileira teve como madrinha ninguém menos que Alzira Vargas. No Estado Novo, a atenção com o esporte era estimulada pelo seu caráter educacional, valor cívico e também sua importância como lazer.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Para a relação entre o Estado Novo e o Esporte, confira: ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. O Governo Vargas e o Desenvolvimento do lazer no Brasil. *Revista Digital EFDesportes*. Buenos Aires. Ano 10, nº 92, Janeiro de 2006; MELO, Victor Andrade de. A

Como era a entidade máxima do esporte universitário cearense, a FUCE congregava também associações de outras escolas de ensino superior, como é o caso do IBESC, e de faculdades de outras cidades, como é o caso do Centro Esportivo Universitário Sobralense, “órgão que congrega as atividades sócio-recreativas das Faculdades de Ciências Contábeis, de Engenharia de Operação e Enfermagem e Obstetrícia, de Sobral, mantidas por esta fundação (Fundação Vale do Acaraú)”<sup>80</sup>. Também esta associação se pretendia variada em seus objetivos, sem se prender unicamente à questão do esporte, mas nem ao menos cita sua posição em relação à política:

O Centro Esportivo Universitário Sobralense – C.E.U.S. – é uma entidade fundada em 02 de dezembro de 1974, nesta cidade de Sobral, Estado do Ceará, onde tem sede e foro e é uma sociedade sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípua congregar e defender o ESPORTE, a CULTURA e o CIVISMO, nos meios universitários sobralenses.<sup>81</sup>

Um bom exemplo da abrangência das atividades das associações atléticas em meio a uma conjuntura estudantil de uma restrição nas possibilidades de associação, reunião e discussão no meio universitário pode ser visto em O Povo, na coluna Presença Universitária, em nota intitulada *Estudantes projetam cooperativa*: “Os estudantes do Centro de Ciências Agrárias da UFC, liderados pela Associação Atlética Acadêmica, elaboraram um projeto de cooperativa para a exploração da Cunicultura, piscicultura e apicultura.”<sup>82</sup>. Assim, o papel das associações atléticas nesse momento de UFC é multifacetado, tendo atuação nas áreas em que os estudantes sentissem a necessidade de uma entidade representativa.

Dentro dessa cultura esportiva, o civismo era um elemento muito presente. Símbolos cívicos como o hino e a bandeira do Brasil, do Ceará, de Fortaleza, da FUCE e das associações atléticas figuravam nos cerimoniais dos jogos universitários brasileiros, dos jogos universitários cearenses e de torneios os mais

---

Educação Física e o Estado Novo (1937 – 1945): A Escola Nacional de Educação Física e Desportos. *Revista Digital EFDesportes*. Buenos Aires. Ano 12, nº 115, Dezembro de 2007.

<sup>80</sup> Arquivo FUCE. Declaração encaminhada pelo CEUS à FUCE, em 17 de março de 1975.

<sup>81</sup> Arquivo FUCE. Estatuto do Centro Esportivo Universitário Sobralense – C.E.U.S. Publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em janeiro de 1975. Capítulo I – Da Entidade e seus fins. Artigo 1º. Grifo do texto.

<sup>82</sup> Jornal “O Povo”, 21 de abril de 1977, 2º caderno, p. 14.

diversos. A presença de autoridades civis e militares também se fazia corrente nas solenidades.

A importância dos jogos locais e nacionais para a valorização de determinados ideais, bem como a conotação de vitrine de um modelo de juventude sadia - e por sadia, apolítica, segundo a visão de muitos – pode ser vista em mensagens escritas por políticos aos participantes dos jogos. Nos XI Jogos Universitários Cearenses, realizados de 25 a 31 de outubro de 1969, temos a seguinte mensagem do então governador do Estado do Ceará, Plácido Aderaldo Castelo, aos universitários participantes dos jogos:

À valorosa mocidade universitária do Ceará, que em vibrantes competições, demonstra sua hignidez e alegria de viver, dirijo, como governador, a minha palavra de incentivo e fé nos destinos da terra comum.

Se à Mocidade cabem os destinos da Pátria, tanto mais se poderá confiar no futuro quanto os jovens, sobretudo, aqueles que se preparam para as responsabilidades nos principais setores de atividades, se mostrarem valorosos, sadios no corpo como no espírito e com a disposição de lutarem pelas causas pacíficas e, em qualquer caso, honrosas para as pessoas.

O desporto é uma dessas causas pacíficas, desempenhando um importante papel na dinamização das energias cívicas, o que, compreendendo perfeitamente o Governador do Ceará, que vos fala, o levou ao empenho, em vias de concretização, de dar à Cidade de Fortaleza um estádio à altura das já gloriosas tradições esportivas do Estado, traduzidas, inclusive, em títulos continentais.

A todas as entidades esportivas da mocidade acadêmica do Ceará e a cada atleta participante destes Jogos Universitários o Governador, como intérprete autorizado do povo cearense, (sic) votos para que as competições se mantenham de acordo com o mais alto espírito de esportividade, realizando-se com êxito completo.<sup>83</sup>

Nesta fala do governador, vários elementos nos chamam a atenção. Interessante observar que, em 1969, primeiro ano em que os estudantes encontram na UFC seus centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e diretório central fechados por força da ditadura, e ano em que uma reforma universitária muito diversa daquela pela qual os estudantes lutaram por décadas lhes é impingida, o governador, em fala aos estudantes, enaltece a hignidez e alegria de viver destes. Estes estudantes, aos quais caberiam os destinos da pátria, estavam, naquele

---

<sup>83</sup> Arquivo FUCE. FUCE, Universidade Federal do Ceará. Boletim Especial XI Jogos Universitários do Ceará. 25 a 31 de outubro de 1969. FUCE, Universidade Federal do Ceará.

momento, despojados da possibilidade de contestação política e sem suas entidades representativas legítimas. Os estudantes alvo das palavras de incentivo eram aqueles dispostos a lutar por causas pacíficas. Que causas pacíficas seriam essas? Cultura, esporte, civismo, temas acadêmicos... Poderia vir a ser qualquer causa desde que não envolvesse política em seu sentido mais estrito.

Nos jogos universitários, havia espaço para as mais variadas expressões. Nos JUBS – Jogos Universitários Brasileiros – eram organizadas paralelamente aos eventos esportivos, feiras de artesanato, quando as delegações participantes podiam expor e vender artigos trazidos de seus estados, e exposições de filatelia, com o intuito de incentivar a prática de colecionar selos. Nos jogos locais e torneios, a torcida e as festas davam o tom da comemoração.

Nos jornais, a cobertura aos jogos universitários ocupava posição de destaque, tanto na primeira página quanto nos cadernos de esportes, fazendo ampla cobertura das disputas, publicando notícias diárias dos certames esportivos sediados na capital do estado do Ceará. As modalidades que compunham os jogos universitários podiam variar de acordo com as instalações onde os mesmo iriam se desenrolar ou com o numero de inscritos em determinadas modalidades, mas basicamente, tínhamos: futebol de salão, basquete, vôlei, handebol, atletismo, natação, xadrez e tênis de mesa. Eventualmente, foram disputados pólo aquático, esgrima, judô e tênis de campo. As modalidades esportivas se subdividiam em duas categorias, masculino e feminino.

A escolha dos atletas que iriam participar dos jogos não cumpria grandes formalidades. Dentro do curso, torneios aconteciam para que fossem escolhidos os atletas de cada curso, que o representariam em uma dada modalidade. Nos Jogos Universitários, o Diretor de cada modalidade da FUCE observava quais atletas se destacavam, então estes comporiam a delegação da FUCE, representando o Ceará nos JUBS. Em última instância, os atletas que se destacavam nos JUBS formavam o grupo que iria representar o Brasil na Universíade, jogos universitários que reuniam atletas universitários de todo o mundo.

O esporte na Universidade e os jogos não eram unanimidade. Os estudantes mais alinhados com uma visão “esquerdista” e mais engajados politicamente, em um primeiro momento, se mantinham à distância das entidades que articulavam a questão do esporte na Universidade. De acordo com o que nos conta Fausto Nilo, Movimento Estudantil e FUCE não se misturavam: “A FUCE pra nós era visto como

o pessoal que pegava dinheiro da universidade pra farrear (...) era um povo da elite, um povo mais direitista, ideologicamente mais, e que chegava muito nos governos, tinha, eram palacianos”. Antes do AI-5 e mesmo logo depois deste, essa situação perdurou.

Com o fechamento das entidades estudantis, os estudantes que buscavam espaços nas brechas do permitido visualizaram no esporte um meio de congregar os estudantes, como afirma Rosa da Fonseca, “foi uma coisa, uma estratégia que realmente foi pensada, alguns companheiros atuaram inclusive na área de esportes”. E completa: “a FUCE era uma forma de estar no meio dos estudantes e juntando o pessoal”.

Na segunda metade dos anos 1970, a estratégia de ocupar as associações atléticas já estava bem mais consolidada. Com uma maior mobilidade, os estudantes envolvidos com a resistência estudantil conseguiam se organizar melhor, e, à frente das associações atléticas, davam importantes passos para a mobilização estudantil. É como nos conta Luis Carlos Paes de Castro, que foi estudante do curso de Engenharia Mecânica entre os anos de 1974 a 1980:

A partir desse grupo de discussão, procurando fazer algumas atividades, surgiu a idéia de que se procurasse essas pessoas que estavam mais interessadas em reerguer o movimento estudantil e participar das associações atléticas. Então, num momento seguinte, acho que no final de 76, início de 77, a gente organizou chapas em vários centros da universidade (...) pra participar da Associação Atlética e através da Associação Atlética, além de levar a questão esportiva, procurar organizar atividades culturais, debates, através das Associações Atléticas (...). A gente lá no PICI, lá na Tecnologia, a gente conseguiu uma sala pra Associação Atlética, colocamos jogos pra atrair os estudantes. Aí conseguimos levar alguns filmes pra passar lá no Auditório, organizamos uma semana de debate sobre as questões relativas à Tecnologia e à Ecologia, com uma certa participação dos estudantes.

Percebemos então que o espaço das associações atléticas era um espaço elástico, que podia se expandir para os mais variados campos onde os estudantes sentissem necessidade de estarem presentes. Mesmo não podendo ser diretamente político, o movimento conseguia suprir algumas das necessidades encontradas pelos estudantes. Mesmo muito preso ao que a legalidade permitia, ainda assim

havia margem para que essa incipiente mobilização fosse aos poucos tomando fôlego.

Mesmo sendo uma forma de associação, à primeira vista, apolítica, e até apoiada tanto pelas universidades quanto pelo governo ditatorial, também o esporte sentiu o impacto das mudanças ocorridas dentro da universidade no início da década de 1970. José Ricardo Brígido de Moura, falando da sua percepção dos jogos universitários:

Eu acredito que os jogos universitários tinham sido um dos alvos ou principais vítimas da implantação de códigos disciplinares mais rigorosos dentro da faculdade. É uma coisa que você pode averiguar na sua pesquisa. Porque no meu tempo a coisa já estava diminuindo mais o impacto. Eu notava isso, que tinha jogos, por exemplo, até 1974 a gente conseguia encher ali o Paulo Sarasate, já existia. Mas a partir do instante que a coisa saiu de lá do CEU, que você já deve ter pesquisado também, que era uma quadra que ainda existe lá no... O CEU era o centro, o foco. Quando começou a sair do CEU, quando começou a descentralizar, aliás, aquilo que eu acho que tenha sido a maior maldade que possa ter sido contra o movimento estudantil, foi exatamente a descentralização. Até da própria concentração dos estudantes, ficou sem ter turma. A coisa era dividida por cadeiras, então era difícil juntar todo mundo. Então a partir que você fez isso também com jogos, descentralizando, aquilo foi perdendo um pouco aquela vibração.

De fato, a influência dos jogos paulatinamente foi diminuindo. Não só seu relevo como evento que mobilizava a sociedade cearense, o que pode ser sentido com a redução da cobertura feita pelos jornais dos jogos, bem como do destaque dado. Mas, principalmente, sua importância como evento mobilizador dos universitários. Este dado pode ser sentido durante as entrevistas, em que grande parte dos entrevistados não reputa grande adesão dos estudantes aos Jogos Universitários na segunda metade dos anos 1970: Helena Serra Azul Monteiro, Walda Viana Brígido de Moura, Maria Cláudia Nogueira de Lima, José Ricardo Brígido de Moura. Perguntada sobre os Jogos Universitários e as Associações Atléticas em seu curso, Odontologia, Walda nos diz que “existia, mas não era muito forte não”. Já Maria Cláudia é ainda mais enfática quando perguntada sobre a organização das entidades esportivas no curso de Ciências Sociais: “Não tinha, não tinha nada disso.”.

Vemos então que a repressão e o clima de medo que existiam naquele momento afetaram também essa manifestação espontânea dos estudantes. Reduto da resistência estudantil, as associações atléticas se propunham a diversas atividades, mas, ao mesmo tempo, vinham perdendo sua força naquela que seria sua ação precípua: o esporte. A perda de vínculos com a turma ocasionada pela implantação do sistema de créditos e a descentralização dos jogos, que saíram da quadra do CEU para ocupar outras praças esportivas, especialmente o Ginásio Paulo Sarasate, que se situa um tanto distante dos Campi da UFC, foram apontadas como causas para a perda de vibração por parte dos estudantes com os jogos universitários.

Assim, o esporte, que foi utilizado como meio de mobilização e realização de muitas atividades, proporcionando a interação entre estudantes de interesses comuns, também foi, por sua vez, afetado pela nova ordem imposta dentro das universidades.

## **2.2 Para além dos muros da universidade**

O tripé ensino – pesquisa – extensão já era uma reivindicação antiga quando foi reconhecida pela Reforma Universitária de 1969. Dentro desta necessidade e em meio a diversos interesses ideológicos, muitos eram os programas existentes nas universidades com o intuito de aliar propaganda do regime e aprendizado prático.

Nacionalmente, o que mais se destacava era o Projeto Rondon. Criado em 1968, este projeto perdurou até início dos anos 1980. Passados quase vinte anos, o Projeto Rondon foi retomado por ex-rondonistas e, por meio de parcerias com universidade e prefeituras, tem realizado atividades em diversas partes do país.

Em seu nome, o projeto já deixa claro muito do seu cabedal ideológico: o Projeto Rondon seria uma continuação da obra da Comissão Rondon, grupo que, de 1900 a 1930, chefiados pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, realizou a expansão para o Oeste das linhas telegráficas brasileiras.

À época, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso, nome oficial da Comissão Rondon, foi vista como um grande impulso ao progresso material da região e maior responsável pela integração de vastas regiões à nação brasileira. A figura do Marechal Rondon acabou por dominar os trabalhos da comissão, repousando nele significativo potencial ideológico. Continuidade do ideal

do bandeirante audaz que aliava coragem á inteligência, o engenheiro militar comandante da comissão tornou-se um mito para a jovem república, sendo seu trabalho considerado uma lição cívica para todos os brasileiros. Com forte inspiração positivista, a própria comissão trabalhou para construir a memória de seus feitos grandiosos através de fotografias, filmes mudos e correspondências, além de ampla cobertura dos jornais do período. Sua grandiosa realização, fruto da vontade de um homem forte, foi o alicerce para a construção do mito em torno da figura de Rondon: pacificador, protetor dos índios, guardião das fronteiras nacionais e civilizador do sertão.

Todos esses elementos estavam muito de acordo com os ideais da ditadura militar brasileira imposta pelo golpe de 1964. Nada mais apropriado do que vincular um projeto que iria trabalhar com jovens universitários em regiões carentes do país com um mito militar:

Esses são elementos recorrentes também nos projetos e iniciativas que reivindicam o papel de continuadores da “obra de Rondon”, ainda hoje. Desde o famoso “Projeto Rondon”, instituído pela ditadura com o objetivo de levar estudantes universitários ao interior do país para que pudessem “participar do processo de integração nacional” – (...), todos eles tem em comum o fato de buscarem inspiração e justificativa nos ideais de integração territorial, defesa da soberania nacional com base na vigilância e ocupação das regiões de fronteira na Amazônia.<sup>84</sup>

O Projeto Rondon surge sob esse prisma de atuar onde o Estado não chegava. Uma retomada dos ideais de Rondon, em que os universitários iriam para regiões desertas e atrasadas levando civilização para as populações primitivas.

O Projeto Rondon existia em duas modalidades: o Rondon local, em que os estudantes atuavam dentro de seu estado de origem, e o Rondon nacional, em que os estudantes viajavam para outro estado. A seleção era feita através da análise dos históricos dos candidatos e entrevista. Após a seleção, os estudantes selecionados passavam por um breve treinamento. Uma vez em campo, eles passariam a executar o trabalho para o qual foram selecionados. Para cada operação do Projeto Rondon eram selecionados estudantes de determinados cursos, de acordo com a necessidade local: Medicina, Odontologia, Enfermagem,

---

<sup>84</sup> MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’. São Paulo: EDUC, 1998. pg. 23.

Serviço Social, Agronomia, Ciências Sociais, dentre outros. O Ministério da Defesa, órgão federal por trás do Projeto, fazia a seleção conjuntamente com a universidade, e era responsável pelo transporte dos universitários, enquanto a Prefeitura do Município beneficiado pela visita garantia alimentação e hospedagem.

Para os estudantes mais envolvidos com os movimentos de esquerda, o Projeto Rondon “era uma coisa assim, militarista de direita”, como nos diz Helena Serra Azul. Os estudantes mais alinhados com a resistência à ditadura entendiam somente o lado assistencialista e ideologicamente comprometido com a ditadura e conforme explica Fausto Nilo: “A gente combatia porque era uma ação com os jovens do governo, a gente achava que aquilo dividia, tirava potenciais de incorporações do movimento estudantil, entendeu? Porque dava uma alternativa para alguém reconhecer no governo ações comunitárias”.

Para além das limitações do Projeto Rondon, seu caráter militarista e sua visão assistencialista, era uma oportunidade de o estudante aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade. Sua proposta de interiorização levava essas ferramentas para os mais longínquos recantos do país. Tanto para a população que recebia os serviços quanto para os estudantes que os prestavam, era muito proveitoso. Maria Cláudia nos fala de como foi sua experiência no Rondon Ceará:

Eu não lembro exatamente qual foi o trabalho que a gente fez lá, mas era alguma coisa de ver a questão da estrutura urbana das cidades, problemas. Era uma coisa mais de um diagnóstico. Como a nossa área não era uma área de executiva, porque, por exemplo, o pessoal da Medicina era o dia todo atendendo pacientes, fazendo parto, era no atendimento mesmo. E o pessoal dessa área mais humanista, era mais estudo. Me lembro que fui eu e um arquiteto que ficamos em São Benedito. Eu acho que era um pouco isso, fazer um diagnóstico, a gente viajava pelos arredores, pelos bairros, pra ver qual era a situação do município.

Essa experiência na área profissional fora da universidade levava os estudantes a se confrontarem com uma realidade que poucos conheciam, aquela vivida pelas populações do interior, que geralmente não tinham muitos recursos. A interação com essas comunidades era mais que a oportunidade de exercitar a profissão, mas também de ampliar sua visão de mundo e de ver a necessidade de estar olhando para essas comunidades muitas vezes esquecidas.

Walda Viana, que participou do Projeto Rondon Nacional em 1977, hoje coordena o Rondon na UFC. Tomou conhecimento através de um cartaz afixado na faculdade e, após a seleção, viajou para Mato Grosso do Sul:

Então a gente ia, se agrupavam os profissionais da nossa área e nós... eu pelo menos ia para o consultório dentário. Saía de manhã cedo e ficava o dia todo trabalhando com o dentista da cidade. Fui para Coxins, que era no Mato Grosso do Sul. E dessa viagem nós passamos 21 dias, ainda tinha a volta. E nós, quando chegávamos, ainda íamos fazer o relatório de toda a experiência. Na cidade, nós fazíamos movimentos culturais, tinha pessoas no grupo que era, gostavam de música, como era o caso daquele, do Quinteto Agreste, o Mário Mesquita, ele era do nosso grupo, então ele movimentou, fez coreografia, nós dançamos a dança do coco e levávamos a cultura daqui, nordestina, pra lá. E era muito interessante a interação com a comunidade, participávamos de vários movimentos.

Essa atuação/interação, respaldada pelo Exército, muitas vezes levava ao choque entre o profissional antigo, muitas vezes desatualizado, e o jovem estudante, que trazia da universidade novas técnicas e procedimentos. Mas o caráter assistencialista do Projeto Rondon estava na reprodução das tecnologias, sem a análise do ambiente em que aquela população estava inserida, sem a preocupação em levar novos conhecimentos para aquela comunidade, tão somente focados em prestar uma assistência para sanar os problemas, sem procurar ver suas causas. Nesse aspecto, a experiência de Walda Viana com o dentista da cidade nos mostra uma oportunidade de troca de saberes que foi muito mal aproveitada, pois enquanto o estudante aprendia a prática de sua profissão não tinha a liberdade de passar os avanços em sua área:

E na época, não tinha diálogo. Então eu mesma me submeti a algumas coisas que eu não queria ter feito. Era botar água na boca da pessoa depois que tirava o dente. Sabia que tinha que colocar era um algodão enxuto e mandar morder. E o dentista lá lavava a boca da pessoa e eu via que aquilo ia prejudicar o sangue, ia piorar, ia dar uma hemorragia. E eu “não, já limpei...” e ficava naquilo, mas eu não tinha condições, eu não tinha coragem de dizer pra ele, nos olhos que a gente não fazia mais assim.

Desta experiência, ficavam as lembranças da viagem, o aprendizado do exercício da profissão e muitos amigos. Uma falta, é que era um trabalho sem

continuidade, que o estudante podia participar de várias operações do Rondon, tanto em seu estado de origem quanto em outras áreas do país, mas que após a viagem não havia nem uma continuidade com a comunidade assistida, nem uma discussão dos resultados obtidos, no caso de uma pesquisa ou de um levantamento. Muitas vezes, o resultado sequer era conhecido, como no caso da experiência com o Rondon relatada por Elísio Cartaxo, que participou duas vezes do Projeto:

E o outro foi em Granjeiro, que eu também fui sozinho, era um Atlas Folclórico, que eu nunca vi, não vi o resultado. Porque era um Atlas Folclórico Brasileiro, foi feito em todo Brasil. Acho que, foi uma experiência muito legal. Encontrei manifestações culturais de artesanato, de música, banda de pífano, uma família toda de músicos que fazia um trabalho em sisal, isso dentro de uma serra. E era um, era uma coisa que eu participei, era uma experiência que o Rondon oferecia pra gente, no momento não tinha nenhuma visão política do que representava o Projeto Rondon. Mas que nós participamos e eu achei importante. Só sei que depois a gente vê que o resultado... Dessa Atlas eu nunca tive notícia.

Outro programa do governo junto às universidades era a Operação Mauá. Também no nome, esse programa trazia o mito de um grande brasileiro, segundo o pensamento do regime. Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, esteve à frente do primeiro surto industrial brasileiro, e, como grande empresário de meados do século XIX, deu nome à chamada Era Mauá.

Contrariando o pensamento corrente na época, Mauá apostou no potencial brasileiro, aproveitando os espaços em que muitos não ousavam se arriscar para expandir seus negócios. Seus negócios abrangiam empresas particulares e associações com o governo, e atuavam no Brasil, América Latina, Estados Unidos e Europa. Chegou a contar com 17 empresas em seis países, como bancos, casas de comércio, companhia de gás, companhia de bonde, companhia de navegação a vapor, estrada de ferro, fundições. Apesar de todo o dinamismo, Mauá foi à falência em 1878, sendo a falta de apoio governamental e a concorrência estrangeira apontados como as principais causas de seu fracasso<sup>85</sup>.

A Operação Mauá tinha como intuito mostrar para os estudantes as grandes empresas em atuação no país, especialmente aquelas empresas do governo ou

---

<sup>85</sup> Para maiores informações sobre a trajetória do Barão de Mauá, confira: CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

subvencionadas por ele. Enquanto o Projeto Rondon se voltava a prestar uma ajuda a um Brasil esquecido e atrasado, a Operação Mauá mantinha seu foco no Brasil que dava certo, que crescia economicamente, que era responsável por um grande salto tecnológico no país. A Operação Mauá trabalhava com o Brasil do futuro que os militares queriam construir ainda no presente.

Assim como o Projeto Rondon, a Operação Mauá era voltada principalmente para os estudantes dos semestres iniciais. Enquanto projetos de pesquisas, estágios e outras formas de extensão universitária, como o CRUTAC, em que nos deteremos mais adiante, eram voltados mais para estudantes que já tinham alguma experiência, estes dois projetos, em especial a Operação Mauá, serviam como uma primeira oportunidade para o estudante atuar fora dos muros da universidade.

Maria Cláudia, que participou da Operação Mauá, viajando para Minas Gerais e conhecendo o funcionamento de grandes empresas, descreve como foi sua experiência de “ver experiências exitosas de como o governo estava levando adiante grandes empreendimentos”:

Então era pra você ver os grandes projetos. Eu me lembro que essa viagem que eu fiz pelo Mauá foi pra Minas. Fomos conhecer a Siderúrgica Belgo-Mineira, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce. Nós conhecemos grandes, grandes empresas nessa visita. Foi uma viagem de conhecimento, do que eram grandes empresas estatais. E era assim, tinha um ônibus, esse ônibus ia cheio de estudantes de áreas diversas. A gente passava por um processo de seleção que era mais currículo e tudo. E tinha uma pessoa que acompanhava a gente, que tinha articulação já. (...) Quando você chegava nesses lugares, no caso da Operação Mauá, você tinha, a empresa estava pronta para recepcionar esse pessoal todinho. Quer dizer, você tinha uma pessoa pra expor o que que era o Projeto, o que que era aquela empresa, tinha material de divulgação pra gente, tinha, eles tinham uma boa recepção, geralmente a gente tinha um almoço ou uma janta pra receber. Ou seja, era uma empresa que se preparava pra receber estudante.

Essa característica do empresariado envolvido em um projeto educacional do Governo Federal era um traço da Operação Mauá, assim como sendo um projeto mais “passivo”, onde o estudante não ia atuar diretamente, mas sim aprender. De acordo com Luis Carlos:

Era um pouco de turismo e conhecer um pouco da realidade. Eu participei de uma viagem dessas, pra Salvador. Aí lá você

visitou o pólo petroquímico de Camaçari, visitamos lá o... Petrobrás, a base naval de Aratu. De certa forma era uma tentativa de tentar mostrar para os estudantes um Brasil grande.

Era uma viagem de conhecimento, de abertura de horizontes, de enriquecimento da formação universitária. Enquanto o governo pretendia que fosse apenas a divulgação de suas grandes realizações, destas viagens os estudantes tiravam outras valiosas lições. Dentro dessa vitrine da política desenvolvimentista do Estado brasileiro, os olhares dos estudantes eram plurais, e o conhecimento gerado nas visitas provocava reflexões muitas vezes críticas. Em sua viagem a Recife pela Operação Mauá, José Ricardo evidencia a visita feita à sede da SUDENE, que vivia então seu auge:

Então foi todo mundo pra SUDENE, assistimos a algumas assembléias deliberativas, uma assembléia deliberativa, a um julgamento de um projeto, e pelo menos uma coisa eu pude realmente perceber, na ocasião inclusive foi alvo de algumas entrevistas, que mesmo com todo esse impedimento tinha já um senso crítico determinado. No caso a gente verificava, vendo na SUDENE, que há concentração de projetos para determinados grupos, a concentração de projetos pra determinadas empresas, e principalmente pra determinados estados. Então se aquilo era feito pra desenvolver o Nordeste, já havia ali, a gente percebeu, pelo menos alguns perceberam, que também poderia haver um motivo de concentração, principalmente nas regiões urbanas, que realmente se configurou.

Conhecimento de outras realidades, conhecimento do que estava acontecendo do país, conhecimento técnico, conhecimento prático. Viagens de conhecimento e crescimento, tanto pessoal quanto profissional. Apesar da motivação ideológica ufanista por trás desses programas, o mérito de ser uma atividade de extensão de caráter nacional voltada para os estudantes universitários não pode ser negado. E muito menos os resultados dessas viagens em cada estudante poderiam ser previstos ou controlados.

Além dessas iniciativas de âmbito federal, existiam algumas oportunidades de pesquisa e extensão criadas e mantidas na própria Universidade Federal do Ceará. Além das bolsas de pesquisas ligadas aos professores e às monitorias, havia programas de extensão junto às comunidades.

Existia o Projeto Pacatuba, ligado à Faculdade de Medicina. Era um projeto de extensão nos moldes assistencialistas, muito semelhante ao Projeto Rondon, com o diferencial de que tinha uma bolsa. Segundo Helena Serra Azul, que foi bolsista do projeto, uma experiência muito boa, que levava assistência para a Serra da Pacatuba, proporcionando uma vivência fora dos muros da Universidade.

Outro projeto interessante, apesar de manter o mesmo caráter assistencialista, era o Projeto Neo-Pirambu, em que, de acordo com o relato de Walda Viana, que participou deste projeto, os estudantes, especialmente aqueles na área de saúde, realizavam atendimentos do bairro do Pirambu, periferia de Fortaleza.

Mesmo depois de concluídas as atividades da Operação Mauá, esta ainda auxiliava os estudantes que havia feito uma de suas viagens na questão de estágios junto a órgãos públicos. Com isso, José Ricardo, através da Operação Mauá, foi chamado e integrou, junto ao DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra a Seca, o programa de cooperação da Missão Técnica de Israel-Brasil. Ele relata da sua experiência:

Também foi uma coisa muito importante, nós pudemos fazer visitas aos canteiros de obras das construtoras, a participar dos projetos, ter contato com outros engenheiros de outros países. Inclusive alguns deles falavam apenas inglês. Os caras lá, eles falavam inglês e eram engenheiros muito bons. Tivemos oportunidade de fazer viagens juntos também ao setor de implantação do projeto. Naquele tempo também a gente pode detectar que existia uma diferença muito grande na qualidade de mão de obra, por que a gente, os próprios engenheiros nos advertiam de que aquilo que a gente tava fazendo ali no, dentro do escritório, tava muito longe do que ia ser executado.

Todas essas iniciativas ajudavam trazendo ganho de experiência profissional aos estudantes, o que levava a muitos a desenvolver uma visão crítica acerca de sua profissão. Para aqueles que puderam e quiseram fazer parte, foi uma importante contribuição para sua formação.

Destes projetos de extensão da UFC, o maior, mais conhecido, mais abrangente e de maior durabilidade foi o CRUTAC, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária. Criado em 1971, e trabalhando muitas vezes em consonância com o Projeto Rondon, a filosofia do CRUTAC era, como vemos em seu processo de regulamentação:

O CRUTAC-Ce expressa uma filosofia e uma política de interiorização da Universidade Federal do Ceará como participantes no processo de desenvolvimento, criando condições para preparação dos futuros profissionais, em treinamento interdisciplinar integrado, através da Ação Comunitária e do incentivo à sua capacidade de iniciativa.<sup>86</sup>

Muitos dos conceitos que vemos na filosofia do CRUTAC ainda hoje são trabalhados na universidade: interiorização, interdisciplinaridade, integração, ação comunitária. E até hoje esse projeto está em funcionamento na UFC, subordinado à Pró-Reitoria de Extensão.

A metodologia do CRUTAC tinha algumas peculiaridades. Primeiro, o programa contava com infra-estrutura própria dentro dos municípios onde atuava. Além disso, era um trabalho desenvolvido ao longo de um período de tempo, e não somente uma viagem de alguns dias no período de férias, mas sim um esforço ao longo de um ano, por exemplo, com viagens regulares a campo. Mas a diferença mais significativa se dá na própria metodologia de desenvolvimento desses trabalhos, como explica Maria Cláudia, que participou do CRUTAC no seu último ano de graduação:

E no caso do CRUTAC tinha um, éramos duas sociólogas. E nós fizemos uma pesquisa sobre imigração lá. Nós começamos a pesquisa todinha. E também era mais ou menos no esquema do Rondon, só que a diferença é que a gente tinha uma orientação, já saía... Por exemplo, eu saía pra fazer uma pesquisa, tinha uma professora que orientava aquela pesquisa, no caso a nossa orientadora foi a Sulamita. E eu acredito que o pessoal das outras áreas também. E esse era diferente porque não era uma orientação do Projeto Rondon para todos os estudantes de forma indiferenciada, já era cada um dentro da sua área, tendo uma orientação de um professor daquela área.

Do CRUTAC-CE participavam estudantes dos mais variados cursos, trabalhando tanto diretamente auxiliando a comunidade, prestando serviço assistencialista, quanto realizando pesquisas e diagnósticos. No relatório do CRUTAC de 1973<sup>87</sup>, vemos relacionados os seguintes cursos: Agronomia, Ciências

---

<sup>86</sup> Arquivo Geral da Universidade Federal do Ceará. Processos Administrativos. Filme 664. Flash 00308. Processo 17124.

<sup>87</sup> Arquivo Geral da Universidade Federal do Ceará. Processos Administrativos. Filme 698. Flash 00071. Processo 2206/74.

Sociais, Ciências Econômicas, Direito, Educação, Enfermagem, Farmácia, Geociências, Geologia, Medicina e Odontologia. No tocante à seleção, o fato de ter feito parte de um projeto contribuía para participar de um outro.

Dentro do regimento que regulamentava o CRUTAC-CE, um ponto nos chamou a atenção. Dentro do tópico 5, intitulado “Da seleção e treinamento dos universitários”, a letra “g” deixa transparecer o tipo de relacionamento que estes projetos de extensão mantinham com estudantes mais alinhados à esquerda. Muitos dos nossos entrevistados, quando perguntados se havia algum empecilho à participação de estudantes mais engajados em programas como o Projeto Rondon, Operação Mauá ou CRUTAC, ou se tinham conhecimento de que algum estudante houvesse sido desligado por questões ideológicas, afirmaram não ter conhecimento disso, no entanto não descartaram essa possibilidade. Mas lemos: “Poderá ser desligado em qualquer fase do treinamento, o estudante que venha a ferir qualquer princípio da moral e da ética e *segurança nacional*, ou que não venha cumprindo as tarefas que lhe foram incumbidas”<sup>88</sup>.

Com a atuação de órgãos de segurança dentro da universidade, e com toda a perseguição aos estudantes alinhados ao pensamento de esquerda e à resistência à ditadura, o veto de sua participação em programas de extensão, pesquisa, estágios e monitorias promovidos pela universidade era uma das muitas realidades encontradas na universidade conhecidas por poucos. Helena Serra Azul fala de como foi prejudicada em sua vida acadêmica como resultado de sua atuação política: “Por exemplo, eu tentei monitoria, passava nas provas e não vinha porque, chegava lá na hora e os órgãos de informação não deixavam. Aí eu perdi algumas monitorias”.

Outro importante indício do tratamento dado às vozes dissonantes dentro dos programas de extensão vemos em O Povo, em que a chamada de uma matéria estampa: “Rondonistas não podem fazer críticas políticas”<sup>89</sup>. Nesta reportagem, fala-se que é vedada aos rondonistas qualquer participação política, ideológica ou religiosa. Esta matéria seria uma resposta a uma outra reportagem do mesmo jornal, datada de 28/05/1978, e intitulada “Rondon: a nova participação dos

---

<sup>88</sup> Arquivo Geral da Universidade Federal do Ceará. Processos Administrativos. Filme 664. Flash 00308. Processo 17124. Grifo nosso.

<sup>89</sup> Jornal O Povo, 2 de junho de 1978, nº15734, pg5.

estudantes”<sup>90</sup>, em que um estudante se manifesta denunciando que uma senhora havia sido impedida de participar de um curso de arte culinária promovido pelo projeto por não ser amiga do vice-prefeito.

Em relação às monitorias, eram outra forma de se estar atuando dentro da universidade, como monitor de uma disciplina. A seleção para as monitorias era baseada numa prova, realizada semestralmente. José Ricardo foi monitor da disciplina de Cálculo por quatro anos: “Auxiliávamos os professores, dávamos algumas aulas de exercícios. Uma atividade também muito importante para a minha formação como professor, ter sido monitor.”.

Além do ganho profissional, as monitorias também levavam a uma maior aproximação com os professores, inclusive aqueles mais engajados politicamente, o que abria os horizontes dos estudantes para a atuação política dentro da universidade e na sociedade como um todo, mesmo de forma clandestina. Como nos fala Maria Cláudia: “Eu faço a monitoria e quando eu entro, eu entro mesmo na monitoria que eu tenho um envolvimento mais de perto com os professores, eu em envolvo mais com a política estudantil”. E completa: “Eu acho que eu começo a participar mais pelo fato de estar, da monitoria, de estar mais vinculada a professores que eram mais envolvidos na política, que era a Maria Luíza e Maria Laura (...). E elas eram bem engajadas em política”.

Neste caso, o contato mais próximo com professores engajados proporcionou um envolvimento político, atuando até mesmo em reuniões clandestinas onde se discutia o problema da luta pela anistia e na organização de eventos, como apoio a estas iniciativas.

De uma forma ou de outra, a abertura de horizontes proporcionada ou por uma viagem ou por um trabalho, onde os estudantes tinham a oportunidade de entrar em contato com uma realidade outra, desconhecida. O contato com pessoas carentes, esquecidas do Estado, isoladas dos grandes centros urbanos, e com professores politizados, engajados, tem o poder de despertar o estudante para questionamentos e reflexões críticas. A vontade de ajudar o próximo e a vontade de aprender se tornam vontades políticas, e suas ações adquirem essa conotação; mesmo não sendo uma concepção estrita de ação política, não podem ser desconsideradas como tal.

---

<sup>90</sup> Jornal O Povo, 28 de maio de 1978.

### 2.3 Culturas, debates e resistências

Na história brasileira, a cultura e a arte por diversas vezes se fizeram de palco para a crítica política. Se, na Era Vargas, com o início das comunicações em massa, esse campo já despontava como importante para a luta política, no regime militar brasileiro dos anos 1960/ 1970, tornou-se como espaço fundamental para a resistência e o protesto.

Mesmo após o AI-5, mesmo com a censura, mesmo com o exílio de importantes músicos, compositores, cineastas, poetas, atores, diretores, teatrólogos, as vozes ainda podiam ser ouvidas. Os Centros Populares de Cultura - os CPC's da UNE –, os grupos de teatro Arena e Oficina, o Cinema Novo, a música de protesto e a Tropicália. Artistas de diversas linguagens, movimentos de diversas inspirações.

Na UFC, até 1968, o Diretório Acadêmico de Arquitetura e o Instituto de Física eram pólos de criação, divulgação e contestação. Arte, cultura e política em meio à universidade, tendo um papel importante para toda a cidade de Fortaleza.

Com o fechamento dos diretórios e o recrudescimento da ditadura, bem como com o endurecimento da censura, a vida cultural e artística da UFC sofreu um forte impacto, assim como ocorreu em todo país. O que não impediu que iniciativas desta natureza continuassem ocorrendo, e continuassem congregando para a mobilização e para o protesto.

As atividades culturais serviram de espaço de atuação estudantil, sendo um espaço mais fluido. Ora existindo no contexto das associações atléticas, ora como iniciativa das representações estudantis, ora como articulação das esquerdas clandestinas, dentro e fora da universidade os estudantes estavam fazendo e consumindo arte, vivenciando a cultura de forma crítica e debatendo. Também com a possibilidade de cultura e arte serem atrativos para estudantes pouco engajados e politizados a se fazerem presentes em atividades e eventos de protesto.

Se até mesmo as atividades estritamente acadêmicas foram afetadas pelas mudanças ocorridas na UFC e pelo clima de medo e insegurança dentro das universidades, as iniciativas dos estudantes nesse sentido também foram tolhidas. Maria Cláudia nos conta uma das maneiras que o currículo do curso de Ciências Sociais foi duramente afetado pela censura:

“Tinha a questão da repressão, que você não pode, não tinha todo o conteúdo que, por exemplo, seria necessário. Como é que você faz Sociologia do Desenvolvimento e você não dá todos os conteúdos da questão do desenvolvimento? Você não vê a questão da dialética, você não vê a visão marxista da questão do capitalismo, quer dizer, então teve muita limitação.”

Conteúdos ignorados por uma questão política. O medo era tanto que quando um assunto “proibido” era abordado, gerava desconfiança, como Maria Cláudia nos fala:

Tinha muita, muita repressão, tinha muito medo, tinha muito medo. Tanto que, por exemplo, eu termino o curso em 75, e no começo de 76 eu vou fazer uma especialização ali no CETREDE. E eu me lembro que um dos professores, que vem de Brasília, ele distribui um leque de textos pra gente ler e um deles era o “Manifesto do Partido Comunista”. E todo mundo, ninguém se habilita a participar desse grupo de discussão do manifesto por que... o que aquele professor queria com a discussão daquele documento?

Medo de discutir, medo de ler, medo de saber, um medo muitas vezes internalizado, mas sempre justificado pela presença de órgão de informação dentro da universidade. Não se sabia ao certo o alcance, mas se tinha muito cuidado, até com os livros, como fala José Ricardo: “Tinha livros que não tinha a disponibilidade de você... se você tirasse certos livros na biblioteca, quando tinham, você tinha até receio de que aquilo pudesse ver qual o livro.”

Dentro das Universidades, os órgãos de informação da ditadura militar funcionavam na forma de “Assessorias de Segurança e Informação”. Seu papel era basicamente o de vigiar. Vigiar atividades dos estudantes, vigiar a representação estudantil, vigiar possíveis mobilizações. Todas as atividades organizadas pelos estudantes, no espaço da Universidade, quando era feita a solicitação do espaço, passavam pelo aval final da ASI, que só respondia ao reitor ou diretamente ao MEC.

Achar vestígios da atuação da Assessoria de Segurança e Informação na Universidade Federal do Ceará é bastante difícil. Mas, analisando os processos administrativos da universidade, é possível ver alguma coisa acontecendo. Ofício ao Reitor Pedro Teixeira Barroso comunica a realização da I Mostra de Filmes Super 8, no dia 22 de abril de 1977, às 20:30h, no Auditório Castelo Branco: “Referida promoção foi elaborada por uma equipe de alunos, sob a supervisão do Prof. Gilberto Marques do Vale, do Curso de Comunicação Social, do Centro de

Humanidades, dentro do Programa Bolsa Arte MEC/DAC/DAE/UFC.” No ofício, o Pró-reitor de Assuntos Estudantis João Nunes Pinheiro solicita a concessão do auditório. Após o convite para a mostra em anexo, vemos o caminho burocrático percorrido pelo pedido. Com a abertura do processo, este foi encaminhado à ASI para seu parecer: “A ASI/UFC nada tem a se opor quanto à cessão do Auditório Castelo Branco para a promoção solicitada, *desde que a mesma não fuja ao seu objetivo.*”<sup>91</sup> Em seguida, o processo encaminhado para o cerimonial da UFC para a reserva do auditório na data da mostra.

Estava autorizada a exibição dos filmes, não debates e discussões sobre os mesmos, muito menos manifestações quaisquer relativas aos seus conteúdos; o auditório pode ser concedido aos estudantes. Ou seja, caso a ASI não concordasse com a atividade proposta, ela poderia ser automaticamente vetada.

Em outra ocasião, os presidentes das associações atléticas se propuseram a promover uma festa junina na universidade. Para tanto, enviaram um ofício ao Reitor, em 19 de junho de 1978, solicitando a concessão da quadra do CEU e a ajuda financeira para o pagamento de um sanfoneiro, na importância de três mil cruzados. Após abertura do processo, este foi encaminhado à ASI, “para tomar conhecimento”, que assim se pronuncia: “Festividade típica do folclore brasileiro, das mais aglutinantes e de grande valia, para que os estudantes admirem, estimem e se enternecem pelas nossas tradições. Nenhuma restrição.”<sup>92</sup> O Ofício segue à PRAE para sua consecução.

Muitas vezes, as iniciativas dos estudantes não precisavam chegar à reitoria para serem frustradas. Os estudantes de Direito solicitaram a concessão do Auditório da Faculdade de Direito para a realização “de um debate sobre assuntos do interesse dos estudantes”, com os então deputados federais Iranildo Pereira, do PMDB/CE e Heitor Alencar Furtado, do PMDB/PR, às 20 h do dia 11 de maio de 1979. O ofício contava com a assinatura de 32 estudantes, mas não vinha em nome de nenhuma associação ou representação constituída. O diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados Prof. José Adriano Pinto, a quem o ofício primeiramente fora encaminhado, o redireciona para a reitoria, com a seguinte informação anexada:

---

<sup>91</sup> Arquivo Geral UFC. Processos Administrativos. Filme 757. Flash 0077. Processo nº5022/77.Grifo nosso.

<sup>92</sup> Arquivo Geral da UFC. Processos Administrativos. Filme 788, Flash nº00122, Processo nº 8229/78.

Alunos do Curso de Direito formulam a esta Diretoria pedido de cessão do auditório para a realização de encontro com os deputados Iranildo Pereira e Heitor Alencar Furtado, no dia 11 do corrente às 20:00 horas, no qual declaram, serão tratados “assuntos do interesse dos estudantes”.

Como a matéria a ser debatida se anuncia com indicação de temática política eis que os debatedores se apresentam com a qualidade de deputados federais e não foi indicada qualquer temática educacional, científica (sic) ou de formação profissional, tem-se, no caso a competência do Magnífico Reitor para a autorização solicitada.

Registre-se, por oportuno, que esta Diretoria tem posição firmada e manifestadas a órgãos e entidades, públicas ou privadas, contra a utilização do auditório em dias e horários de atividades normais do Curso de Direito, tanto porque perturba a realização das aulas como porque gera conflitos e reclamações decorrentes da afluência de participantes estranhos ao Curso relativamente ao estacionamento de veículos, congestionando e mesmo bloqueando carros de alunos e professores.

Sugiro, pois, que a autorização seja dada com a modificação de data para recair em um sábado ou, então, no horário compreendido entre 13 e 16 horas dos demais dias.

Em nota subsequente do mesmo processo, sem identificação ou carimbo, aparece manuscrito: “de acordo com a informação do diretor do centro, decerto a representação estudantil marcar uma data que não coincida com os dias de aula, bem como declarar o assunto a ser debatido pelos parlamentares”<sup>93</sup>. Após assinatura desta “opinião não identificada”, o pedido foi encaminhado à PRAE, onde foi arquivado.

Dias depois, estudantes do Curso de Direito solicitam o mesmo auditório para a realização de uma assembléia geral, pedido que novamente foi encaminhado pelo diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados ao Reitor, com a mesma alegação de que sua realização trará prejuízos e perturbação às atividades escolares normais, mesmo se dizendo favorável a qualquer reunião de estudantes, “desde que se identifiquem os responsáveis pela promoção”<sup>94</sup>. O pedido foi indeferido.

Apesar de todos estes empecilhos, muitas atividades eram realizadas, encontros científicos, eventos culturais, assembléias e debates. Sempre com o cuidado de que nenhuma temática política transparecesse da iniciativa.

---

<sup>93</sup> Arquivo geral UFC. Processos Administrativos. Filme 810. Flash 00030. Processo n° 6676/79. Grifo no Original.

<sup>94</sup> Arquivo geral UFC. Processos Administrativos. Filme 810. Flash 00243. Processo n° 7280/79.

Neste sentido, eventos acadêmicos tinham boa chance de obter sucesso. Ou pelo menos o apoio da universidade. Em 1970, o diretor da Faculdade de Farmácia, Prof. Oswaldo Rabelo, envia ofício ao Reitor comunicando a intenção de realizar, no município de Juazeiro do Norte, a III Jornada de Farmácia, que em duas edições anteriores, sempre em municípios diferentes, os estudantes levaram a cabo “o levantamento das condições sanitárias de municípios do nosso Estado com muito sucesso”<sup>95</sup>.

Os estudantes de Medicina, junto à Delegacia Regional do Ceará do Encontro dos Estudantes de Medicina do Brasil, realizaram a I Jornada Cearense de Estudantes de Medicina (I JOCEME) em parceria com o Governo do Estado do Ceará e Universidade Federal do Ceará entre os dias 20 e 23 de maio de 1976, com a participação de estudantes do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Com relação aos eventos culturais dentro da Universidade, havia maiores entraves. O que não os impedia. Festas, filmes, shows, exposições, valia tudo para reunir os estudantes. A Caravana Universitária, nos moldes da extinta UNE Volante, levava a cultura cearense para o Brasil e América Latina<sup>96</sup>. Além de calouradas e aberturas dos jogos universitários, e muitas festas em clubes importantes da cidade, aos poucos os estudantes vão retomando o CEU como local de confraternização<sup>97</sup>. E a Semana do Calouro pareceu ter sido bastante concorrida, em O Povo:

Terminarão, amanhã, as atividades da Semana do Calouro, promoção das representações estudantis de todos os centros da UFC, iniciada no dia 16. Houve já uma apresentação especial do Quinteto Agreste e uma feira do livro com o objetivo de intensificar o intercâmbio de livros entre os estudantes universitários dos mais diferentes períodos e cursos. Realizou-se ontem, um Simpósio com o título “A Universidade em Debate”, em que foram discutidos os seguintes temas: “A Universidade para que?”, pela professora Maria Luíza Fontenele de Almeida, do Curso de Ciências Sociais da UFC; “A Universidade Brasileira e suas perspectivas”, pelo professor José Hamilton Gondim e Silva, Pró-Reitor de Planejamento da UFC; e “A Universidade e o Poder”, a cargo do professor Oscar d’Alva Filho, da Unifor e da FUNEDUCE. Amanhã, a partir das 21 horas, a festa intitulada “O Forró da Bicharada” encerrará a programação da Semana.<sup>98</sup>

<sup>95</sup> Arquivo geral UFC. Processos Administrativos. Filme 632. Flash 00165. Processo nº 5375/70.

<sup>96</sup> Jornal “O Povo”, 13 de janeiro de 1971, pg. 11, Coluna Presença Universitária.

<sup>97</sup> Jornal “O Povo”, 07 de julho de 1976, 2º caderno, p g. 15.

<sup>98</sup> Jornal “O Povo”, 19 de agosto de 1976, 2º caderno, pg. 14, Coluna Presença Universitária.

Promover atividades dentro da UFC para congregar os estudantes era uma meta e um desafio. Associações Atléticas e Representação Estudantil tinham maior força, o que não excluía a possibilidade de estudantes independentes se organizarem. O Forró dos NEFs, promovido pelos estudantes de Comunicação, foi tão bem sucedido que estes já buscaram retomar as tertúlias quinzenais: "O programa viria aproximar mais os estudantes e reviver um acontecimento que anos atrás foi marcante para a geração universitária, que se concentrava no antigo CEU, às sextas-feiras, para danças e papos"<sup>99</sup>.

Nem todas as iniciativas eram tranquilas. Maria Cláudia nos fala de uma feira cultural que aconteceu por volta do ano de 1974, no Centro de Humanidades da UFC, mais especificamente no Bosque da faculdade de Letras. Movimento encabeçado pelo movimento estudantil, essa feira contava com exposição de artes plásticas, poesia, teatro. Estudantes de todas as faculdades. Conta:

"E ali os estudantes se mobilizaram como uma feira cultural. Claro que havia, pra quem tava na organização, saber que o conteúdo dessa feira ia sim aparecer, por exemplo, peça de teatro que tinha, a gente sabia que tinha conteúdo político, de denúncia mesmo".

No seu primeiro dia, a feira cultural já alcançou enorme sucesso, muitos estudantes e muitos artistas. A polícia interveio como um penetra e estraga a festa:

No segundo dia dela a polícia foi lá. Eu acho que foi por conta... A entrada da polícia foi por conta de uma peça que passou. Era uma peça que tinha um conteúdo político mais direto. Então a polícia foi lá e simplesmente desmontou o palco, derrubou as... os cavaletes com os quadros. A polícia entrou lá mesmo pra destruir, destruir. Prendeu estudante na época.

Mesmo com esse fim trágico, o projeto da feira cultural parece ter tido sucesso, pois a idéia vingou e a iniciativa deu frutos, como vemos no jornal Tribuna do Ceará:

Estudantes fazem II Feira de arte Universitária.

---

<sup>99</sup> Jornal "Tribuna do Ceará", de 22 de julho de 1976, pg. 11, Coluna Educação e Cultura.

Numa promoção dos universitários e da Representação Estudantil da Universidade Federal do Ceará será realizada na próxima semana a II Feira Livre de Arte Universitária, de 10 a 12, no Bosque do Centro de Humanidades (Benfica), em acontecimento que desperta o maior interesse no circuito estudantil, dado que, a do ano passado, mesmo sofrendo problemas de organização, por ser a primeira, obteve relativo sucesso.

Este ano, com uma estrutura organizacional melhor, com cada setor artístico tendo um coordenador, vasta programação com apresentações teatrais, shows musicais, apresentação de violões, debates, palestras e mostras de filmes, pintura, fotografia, artesanato, poesias e outras 'atitudes' artísticas deverão acontecer."<sup>100</sup>

Assim, mesmo com “os problemas de organização”, a feira gerou frutos. E muitos outros eram os eventos culturais aglutinadores. Luis Carlos nos conta: “Eu me lembro que, quando nós organizamos um jornal da nossa Associação Atlética da Tecnologia, nós fizemos o lançamento do nosso jornal com um show do Fagner, lá no Restaurante Universitário do Pici, num sábado de manhã.” Esse contato com os artistas locais foi muito importante para os movimentos culturais universitários do período, e muitos destes artistas haviam iniciado suas atividades justamente dentro da UFC, como foi o caso de Fagner, Belchior, Fausto Nilo, Quinteto Agreste, dentre outros.

A Associação Atlética e Cultural do Centro de Humanidades foi um pólo aglutinador e incentivador de atividades culturais e artísticas. Festas, concursos de poesia, exposições de artes, sempre com grande participação dos estudantes, e tendo aí espaços de manifestação, como nos fala Elísio Cartaxo, que foi presidente desta entidade em 1978:

E as exposições, as poesias, eu acho que a participação foi importante porque as poesias eram uma forma de manifestação política, porque o teor dos trabalhos eram trabalhos políticos. Eram trabalhos políticos, a exposição de arte, também tinha teor político, a forma de manifestação.

Além de espaço político de atuação e manifestação, era também espaço de congregação de jovens artistas estudantes de diversas áreas, da música às artes plásticas. Na segunda metade dos anos 1970, era uma dos espaços mais eminentes de organização e criação da universidade, em parte devido às medidas

---

<sup>100</sup> Jornal “Tribuna do Ceará”, de 06 de novembro de 1976, 2º caderno, pg. 10.

tomadas pela Associação Atlética, como podemos perceber na fala de Elísio Cartaxo:

Criamos uma época uma Cooperativa de Artes, onde a gente juntou nomes como hoje, tinha Eugênio Leandro, tinha Calvert, a Kátia Freitas, esse pessoal todo ficou ali na torrinha da Psicologia. Então lá era, tinha uma Cooperativa de Arte. Então foi o começo, o Pingo de Fortaleza, Dílson Pinheiro, esse pessoal todo surgiu da manifestação artística que advém lá da Associação Atlética do Centro de Humanidades, ela foi muito presente e teve um resultado interessante, assim, dentro da Universidade.

Além das atividades dentro da universidade, algumas atividades culturais da cidade congregavam grande número de estudantes e pessoas que se alinhavam mais à esquerda. Um exemplo claro da importância de acontecimentos foi a exibição do filme *Giordano Bruno*, de 1973, um dos grandes clássicos do cinema político italiano dos anos 1970.

O filme fala sobre um dos precursores da ciência moderna, o filósofo, astrônomo e matemático Giordano Bruno (1548-1600). Mostra a sua execução na fogueira pela Inquisição, por causa de suas teorias contrárias aos dogmas da Igreja Católica, como o heliocentrismo de Nicolau Copérnico. Com a direção de Guigliano Montaldo, o filme chegou ao Brasil entre 1974 e 1975.

A boa surpresa veio com o fato de que, curiosamente, esse filme não foi barrado pela censura num primeiro momento, o que permitiu sua exibição normal na cidade de Fortaleza, precisamente no Cine São Luiz, localizado no centro da cidade, um dos cinemas mais importantes da capital. Rosa da Fonseca fala “então fazia várias atividades, debates, que era forma de juntar o pessoal e também desenvolver essa atividade crítica (...) já no período da luta da anistia, entrou em circuito nacional o filme *Giordano Bruno*”. E Maria Cláudia complementa: “Me lembro que houve um filme no Cine São Luis e que era um filme proibido, mas que aconteceu lá, em pleno Cine São Luis e mobilizou muita gente, muita gente foi, assim, terminou o filme todo mundo dispersava muito rápido”.

Outra boa oportunidade de aglutinar os estudantes em torno de uma manifestação cultural provocadora foi no espaço do Teatro José de Alencar. Pegando carona no sucesso do Projeto Pixinguinha, projeto nacional de turnês de shows que trazia grandes nomes da MPB em apresentações gratuitas. Artistas

engajados que lotavam o teatro e atiçavam os movimentos musicais cearenses. Com ensaios que aconteciam na cantina das Ciências Sociais, na Faculdade de Arquitetura, e no próprio Teatro José de Alencar, os festivais de música aglutinavam estudantes em torno de shows de Belchior, Amelinha e Fagner.

Os festivais de músicas eram importantes ambientes de confraternização estudantil e de contestação política. Nos anos 1960, assim como aconteceu em várias partes do Brasil, em Fortaleza uma efervescência cultural dava impulso à música e ao teatro. A UFC e o bairro do Benfica onde se situava um de seus campi se firmavam como pólo cultural da cidade, produzindo e difundindo cultura e arte.

Ainda na década de 1960, tivemos as quatro edições do Festival de Música Popular Cearense (1965, 1966, 1967, 1968), importantes festivais de amostragem de novos e renomados compositores cearense, festivais esses que tiveram o apoio do Diretório Central dos Estudantes da UFC em sua organização. Também no I Festival de Música Popular Aqui no Canto, os estudantes participaram não apenas com suas canções e interpretações, mas em parceria com a Rádio promotora do festival, a Rádio Assunção, através do Diretório Acadêmico de Arquitetura e do Diretório Acadêmico Elvira Pinho. Em 1967, o DEC, através de seu órgão cultural, o Gruta, Grupo de Teatro e Arte, realizou o Festival do Gruta de música.

Com o AI-5, as mudanças de legislação e o fechamento das entidades representativas estudantis, os estudantes continuaram a participar dos festivais. Nas três edições do Festival Nordeste da Música Popular (1969, 1970, 1971), promovidos pela empresa de comunicação Diários Associados, com semifinais em Fortaleza, Recife e Salvador e final em Recife, os jovens universitários cearenses foram se estabelecendo no cenário musical<sup>101</sup>.

Tanto o ambiente universitário artisticamente dinâmico quanto os festivais foram importantes para o surgimento do grupo que ficou conhecido como “O pessoal do Ceará”. O grupo, no início dos anos 1970, saiu de Fortaleza para o “sul maravilha”, tentando a sorte no Rio de Janeiro e em São Paulo. Dentre estes, destacamos: Belchior, que largou Medicina, Fagner, que chegou a concluir

---

<sup>101</sup> No I Festival Nordeste da Música Popular, a música “Bai, Bai, Baião” de Rodger Rogério e José Evangelhista (Dedé Evangelhista) ficou com o segundo lugar geral. No II Festival, o compositor cearense Paulo Gomes conquistou novamente o segundo lugar com o samba “Ora Essa”. Sobre a finalíssima da terceira edição, não temos informação do resultado. Para maiores dados sobre os festivais e os compositores cearenses, conferir CASTRO, Wagner. *No tom da canção cearense: do Rádio e TV, dos Lares e Bares na Era dos Festivais (1963-1979)*. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2007.

Arquitetura, já na Universidade de Brasília, Ednardo, que largou Engenharia Química, e Fausto Nilo, que concluiu Arquitetura na UFC.

Além dos festivais, outra importante atividade cultural eram as Caravanas Culturais. Organizadas pelo Gruta, órgão cultural do DCE/UFC até 1968, e grupo independente após o fechamento deste, as caravanas ocorreram regularmente de 1966 a 1971. O Gruta, que de órgão do DCE passa a agir independentemente, foi criado em 1966 como continuidade do trabalho iniciado em 1963 com a instalação de um CPC, Centro Popular de Cultura, em Fortaleza, atividade interrompida pelo golpe de 1964. Arte, política, humor e turismo eram a tônica, que após o desaparecimento do Gruta, são retomadas pelo grupo Capela Sistina, ambos idealizados por Cláudio Pereira.

As viagens do Gruta marcaram época, levando cultura, arte, irreverência e transgressão para cidades como Sobral e Crato, chegando até mesmo ao Chile. A última Caravana Cultural do Gruta, já em 1971, ocorre em meio ao governo militar de Emílio Garrastazu Médici no Brasil, e ao governo socialista de Salvador Allende no Chile. De acordo com Wagner Castro: “As viagens permitiam uma maior aproximação e o reconhecimento desses artistas, de seus potenciais, extrapolando a territorialidade da cidade e suas experiências individuais, da rua, da praça e do bairro, possibilitando outros cenários de sociabilidade e reciprocidade”<sup>102</sup>.

Todas essas atividades e muitas outras foram construindo um alicerce onde iam se firmando e mobilizando os estudantes que acreditavam poder fazer diferente. Com criatividade e coragem, usaram destes espaços alternativos para se firmarem e mostrarem sua força.

---

<sup>102</sup> CASTRO, Wagner. Op. Cit. Pg. 149.

## CAPÍTULO 3

### (RE)ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES: COTIDIANO E EXPERIÊNCIAS

#### **3.1 O espaço cotidiano da universidade**

O fechamento dos centros acadêmicos e diretório central dos estudantes não afetou apenas a mobilização e atuação políticas dos estudantes. O cotidiano dos estudantes sofreu muitas mudanças, como já vimos nos capítulos anteriores. A implantação do básico reunia alunos de uma mesma área, mas diferentes cursos, no primeiro momento na universidade. O sistema de créditos desestruturava as turmas, dificultando a formação de grupos com interesses comuns. O fechamento do espaço físico das entidades acabava com um ponto de encontro, um lugar para discutir política, cultura, arte, um lugar para fazer política, cultura, arte.

O clima de repressão, perseguição, vigilância também era outro fator de muita influência no dia a dia da universidade. A ingerência da Assessoria de Segurança e Informação, os olhos e ouvidos da ditadura nas universidades brasileiras, poderia ser sentida mais diretamente apenas pelos estudantes mais engajados, até mesmo porque, tanto mais atuante, mais vigiado, e tudo ia para a ficha da ASI. Mas muitos são os relatos que confirmam a existência de “dedos-duros”, agentes da Polícia Federal, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica. Pessoas que assistiam as aulas, circulavam nos pátios, comiam no restaurante universitário. Enfim, conviviam com os estudantes para vigiá-los, escutando conversas e participando de reuniões em seu trabalho de espionagem.

A existência de agentes na universidade é confirmada em vários relatos. Helena Serra Azul, ao retornar da clandestinidade para concluir seu curso, percebe que: “o pessoal tinha medo da gente (...) porque todo mundo podia ser um dedo duro. Por exemplo, dentro das turmas tinham delatores. Na minha turma tinha um inspetor de alunos que batia ponto para denunciar a gente.”. Em alguns casos, não apenas a existência, mas até mesmo a identidade destes elementos era conhecida, como afirmou Pinheiro:

Nós às vezes conseguíamos identificar, outras vezes não, mas a gente já sabia que tinha um sempre, em toda sala de aula, tinha sempre alguém que era informante do Exército ou Polícia

Federal. E a universidade tinha todo um aparato, o SNI tinha uma sala na reitoria, onde eles tentavam controlar tudo.

O cotidiano na Universidade não era apenas ditadura e repressão. Mesmo com a atmosfera de medo, havia espaço para a transgressão acadêmica, para a contestação irreverente, para a busca de melhoria da universidade. A universidade permanecia como um espaço de convivência onde ainda era possível encontrar liberdade.

Algumas turmas foram marcadas não só pelas leis que as atingiram, mas pela perda de amigos, colegas, que por diversos motivos não puderam continuar seus estudos. Helena Serra Azul relata que a turma na qual ela entrou na faculdade sofrera muitas perdas, foi uma turma muito marcada, onde três estudantes perderam turma devido à perseguição política: ela e outros dois colegas, Penaforte e Fonseca. Mesmo tendo retornado depois para concluir os estudos, estes prosseguiram com outra turma. Então no momento da formatura, esta turma, em memória dos três colegas e de uma menina que havia morrido de leucemia, tentou fazer uma homenagem:

Resolveram na época, porque era uma pressão muito grande, 72 era o governo Médici, eles resolveram não homenagear ninguém, nenhuma autoridade; o único homenageado da turma foi o cadáver desconhecido. Que pelo que a gente tinha naquele tempo, era aquele pelo qual a gente estuda e que era totalmente abandonado. (...) A comissão de colação foi processada, por causa disso muitos deles não tiveram direito de fazer residência. Foram denunciados na Polícia Federal, responderam processo. Então foi uma turma assim que resistiu muito. Era estudante comum. Isso em 72.

Essa capacidade de resistência dos estudantes comuns – entenda-se estudantes que não eram lideranças políticas – se dava não apenas em situações extremas, como a vivida por esta turma da Medicina. O ingresso na universidade, encontrando situações novas, isso já podia ser um fator de coesão. Pinheiro fala que sua turma da faculdade era muito unida, mantendo laços de amizade ainda hoje, e nos conta como essa união fazia com que, apesar do sistema de créditos, todos se mantivessem como uma turma: “Nós combinávamos de nos matricular todos nas mesmas disciplinas. E terminávamos quebrando a tentativa deles de não criar turma. (...) Aí todo mundo se matriculava naquelas disciplinas e terminávamos

mantendo uma turma.”. O início desse sentimento de grupo se deu logo nos primeiros momentos da universidade, no repúdio a um trote violento:

Tinha uns caras de direita, meio masoquista, adorava dar trote. E nossa turma começou, nós entramos, rapidamente nós nos articulamos, e então é o seguinte: ‘Olha, nós não vamos admitir que esses caras dêem esse trote imbecil na gente. Então vamos andar todos juntos. Se ele inventar o trote a gente sai na porrada com eles’. E os caras tentaram e aí perceberam que não tinha como fazer.

Por afinidades, por necessidades, no final, grupos se formavam. E novos espaços de convivência iam surgindo. Além dos espaços institucionais, os estudantes criavam seus próprios espaços. Não eram apenas nas associações atléticas onde aconteciam encontros, reuniões, conversas, debates, brincadeiras. A universidade persistia como um ambiente rico e plural. A cantina na Escola de Engenharia era local onde se desenvolvia um jornal mural, iniciativa dos estudantes e da Associação Atlética. Segundo Luis Carlos, esse mural foi retirado por ordem da Diretoria da Escola de Engenharia, e os estudantes organizados conseguiram trazê-lo de volta.

No Centro de Humanidades, a Cantina do seu Milton era o ponto de encontro por excelência e local de manifestações artísticas e políticas. Segundo Pinheiro: “E a cantina era o grande espaço de encontro, todo encontro a gente marcava lá e de lá ia pra outro canto. A cantina do seu Milton. Então tinha essa cena, a gente se achava lá, reunia e tal, e então saía.”. Elísio Cartaxo, lembrando das intervenções e comícios relâmpagos: “(...) era ali na Cantina do seu Milton, aquela cantina ainda existe hoje, as manifestações eram mais ali.”. Ele continua, acrescentando que de um grupo de amigos que se reunia na cantina do seu Milton para tocar nasceu o grupo “Carne Seca”:

A gente teve um grupo, Carne Seca, que era o Paraíba, que ele era lá da, lá do Pici, lá da Estatística, eu era da História, tinha o Toim, da Psicologia, tinha o Fernando, de História. Era tipo, eu tocava pífano, o Paraíba violão, e aí, na Cantina, foi uma coisa interessante, que a gente, com um violão e um surdo, formou-se um grupo que durou um ano, Carne Seca. E a gente tinha direito a uma bolsa, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que era uma bolsa de extensão.

A estrutura de alguns cursos na Universidade Federal do Ceará ainda era muito precária. Laboratórios, bibliotecas, pesquisas e outros equipamentos importantes para uma formação de qualidade eram raros. Muito da formação dos estudantes dependia de sua iniciativa própria. A estrutura física da universidade também deixava muito a desejar, como nos fala Maria Cláudia:

“Inclusive as instalações da época, do curso de Ciências Sociais, eram péssimas. Porque na verdade o prédio era um prédio da Engenharia, com aquelas máquinas, aqueles negócios, aquelas coisas lá, já velho. As salas eram meio improvisadas, as instalações não eram boas de jeito nenhum.”<sup>103</sup>

Se a situação não era muito boa para quem estava em prédios antigos, não ficava muito melhor para os que tinham se mudado para o novo Campus do Pici. Luis Carlos fala da demanda por aulas práticas e a luta pelo laboratório:

Por exemplo, na nossa época, no nosso curso, a gente tinha poucas aulas práticas, aulas de laboratório, lá na Engenharia. Houve um período inclusive, que a gente desenvolveu uma luta lá na escola, porque tinha um grande número de equipamentos que tinham vindo pra montar laboratórios, na Engenharia Mecânica, da Alemanha, numa negociação feita, do Brasil com a Alemanha Oriental, que era a República Democrática Alemã, que era do bloco socialista, (...). E esses equipamentos ficaram anos no cais do porto. E não foram montados na escola. Depois levaram do cais do porto pra o Campus do Pici, lá pra Escola de Engenharia, e esses produtos ficaram anos lá encaixotados, sem serem montados. O fato é que terminei o curso e não usufrui desses equipamentos que já estavam aqui quando eu entrei na universidade.

Os estudantes, através de sua iniciativa, conseguiam pequenas ações que melhoravam seus cursos e a universidade. Iniciativas para realizar estudos, pesquisas, grupos de estudos, viagens para congressos, para reativar equipamentos da universidade, para ter uma melhor formação. Elísio Cartaxo, atuando na Associação Atlética, tomou conhecimento da situação do Museu Arthur Ramos<sup>104</sup>, que naquele momento funcionava no ultimo bloco do pátio da História e

---

<sup>103</sup> Este prédio, onde já funcionou a Escola de Engenharia e o curso de Ciências Sociais, hoje abriga o Departamento de Comunicação Social, ligados aos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

<sup>104</sup> Arthur Ramos, importante antropólogo, doou para o Departamento de Sociologia da UFC sua coleção de rendas de bilro, esculturas africanas, elementos decorativos e instrumentos de artesanato.

encontrava-se fechado. “Eu fiz, junto com o Eli, meu amigo que até hoje mora em Maranguape, um curso de Introdução à Museologia, pela Pró-Reitoria de Extensão, I e II, foram dois cursos, com um professor da Arquitetura, da História da Arte.”. Estudantes de História atuantes da universidade tiveram a idéia de abrir o Museu, ficando eles responsáveis pelo acervo, e apresentaram ao Diretor do Centro de Humanidades, Padre Guilherme:

E a gente foi, depois do Curso de Museologia, a gente foi, e ele concordou, arranjou duas bolsas, e o museu foi aberto por iniciativa nossa. Quer dizer, a gente estava na Universidade, mas atuando. A gente, por iniciativa própria, conseguiu abrir o Museu Arthur Ramos que vivia fechado.

Também na área acadêmica o trabalho por iniciativa própria era importante e trazia bons frutos. A participação em Congressos e Simpósios era um importante momento de debate. Walda Viana fala: “Acho que fomos os únicos nas reuniões da Associação Brasileira de Ensino Odontológico.”. E acrescenta: “Então teve toda uma história muito interessante, porque a gente vivia aquele momento atento ao ensino, atento à extensão, que na época a gente ficava querendo fazer esse elo com a comunidade, com a sociedade.”. Os encontros de área colocavam estudantes em contato com pesquisadores, abrindo possibilidades de estudos e trocas de experiências, sendo uma rica oportunidade frente à falta de debates dentro do curso de História, como temos na fala de Pinheiro: “Nós fazíamos alguns seminários, mas não era uma coisa assim do cotidiano do curso. Era muito raro você, por exemplo, trazer um professor de fora para fazer um debate. Isso acontecia quando nós íamos aos encontros, os encontros como a ANPUH<sup>105</sup>. (...) Era o momento em que você participava de um grande debate na nossa área.”

Os grupos de estudos eram momentos importantes de formação também. Ainda falando sobre as atividades acadêmicas, Pinheiro fala da importância das atividades fora das salas de aulas para sua formação:

---

No ano de 1974, em comemoração aos 20 anos da UFC e aos 25 anos de morte de Arthur Ramos, foi feita uma exposição no MAUC, Museu de Arte Contemporânea da UFC, desta coleção, que depois ficou fechada até a reabertura do Museu. Hoje o Museu Arthur Ramos funciona na Casa José de Alencar.

<sup>105</sup> Associação Nacional dos Profissionais em História.

“Luiza<sup>106</sup> foi a pessoa que nos pôs em contato com Paulo Freire. Então nós começamos a ler Paulo Freire por conta da Luiza. Nós criamos um grupo de estudos aos sábados, que nós íamos, todos os sábados, pra universidade em um momento extra para estudar.”

Além de encontros extra classe para a discussão de temas e textos, as reuniões de caráter mais diretamente político também traziam contribuições acadêmicas, pois ir a um debate incluía ter conhecimento acerca do tema a ser debatido, da literatura e dos jornais de esquerda que circulavam a época. Como diz Pinheiro: “O debate acadêmico do DCE era muito rico porque você tinha que conhecer os grandes teóricos da esquerda.”

Os jornais de esquerda eram leitura obrigatória para os estudantes engajados. Além de textos de teóricos da esquerda, traziam notícias que não tinham espaço na grande imprensa devido à censura sofrida pelos jornais. Segundo Luis Carlos, o fenômeno da imprensa alternativa foi importante no momento de rearticulação do movimento estudantil e os estudantes tiveram, por sua vez, um papel na expansão dos jornais alternativos:

“Pois então, a gente teve um papel importante mesmo, que a gente vendia o jornal dentro da universidade, o jornal servia pra você debater aqueles temas importantes. (...) Através da venda do jornal, da discussão dos assuntos do jornal, a gente ia trazendo mais gente pra participar do movimento também.”

Em sua entrevista, Luis Carlos cita os jornais Opinião e Movimento. João Alfredo também se refere à relação entre o movimento estudantil e os jornais alternativos:

Nessa época a gente distribuía muitos jornais de esquerda. Quais eram os jornais: ‘O Movimento’, nacionalmente, que era um jornal muito próximo, tinha o ‘Opinião’ e o ‘Movimento’. (...) Aí tinha os jornais mais das correntes de esquerda, clandestinas. O jornal ‘O companheiro’, do MEP<sup>107</sup>, o jornal do PCBR<sup>108</sup>, que era o ‘Povão’, e aqui no Ceará tinha um jornal clandestino chamado ‘Mutirão’, que era editado por um povo da esquerda.

---

<sup>106</sup> No caso, a professora do Departamento de História, Luiza de Theodoro.

<sup>107</sup> Movimento para a Emancipação do Proletariado.

<sup>108</sup> Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

A ligação dos estudantes com as organizações de esquerda se dava muito a partir dos jornais. Um contato mais próximo acontecia mais frequentemente com as vanguardas universitárias, lideranças de destacada atuação. Pinheiro nos conta do forte movimento literário cearense do final dos anos 1970, onde se destacam o jornal “Mutirão” e a revista “O Saco”. O desenvolvimento da imprensa alternativa experimentado a época trazia jornais de partidos, de grupos políticos, bem como alguns representantes de uma contracultura nascente nas grandes cidades.

A imprensa alternativa no Brasil foi um fenômeno intimamente relacionado com a ditadura civil-militar e a censura mantida por esta aos meios de comunicação. Entre os anos de 1964 e 1980, surgiram e desapareceram cerca de 150 jornais alternativos no Brasil, sendo que de 1975 a 1977 foi o auge da imprensa alternativa, período onde se registra maior número destes periódicos e também sua maior tiragem, chegando a alcançar cifras que variavam de 120 a 160 mil exemplares. Nacionalmente, destacam-se os jornais “O Pasquim”, criado em junho de 1969, circulou até 1988, “Opinião”, de outubro de 1972, resistiu até 1977, e “Movimento”, de junho de 1975, existindo até 1981. Em comum, a periodicidade semanal, o alcance nacional, o formato em tablóide e a localização na área mais rica do país, o sudeste, sendo “O Pasquim” e “Opinião” do Rio de Janeiro e “Movimento” de São Paulo. Enquanto “O Pasquim” pode ser classificado como um jornal de humor, “Opinião” e “Movimento” eram jornais predominantemente políticos<sup>109</sup>.

No Ceará, o jornal “Mutirão” surge como o único alternativo do Ceará. Circulou pelo estado entre 1977 e 1982, com um total de 34 publicações. Seu projeto era de um jornal quinzenal, mas devido aos muitos problemas que enfrentou, especialmente os problemas financeiros, sempre apresentou uma publicação irregular. No momento em que surge o “Mutirão”, a imprensa cearense contava com um jornalismo conservador, tendo os seguintes diários: O Povo, Correio do Ceará, Unitário, Tribuna do Ceará e O Estado. Num primeiro momento, o “Mutirão” surgiu de um grupo bastante heterogêneo, que unia em interesses comuns o Movimento Feminino pela Anistia, militantes de tendências progressistas, intelectuais de esquerda, profissionais liberais e Movimentos Populares de Bairro, sendo que

---

<sup>109</sup> Para maiores informações sobre a imprensa alternativa, ver KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da ditadura*. São Paulo: Editora Scritta, 1991. *Imprensa Alternativa: apogeu, queda e novos caminhos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

somente depois vieram agregar-se ao projeto jornalistas<sup>110</sup>. O surgimento de movimentos sociais de novo tipo era também uma tendência que se apresentava na segunda metade dos anos 1970, que em outras partes da mesma forma tinha ligação com a imprensa nanica. Podemos citar os movimentos feministas, homossexuais e ecológicos.

Além destes, também circulavam pelas mãos dos estudantes, os jornais de partidos, órgãos de comunicação das organizações de esquerda. Os jornais durante a ditadura adquiriram ainda maior caráter de instrumentos de luta. Muitos foram os jornais que surgiram e desapareceram como porta-vozes das mais diversas tendências, como podemos citar: “Política Operária”, de 1967, do grupo de mesmo nome, POLOP; “Bandeira Vermelha”, de 1967/68, do Movimento Comunista Internacionalista; “Revolução”, de 1967 a 1970, “O Guerrilheiro”, de 1968 a 1972 e “Venceremos”, de 1970, todos da Ação Libertadora Nacional; “Unidade Leninista”, de 1968, e “Movimento Operário”, de 1969, do Partido Operário Comunista; “Libertação”, de 1968 a 1973, da Ação Popular; “Avante!”, de 1969, do Grupo Trotskista Popular; “Palmares”, de 1970, da Var-Palmares; “Imprensa Popular”, de 1972, do Movimento de Libertação Popular e a “Hora do Povo”, do Movimento Revolucionário 08 de outubro, de circulação desconhecida.

Dentre os periódicos dessa natureza, se destacam “Movimento”, órgão da União Nacional dos Estudantes, que circulou de 1944 a 1973, mesmo tendo a UNE estado na ilegalidade a partir de 1968; “A classe operária”, do Partido Comunista do Brasil, PC do B, existente entre 1962 a 1983 e o “Voz Operária”, do Partido Comunista Brasileiro, PCB, de 1951 a 1981.

Através dos jornais, muitas vezes se dava o primeiro contato entre os estudantes e as organizações de esquerda. E era através destes jornais que giravam debates e estudos dos estudantes de vanguarda, tanto nos anos 1960 quanto na década de 1970.

Os jornais também eram meios de comunicação e divulgação muito caros ao movimento estudantil. Antes do fechamento do DCE/UFC, em 1968, no rastro do AI-5, “O Bisu” era o jornal do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal

---

<sup>110</sup> Sobre o Mutirão, conferir: AZEVEDO, Kátia. *Mutirão*. Jornal alternativo do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

do Ceará. Com o recrudescimento da repressão, os estudantes passaram a apoiar, divulgar e distribuir jornais alternativos e de tendências de esquerda.

Dentro da universidade, as tendências de esquerda contaram com uma maior sobrevivência. Partidos, organizações e grupos, desde o início da ditadura civil militar instalada com o golpe de 1964, e mesmo antes, com a eclosão dos movimentos sociais no início da década de 1960, tiveram forte participação de estudantes, como vimos anteriormente.

Estudos como o *Brasil Nunca Mais*<sup>111</sup>, e os trabalhos de Daniel Aarão Reis Filho<sup>112</sup> e Marcelo Ridenti<sup>113</sup> mostram o quanto as organizações de esquerda e o movimento estudantil estavam ligados. Marcelo Ridenti mostra que, num estudo comparativo dos quadros de organizações de esquerda processados judicialmente pela ditadura militar nos anos 1960 e 1970, 24,5%, ou 906, eram estudantes, um número que supera todos os outros, sendo seguido pelos 599 (16,2%) que representam profissionais liberais ou com formação superior<sup>114</sup>.

Daniel Aarão, em estudo ainda mais detalhado sobre o perfil das organizações clandestinas, chega aos seguintes números: dos mortos pelo regime, 38,6%, ou 29 pessoas, eram estudantes; dos torturados, 25,9%, ou 414; dos denunciados, 1.123, ou 21,2% eram estudantes. Nestes universos, encontramos tanto estudantes universitários quanto secundaristas. Além disso, são estatísticas universalizantes, que não consideram as especificidades de cada região.

Airton de Farias, em seu estudo sobre os guerrilheiros de esquerda no Ceará entre os anos de 1968-1972, chega a números mais próximos de nossa realidade. Ele pesquisou duas das organizações que mais se destacaram em ações no nosso estado, a ALN, Ação Nacional Libertadora, e PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Aqui temos 70,58% dos membros de organizações de esquerda, ou 24 pessoas, eram estudantes, chegando ele ao seguinte perfil: “Em suma, os guerrilheiros que atuaram no estado entre 1968-72, de forma geral, eram cearenses natos, jovens, de idade inferior a 25 anos, pertencentes à classe média intelectualizada, estudantes, sobretudo do sexo masculino.”<sup>115</sup>

---

<sup>111</sup> *BRASIL NUNCA MAIS*, 12ª edição, São Paulo: Vozes, 1986.

<sup>112</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

<sup>113</sup> RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

<sup>114</sup> RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. Pgs 68 e 69, Quadro I.

<sup>115</sup> FARIAS, Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007. Pg. 121 e ss.

Durante as décadas de 1960 e 1970, muitos grupos surgiram: partidos, organizações, movimentos, grupos, dissidências, frentes, alianças. Antes do golpe de 1964, existiam os seguintes partidos legalmente constituídos: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrata (PSD). À margem do sistema, existiam ainda: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Política Operária (POLOP), Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e as Ligas Camponesas. Com o golpe, passam a existir legalmente apenas dois partidos, Aliança Renovadora Nacional, ARENA, e Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Também após o golpe, e principalmente após o Ato Institucional nº5, surgem inúmeros grupos, alguns que ficaram restritos aos seus locais de origem, outros que conseguiram alcançar uma maior abrangência, atuando até mesmo nacionalmente.

Se formos citar as organizações de mais destacada atuação no período da ditadura, podemos listar: Ala Vermelha (ALA), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular (AP), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), Dissidência do Distrito Federal (DI-DF), Dissidência da VAR-Palmares (DVP), Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), Grupos de 11 (G11), Movimento de Ação Revolucionária (MAR), Movimento Estudantil Libertário (MEL), Movimento Nacional Revolucionário (MRN), Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), Movimento Revolucionário 21 de abril (MR-21), Movimento Revolucionário 26 de março (MR-26), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Movimento Revolucionário Marxista (MRM), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Partido Operário Comunista (POC), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Resistência Armada Nacional (RAN), Resistência Democrática (REDE), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR- Palmares) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Muitos destes grupos tiveram sua origem nos partido ou grupos existentes antes do golpe. A participação de estudantes nestes grupos variava entre 49,3% (maior número de estudantes em uma organização, referente ao MR-8) e 3,1%

---

(menos número de estudantes em uma organização, referente à DI-DF), sendo que, como dissemos, em números totais, os estudantes se destacavam nos quadros<sup>116</sup>.

Em relação aos universitários, Aarão traz a cifra de que, em meio à população atingida pela repressão (aqui, uma variável mais abrangente, que engloba denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes), 62,7% tinham nível universitário completo ou incompleto. Interessante ter em mente a representação dos estudantes na sociedade brasileira no período. Aarão nos mostra, através de dados das estatísticas do censo demográfico de 1970 do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que a população brasileira era de 93.139.037, e a parcela de universitários e diplomados era de 1.149.036 pessoas, ou seja, 1,23% da população brasileira.

Bráulio Ramalho em seu trabalho sobre o movimento estudantil cearense<sup>117</sup>, aponta o PC do B, a AP e os trotskistas como os grupos que mais se destacavam na política estudantil da UFC entre os anos de 1964 e 1968. Eram estas as tendências que tinham maior número de quadros entre os estudantes universitários.

A partir no AI-5, houve um recrudescimento da ditadura, e assim, a perseguição a estas organizações aumentou consideravelmente, havendo também uma maior violência empregada contra elas pelo regime. Dentre os muitos grupos encontrados nos anos 1960, poucos sobreviveram na década de 1970. Neste período, ainda atuavam: MR-8, VAR- Palmares (extinta em 1973), VPR (extinta em 1972), PCB, OCML-PO<sup>118</sup>, POC (extinto em 1971), ALN (extinta em 1973), MOLIPO (extinto em 1972), PCBR, Ala Vermelha, MRT<sup>119</sup> (extinto em 1971), PCR, PC do B, POG-Combate<sup>120</sup> (extinto em 1972), PRT (extinto em 1972), AP, OC 1º de maio<sup>121</sup>, PORT, MCI, FBT<sup>122</sup>. Segundo Airton de Farias<sup>123</sup>, tiveram atuação no Ceará: ALN, PCBR, VAR-Palmares, FLNE e PC do B.

---

<sup>116</sup> Para a composição das organizações de esquerda brasileiras dos anos 1960 e 1970, ver RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. Pg. 68 e ss., quadros 1, 2 e 3.

<sup>117</sup> RAMALHO, Bráulio. *Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968*. Rio- São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2002.

<sup>118</sup> Organização de Combate Marxista-Leninista- Política Operária.

<sup>119</sup> Movimento Revolucionário Tiradentes.

<sup>120</sup> Não foi encontrado referência do significado desta sigla.

<sup>121</sup> Organização Comunista 1º de maio.

<sup>122</sup> Fração Bolchevique Trotskista.

<sup>123</sup> FARIAS, Airton de. Op. Cit. Pg. 25.

No final dos anos 1970, atuavam dentro da UFC algumas tendências vinculadas a algumas organizações que ainda existiam. João Alfredo fala das tendências encontradas por ele na universidade:

Tinha essa esquerda católica de onde eu provinha. Também nessa época, outras forças políticas que estavam na clandestinidade e tinham suas correntes: o MR-8 com “Hora do Povo”, que era como eles chamavam; PCB com a “Unidade”; o MR-8 era “Refazendo”, o nome dele era “Refazendo”; O PC do B com a ‘Caminhando’, que era sua tendência.

Em sua fala, João Alfredo também cita um grupo de direita com forte atuação dentro da Faculdade de Direito, grupo este encabeçado no Direito por Ciro Gomes: “Ele fazia parte da ARENA, ou do PDS, o pai dele era prefeito de Sobral, pelo PDS mesmo. Ele era do PDS Jovem e tudo o mais.”

Ainda de acordo com João Alfredo, a esquerda católica tinha razoável força entre os estudantes. A Igreja Católica no final dos anos 1970 contava ainda com forte atuação política na sociedade, e sua atuação apresentava determinadas linhas de ação: Pastoral da Terra, para o meio rural, Pastoral Operária, para o meio sindical, Pastoral Juventude para os jovens e Pastoral Universitária para os universitários, que funcionava como grupos de jovens que discutiam a sociedade a partir da Teologia da Libertação. Em sua fala, João Alfredo destaca: “Naquela época, muitos universitários, tínhamos vindo dos grupos de jovens.”. E, falando da trajetória desses grupos, completa:

Quando muitos, nós que vínhamos desses grupos de jovens, entramos dentro da Faculdade de Direito, nós nos articulamos no nosso curso para formar a Pastoral Universitária. Então existiam esses grupos de reflexão. Já na faculdade, a gente, vamos dizer, dá um caráter mais ideológico-político, na discussão da Teologia da Libertação.

Pinheiro fala das concepções políticas de maior força no movimento estudantil no momento em que ingressou na universidade: “Naquela época a influência grande na Universidade era do PC, Partidão, do PCB, e do PC do B. Então quando não éramos orgânicos desses partidos, nós éramos, terminamos virando áreas de influência desses partidos.” Em sua entrevista, ele diz ainda que o PC do B conseguiu obter a hegemonia do DCE seguidas vezes após a

reconstrução, quadro que muito se assemelha ao mostrado por Bráulio Ramalho em seu trabalho. Ele também fala da força que a direita possuía.

Quando perguntados da relação mantida entre os estudantes e essas organizações de esquerda, percebemos que o contato se dava apenas com as lideranças ou pessoas situadas mais na vanguarda política, não havendo contato direto com o grande conjunto dos estudantes. Vemos no relato de João Alfredo:

É, a inserção dessas organizações era mais na vanguarda mesmo, mais nos dirigentes. E evidentemente que pelo prestígio dos dirigentes, se algum tinha uma liderança no próprio curso, acabava levando, vamos dizer, para o apoio a essas chapas, a essas chapas e a essas correntes.

Elísio Cartaxo nos conta de uma abordagem por um partidário. O PC do B, segundo ele, tido na época como um partido que não era de luta, fazia uma forma de abordagem bem direta:

Existia, experiência própria, de partido político bater na porta da casa da gente querendo arregimentar. Na minha casa foram, várias vezes, fazer visita, tentando arregimentar pro partido. Pegavam assim, as pessoas que, lideranças de alguma forma. Então fui, na minha casa, visitado várias vezes, tentando me convencer a entrar pra determinado partido. E eu me recusei porque eu não tinha afinidade, não concordava assim com o, com esse partido.

Foi também no final dos anos 1970 que surge um novo partido, no berço dos movimentos sociais que estavam se articulando então. O Partido dos Trabalhadores (PT) já em seu surgimento tem estreito laço com o movimento estudantil. João Alfredo, que entra no PT ainda em 1979, fala do movimento que, dentro e fora da universidade, formou esse novo partido:

Porque eu já entro no PT em 79. Venho, vamos dizer, desta tradição da esquerda católica, pessoal do grupo de jovens e Pastoral Juventude. (...) Então, no início da militância, eu fui muito próximo ao PC do B. Nunca entrei no PC do B, mas fui muito próximo, ao próprio Luis Carlos. Nós apoiamos ele na Faculdade de Direito, apoiamos essa chapa do DCE, porque eram as duas forças principais, de um lado o PC do B, de outro lado o MR-8 e o PCB, com posições mais parecidas. E então, nós fomos, uma corrente nova foi surgindo que foi justamente o pessoal aí do PT. Nesse sentido, o MEP, que era o Movimento pela Emancipação do Proletariado, vai acabar desaguando no

próprio PT. O PRC, que era o Partido Revolucionário Comunista, uma dissidência do PC do B, depois também vai desaguar, uma parte dele, dentro do PT.

Era um clima de mobilização, eram os jornais alimentando os debates, era o começo da abertura “lenta, gradual e segura”, era a efervescência cultural e literária. Na segunda metade da década de 1970, um novo tempo se aproximava, com novas possibilidades.

O cotidiano da universidade era rico, vivo. E os estudantes vivenciavam muito aquele ambiente. Como vemos no relato de Pinheiro: “Então o cotidiano da universidade era muito interessante, porque nós vivenciávamos muitas das nossas questões dentro da universidade. E, repito mais uma vez, nossa formação acadêmica, ela se dava tanto na sala de aula quanto nesses debates que nós fazíamos diariamente na universidade.”. E completa: “Então a universidade tinha uma vida cultural e acadêmica muito intensa, muito intensa. Porque também a universidade virou uma espécie de referência. Era o espaço da manifestação. Então a universidade era esse espaço. Então, tudo da cidade ocorria na Universidade ou com pessoas ligadas à Universidade.”.

### **3.2 (Re)Abertura, (Re)Construção, (Re)Organização: o refazer das entidades estudantis.**

A década de 1970 viu nascer, em meio às condições adversas da ditadura, novos movimentos sociais e culturais. Especialmente na segunda metade desta década, no Brasil e no mundo, grupos feministas, gays, ecologistas, movimentos de bairro. A Igreja, os sindicatos e as esquerdas apareciam como instituições em crise, incapazes da força de coesão de antes, passam por reformulações. Na Igreja, se consolida a Teologia da Libertação, trazendo novos discursos e práticas. Nas esquerdas, a necessidade de repensar a matriz discursiva marxista. Nos sindicatos, o surgimento do novo sindicalismo. Um sujeito novo emerge, trazendo para a política a experiência do cotidiano popular. O cotidiano, agora com a dignidade de um acontecimento, onde novos sujeitos coletivos levavam a cabo suas lutas. Eder Sader, em seu trabalho sobre as experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo entre 1970 e 1980, nos dá elementos para a compreensão desse fenômeno:

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles “inventaram” novas formas de política. Mas a história dos movimentos sociais não é apenas a sua história interna. Os trabalhadores são o resultado não somente de suas próprias ações, mas também da sua interação com outros agentes. A “política inventada” dos movimentos sociais teve de se enfrentar com a velha política ainda dominante no sistema estatal.<sup>124</sup>

Como movimento social, o movimento estudantil também estava inserido nesse caldeirão. Depois de 1975, passou a ser possível pensar uma atuação mais definida, apesar dos decretos 477 e 228, apesar do AI-5 e da ausência das entidades representativas. Foi a partir daí que o movimento estudantil tomou fôlego para lutar pela recuperação de seus espaços.

Segundo Luis Carlos, entre 1975 e 1976 começam a haver algumas iniciativas junto à representação discente nos órgãos colegiados e nas associações atléticas. Um processo de reuniões das representações estudantis e ocupação das associações atléticas. Para ele, as atividades que foram desenvolvidas a partir de então tinham o objetivo de construir aos poucos uma nova força para o movimento estudantil: “A gente tinha uma preocupação, nesse momento, em fazer um trabalho que não pudesse dar chance pra que houvesse uma repressão contra esse movimento inicial. Então a gente procurava fazer as coisas dentro da legalidade, atividades assim dentro da legalidade e atividades amplas.” Para tanto, muito debate e sempre buscando o conjunto dos estudantes: “A gente sempre tinha a preocupação de fazer as coisas com uma ampla participação, consultando, reunindo debatendo.”

O período ainda trazia muitas tensões, principalmente pela vigência do decreto-lei 477, o AI-5 das universidades. Segundo Luis Carlos: “Havia a pressão dos professores, que insinuavam que não se deveria se meter com o movimento estudantil.” Essa pressão não vinha só de setores da universidade: “Os pais também recomendavam que seus filhos não participassem, não se envolvessem em

---

<sup>124</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo !970- !980. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

nada, que eles podiam ser presos, podiam ser prejudicados”, continua Luis Carlos, e acrescenta:

Eu mesmo fui uma vez, o General Rui, que era o chefe da assessoria interna de segurança, a ASI, lá na UFC, me convocou lá pra me ameaçar, dizendo que eu devia largar aquilo lá, ta entendendo? Conversa longa, de umas duas horas, mas ameaçando constantemente.

Apesar de ser um momento de reflorescimento nos movimentos sociais e no movimento estudantil, também trazia muitos conflitos. João Alfredo nos fala de dificuldades enfrentadas pelo seu grupo na Faculdade de Direito:

Era difícil, era difícil. Porque eu me lembro que para o Congresso da UNE em Salvador, ainda não tinha a prática na Faculdade de Direito de se pregar cartazes. Então a gente pregava cartazes, e tinha um bedel lá, que era o Tobias, que arrancava depois. Então havia assim, havia dificuldades nossas com alguns professores. Porque, pra gente fazer campanha, pra gente fazer mobilização, era o método de entrar na sala de aula, pedir licença pra falar, pra poder, vamos dizer, fazer a nossa campanha. A gente sentia essa dificuldade. Porque na Faculdade de Direito, com algumas honrosas exceções, na minha época, os professores eram juízes, desembargadores, delegados de polícia; alguns francamente favoráveis a ditadura militar, outros completamente alienados com relação à questão política.

Em meio a esta situação, congregar os estudantes era uma tarefa delicada. Cultura, esporte, lazer e política andavam juntos nos limites do permitido, como vemos na fala de João Alfredo: “Com os estudantes a gente procurou muito mesclar a questão política com a questão cultural, e até eventos de lazer. Pra não ficar uma coisa muito pesada, porque o movimento estudantil sempre era uma coisa muito pesada, muita reunião, muito debate, muita discussão varando pelas madrugadas.” Em meio a filmes, teatros e batucadas, os estudantes iam se chegando. Mas o medo ainda persistia: “Fomos ameaçados, esse mesmo bedel lá, que era o Tobias, disse que tinha denunciado nosso nome pra reitoria, na época que a gente estava pregando os cartazes da UNE. Alguns desistiram de fazer movimento estudantil com medo disso.”

A partir de 1976, as atividades, que antes era dispersas e isoladas, vão se concentrando e se articulando. Nesse contexto, segundo Pinheiro, alguns núcleos se destacavam:

Havia dois núcleos muito fortes, o núcleo das Humanas e o núcleo da Medicina, que eram dois movimentos muito articulados. Tinha o núcleo da Engenharia também, que teve uma participação muito importante. E aí nós começamos o processo de reestruturação dos centros acadêmicos e em seguida nós começamos a discussão sobre a reestruturação do Diretório Central dos Estudantes.

Um ponto importante levantado por Pinheiro era a relação entre o movimento estudantil e os movimentos sociais, entre a universidade e a sociedade. Como muitos trabalhavam e estudavam, terminavam por atuar no meio estudantil e meio sindical, articulando por fim as lutas. Nas greves, na questão agrária, no movimento de discussão da carestia, na luta pela anistia, os estudantes de faziam presentes. A unidade na diversidade era dada por um inimigo comum:

E naquele momento, havia uma certa, apesar de haver os grupos de pensamento diferente, havia uma certa unidade. Porque nós não podíamos revelar completamente as nossas posições, dado a repressão. Então, o que era mais importante, o nosso inimigo maior, era o regime militar.

Mesmo a existência de um inimigo comum não aparava todas as arestas. As várias tendências promoviam grandes debates e disputas na universidade, como nos diz Pinheiro, falando do acirramento das disputas após a criação do PT:

E a grande disputa, a disputa mais forte era entre o PCzão, o PCB, e o PC do B. Mais adiante, com a criação do PT, nós vamos ter uma terceira força política importante no movimento estudantil e na universidade. Isso já no início dos anos... O PT está sendo criado exatamente aí, no final dos anos 70 e início dos anos 80, e à medida que o PT vai se criando, vai também se constituindo uma nova força política, e vai disputar exatamente com o PC do B e o PCB. E a disputa era uma disputa muito ferrenha porque o PC do B e o PCB, eles diziam que não havia necessidade de criar outro partido dos trabalhadores, que eles já tinham representação da categoria, da classe.

Percebemos que o movimento estudantil se inseria nas disputas existentes no período, aparecendo como espaço onde as diversas tendências procuravam ganhar terreno. Também compreendemos nessa fala o que Eder Sader afirma anteriormente, vendo o enfrentamento entre partidos com uma visão de esquerda mais tradicional e um partido que surgia trazendo o que seria uma nova esquerda, alicerçado nos novos movimentos sociais.

A movimentação nos limites do permitido era uma forma de proteção diante da repressão. Atuar dentro da legalidade para conseguir a restituição dos centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e diretório central dos estudantes como órgãos representativos dos estudantes foi uma outra via tentada pelos estudantes. A representação estudantil, apesar de em alguns casos se mostrar combativa e defensora dos interesses dos estudantes, estava atada a uma estrutura que muito limitava seus movimentos. As eleições, para além dos critérios de elegibilidade, que já tinha caráter excludente, eram presididas por professores, chefes de departamento, diretores de centros, pró-reitores. Na reitoria, permanecia um fichário com informações atualizadas sobre os representantes discentes, como nome completo, endereço e telefone. Isso além das fichas de acompanhamento da Assessoria de Segurança e Informação, com dados sobre a atuação dos estudantes que se destacavam no meio estudantil.

Em 03 de novembro de 1977, o diretor do Centro de Ciências, Prof. Helder Barbosa Teixeira, encaminha requerimento da representação discente daquele centro ao vice-reitor, Prof. Faustino de Albuquerque Sobrinho:

A representação estudantil do Centro de Ciências junto ao Conselho Departamental, Departamento de Matemática, Estatística e Matemática Aplicada, Física, Química Orgânica e Inorgânica, Química Analítica e Físico-Química, Biologia, Bioquímica e Biologia Molecular e Geociências, bem como, junto às Coordenações dos Cursos de Matemática, Estatística, Física, Química Industrial, Ciências Biológicas, Geologia e Geografia, sinceramente preocupada com a apatia dos universitários cearenses com relação aos interesses da classe e a esperança de um conagraçamento do nosso meio, vem, com o devido respeito, solicitar de Vossa Magnificência os devidos préstimos no sentido de uma reformulação do Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará, com o

objetivo da criação e funcionamento do DIRETÓRIO  
ACADÊMICO DO CENTRO DE CIÊNCIAS.<sup>125</sup>

Nesse momento, as associações atléticas não eram mais por curso, mas sim por centro, logo a proposta da representação do Centro de Ciências era muito semelhante àquela já em prática. O Processo ficou em trâmite por mais de seis meses, até ser ajuntado a um outro já existente, que tratava do mesmo assunto. Isso em 19 de julho de 1978<sup>126</sup>.

Também se buscava a maior participação dos estudantes no processo de escolha dos representantes estudantis. A representação estudantil, em ofício ao Reitor, pede o adiamento das eleições, para que estas não coincidissem com as férias de janeiro:

Tendo em vista a expiração do mandato dos representantes estudantis junto aos conselhos superiores desta Universidade, e considerando que no presente momento uma eleição passaria despercebida pela quase totalidade dos estudantes, sugerimos ao Conselho Universitário a prorrogação dos mandatos dos atuais Representantes Estudantis até o dia 15 de março de 1978.<sup>127</sup>

No que se segue o processo percorreu o protocolo, reitoria, assessoria para a legislação do ensino e voltou para reitoria, recebendo como resposta que, não havendo no Estatuto amparo legal para o pedido dos estudantes, este não poderia ser deferido.

Pedidos de reformulações da representação estudantil vigente nos estatutos e regimento de UFC, bem como de acréscimos e ou modificações que possibilitassem a criação de entidades representativas estudantis foram amplamente discutidas do Conselho Universitário. Em sessão ordinária do dia 26 de abril de 1976, constava na pauta a discussão de modificações ao estatuto no que se refere ao regime disciplinar em relação ao corpo discente. Esse texto continha forte influência do decreto-lei 477. Neste momento, os representantes do corpo discente no CONSUNI eram Vicente Teixeira Barroso, Nelson Vilela Sales e Luis José Magalhães Joca. A discussão dos pontos regentes da disciplina universitária,

---

<sup>125</sup> Arquivo Geral UFC. Processos Administrativos. Filme 771. Flash 00193. Processo nº 15808/77. Grifo no original.

<sup>126</sup> O outro processo ao qual esse foi ajuntado foi o processo 15106/77, que não foi encontrado no Arquivo Geral da UFC.

<sup>127</sup> Arquivo Geral UFC. Processos Administrativos. Filme 779. Flash 00125. Processo nº 1125/78.

proposta pelo Ministério da Educação para as universidades, se devia à sua preocupação em não acionar os instrumentos de exceção.

A representação estudantil então apresentou suas emendas ao projeto aprovado por unanimidade. A primeira emenda, aprovada por unanimidade, diminuiu as penas de suspensão e determinou que penas superiores a 15 dias e exclusão seriam a cargo do reitor, ficando a cargo dos diretores de centro penas de advertência, repreensão e suspensão de até 15 dias. Também foi aprovada por unanimidade a emenda substitutiva ao inciso 5º do artigo 180, que estabelecia que reincidência nos delitos de desacato a professores e servidores e delitos sujeitos a ação penal, na hipótese que o delito incompatibilizar com a vida universitária, importaria em exclusão. A terceira emenda apresentada, que só recebeu voto favorável da representação estudantil, previa que a comissão nomeada pelo reitor para a promoção de inquérito fosse constituída pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, um representante do CONSUNI, um do CEPE e um representante estudantil.

Em outra sessão ordinária do CONSUNI, do dia 21 de julho de 1978, foram debatidos os critérios de escolha da representação estudantil. Especificamente, os critérios de elegibilidade. Em vez dos 48 créditos da versão anterior, poderiam ser eleitos estudantes que tivessem cumprido 12 créditos. A fala do reitor Pedro Teixeira Barroso deixa claro a motivação destas alterações:

A Presidência desejava esclarecer que o problema não estava sendo discutido do ponto de vista de tornar mais abertos ou mais rígidos os critérios de escolha da representação estudantil. Tratava-se ,tão somente, de aperfeiçoar o atual sistema (...)<sup>128</sup>.

Mesmo sendo motivadas pela sobrecarga gerada em órgãos da universidade pelas eleições estudantis, foi uma mudança positiva nos critérios de elegibilidade estudantil, incluindo muitos estudantes na lista dos elegíveis.

Na mesma reunião, foi votado e aprovado por unanimidade o projeto de alteração parcial do Regimento Geral da Universidade “a fim de permitir a abertura do Diretório Central dos Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos”<sup>129</sup>. Pela primeira vez desde 1968, a existência de entidades representativas dos estudantes é

---

<sup>128</sup> Ata da 71ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, de 21 de julho de 1978, página 12.

<sup>129</sup> Idem.

considerada pela Administração Superior da UFC. A possibilidade dos alunos da UFC se congregarem em diretórios, mesmo que “na forma do Regimento Geral”<sup>130</sup>, já marcava uma mudança no posicionamento da universidade em relação à representação estudantil. Estavam previstos um Diretório Central dos Estudantes e Diretórios Acadêmicos, sendo um para cada centro. O projeto foi aprovado, mas as alterações que seriam feitas ficaram como pauta para a reunião seguinte.

Na reunião do dia 27 de julho de 1978, foram discutidas as emendas ao projeto, que depois ainda seria encaminhada para aprovação do Conselho Federal de Educação e do Ministro da Educação, para que fossem homologadas e, só então, serem adotadas pela UFC. Das quatro emendas apresentadas, três foram de autoria da representação estudantil, tendo sido aprovadas, duas. A primeira, que tratava das eleições para os diretórios, que deveriam ser regidas pelos regimentos destas entidades, respeitando, contudo, os estatutos e regimentos da UFC. A segunda fixava o período do mandato destas entidades em um ano, vedada a reeleição para um mesmo cargo. A emenda derrubada estabelecia a contribuição no ato da matrícula para os Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes. A outra emenda, esta aprovada e proposta pelo Prof. João Nunes Pinheiro, substituía a expressão “Diretório Central de Estudantes” por “Diretório Central dos Estudantes”. Ao fim da sessão, a representação estudantil faz o seguinte pronunciamento:

O acadêmico Fred Williams falou sobre a reabertura dos diretórios acadêmicos, louvando o esforço desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, nesse sentido. Declarou que esta iniciativa atende aos anseios e reclamos da classe estudantil há mais de dez anos e acha também que, com a restauração desses diretórios, os estudantes reassumiriam, de maneira efetiva, sua posição na vida universitária do Ceará. Disse, ainda, que os estudantes eram a favor da Diretoria, mas discordavam do Decreto nº 228, por entenderem que esse diploma legal, em grande parte, cerceava a liberdade de ação do corpo discente. Discordavam, igualmente, porque nele se previa, inclusive, que o DCE e os diretórios acadêmicos poderão, eventualmente, ser suspensos e/ou dissolvidos, quando lhes pareciam mais justo que tal penalidade somente atingisse as diretorias que se omitissem no cumprimento de suas obrigações. Disse, finalmente, que a representação estudantil era contrária ao Decreto nº 477, ainda em vigor no País.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Ata da 53ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário, de 27 de julho de 1978, pg. 5.

A aprovação no âmbito do CONSUNI foi um importante passo, mesmo que a demora na legalização das entidades estudantis da UFC faça parecer que tudo não passou de formalidade. A partir de então já havia uma brecha na qual os diretórios poderiam existir.

No segundo semestre de 1979, ainda não existia nenhuma definição de como coexistiriam a representação estudantil nos órgãos colegiados e as entidades representativas. No caso da UFC, a criação legal dos diretórios ainda estava em tramitação. Sob a luz da nova legislação vigente, a UFC vai alterando seus estatutos, sem pressa.

Já em março de 1980, o representante estudantil João Alfredo Telles Melo, em sessão ordinária do CONSUNI, a 13 de março de 1980, quando se discutiam as alterações necessárias para disciplinar a participação dos estudantes nos órgãos colegiados frente à nova legislação, lembra que as entidades estudantis da UFC “embora não reconhecidas oficialmente, lhe pareciam estar funcionando numa perspectiva de legalidade”, enquanto defendia que as alterações deveriam ser discutidas por estas entidades, pedido não acolhido pelo Conselho em razão do curto espaço de tempo disponível para tal. Na reunião seguinte, a 31 de março de 1980, quando foram votados os novos dispositivos, a representação estudantil dá o seguinte parecer:

Não existe nenhuma correspondência entre o espírito deste projeto e os verdadeiros anseios do conjunto de estudantes dessa Universidade. (...) Os estudantes reconhecem as suas legítimas representações: a União Nacional dos Estudantes, as UEEs, os DCEs e os Centros Acadêmicos. Delas participam e a elas se filiam, porque compreendem que os próprios estudantes são responsáveis pela organização das entidades que os representam. Desta forma, somos contra a filosofia que orientou a elaboração deste projeto e, por conseguinte, somos contra a sua aprovação.

Os estudantes discordavam nesse momento principalmente da proibição dos diretórios se filiarem a instituições alheias à universidade e ao acompanhamento do processo eleitoral das entidades estudantis por professores. O texto aprovado pelo Conselho Federal de Educação, em vigor a partir de 1982, foi o primeiro desde 1968 a reconhecer as entidades representativas estudantis, os centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes. Ficou vigente por cerca

de dez anos, constando todos os pontos contra os quais os estudantes se opuseram.

No texto dos novos estatutos e regimentos da UFC, os primeiros após a revogação dos decretos 228 e 477, ainda se lê: “A representação estudantil terá por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, *vedadas atividades de natureza político-partidária.*”<sup>132</sup>.

A partir de agosto de 1979, a legislação que regia a atuação estudantil dentro das universidades sofre importantes mudanças. Como foi dito no capítulo 1, o decreto-lei nº 477 e o decreto-lei nº228 atavam os estudantes. Enquanto o 228 reformulava a organização da representação estudantil, o 477 define infrações disciplinares de todos os setores da universidade. Junto com a lei 5.540, a Lei da Reforma Universitária, provocaram profundas alterações na vida acadêmica e na política estudantil. No auge do recrudescimento da ditadura, eram medidas duramente combatidas pelos estudantes.

A Lei Nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior. Vemos nesse texto, logo no início a mesma expressão *vedadas atividades político partidárias*<sup>133</sup> encontrada no estatuto da UFC. Aqui estão assegurados a participação estudantil nos órgãos colegiados e os órgãos de representação estudantil. Este foi o dispositivo legal que revogou o decreto-lei 477 e o decreto-lei 228. Mesmo assim, não reconhecia a União Nacional dos Estudantes, e enunciava em parágrafo único: “Aos Diretórios é vedada a participação ou representação em entidades alheias à instituição de ensino superior a que estejam vinculados.”<sup>134</sup>.

Em 29 de agosto de 1979, a Portaria Nº 836 estabeleceu normas sobre o regime disciplinar do corpo discente. Aqui, as infrações disciplinares se caracterizam por serem atos contra a integridade física e moral da pessoa, o patrimônio moral, científico, cultural e material da instituição e o exercício das funções pedagógicas, científicas e administrativas.

Ainda regulamentando o corpo discente e sua representatividade dentro das universidades brasileiras, o Decreto Nº 84,035, de 1º de outubro de 1979, dispõe

---

<sup>132</sup> Estatuto da Universidade federal do Ceará, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº212/82, de 04/05/82. Título IV, Da Comunidade Universitária, Capítulo II, Corpo Discente, artigo 103. Grifo nosso.

<sup>133</sup> Lei nº. 6.680, de 16 de agosto de 1979. Parágrafo único do Artigo 1º.

<sup>134</sup> Idem. Parágrafo único do Artigo 2º.

sobre a destituição das diretorias de entidades de representação estudantil, como vemos em seu artigo 1º:

A participação ou representação de Diretório Central de Estudantes ou de Diretório Acadêmico em qualquer entidade alheia à instituição de ensino superior a que esteja vinculado acarretará a destituição da respectiva diretoria.<sup>135</sup>

A destituição fica a cargo do dirigente da instituição de ensino.

A Portaria N° 1.104, de 31 de outubro de 1979, trata da organização e funcionamento dos órgãos de representação estudantil, determinando que os estatutos e regimentos dos órgãos de representação discente devem ser aprovados por conselhos da instituição de ensino (no caso do DCE, o colegiado superior, no caso dos diretórios, conselhos de centro). Toda essa legislação estava conectada à lei 6.680. Se por um lado, nos conselhos, no congresso e no ministério, mudanças lentas iam ocorrendo, nas universidades, o ritmo era mais acelerado. Na própria sociedade brasileira, as mudanças já não podiam ser barradas. A luta pela Anistia, a denúncia do custo de vida, o repúdio à ditadura: muitas já eram as bandeiras levantadas sem medo.

Para os estudantes, a reconstrução da UNE foi um passo fundamental. Na UFC, as eleições para a UNE e as eleições para o DCE ocorreram simultaneamente, como também foram os debates. Como nos diz Luis Carlos: “A gente fez um intenso debate aqui na universidade sobre o Congresso da UNE, sobre o movimento estudantil, sobre a realidade nacional, enviamos uma delegação grande para participar do Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador.”. Segundo sua fala, as conquistas de 1979 foram resultado de um acúmulo de forças que vinha se processando desde 1976, através de discussões amplas e atividades que não dessem margem para a repressão, buscando aliar questões gerais como a luta pelas liberdades democráticas, com questões específicas, como o repúdio ao Projeto Portella, que abria espaço para a privatização das universidades públicas.

Pinheiro conta que os debates e mobilizações em torno da reconstrução da UNE fizeram deste um momento único: “Foi um momento muito rico dessa disputa para a UNE.”. Embora eleito delegado, ele não pode viajar, pois seu irmão se encontrava preso, e sua mãe temia por sua segurança. Ele permaneceu aqui,

---

<sup>135</sup> Decreto nº. 84.035, de 1º de outubro de 1979. Artigo 1º.

acompanhando o congresso de longe. Ele também comenta, como já tratamos anteriormente, que os debates para o DCE eram academicamente muito ricos em ciência política e teorias de esquerda. Era uma época em que se vivia a universidade.

As questões ligadas à universidade e ao movimento estudantil ainda tinham apelo na sociedade. O debate sobre a aprovação das alterações estatutárias e regimentais para o funcionamento foi acompanhado pelos jornais, como podemos ver em *O Povo*. Logo no início de 1978, vemos nota na coluna Presença Universitária: “Está pronta a proposta de acréscimo ao Estatuto e Regimento Geral da UFC que permitirá o funcionamento dos Diretórios Acadêmicos.”<sup>136</sup>. Um pouco depois, outra nota nos traz os conflitos em torno do Projeto de Alteração: “Ao que consta a representação estudantil insatisfeita com os termos da proposta, recusou-se a subscrevê-la, retardando, cada vez mais a introdução da medida.”<sup>137</sup>.

Quando da aprovação do projeto, a nota sai da seção de educação e cultura do jornal para a seção de política. Sob o título “Diretórios Acadêmicos vão funcionar na UFC”, a nota começa afirmando: “O reitor Pedro Teixeira Barroso vai providenciar a abertura dos Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará, segundo decidiu ontem o Conselho Universitário.”<sup>138</sup>.

Os estudantes não ficaram de braços cruzados esperando que o reitor providenciasse a abertura de suas entidades representativas. Os Diretórios Acadêmicos Setoriais foram aos poucos implementados. Como podemos ver: “Depois da assembléia geral, realizada no dia 29 de agosto, os estudantes do Centro De Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará realizam quinta e sexta próximas, a partir das 8 horas, as eleições para o diretório acadêmico. Apenas uma chapa concorre.”<sup>139</sup>. A chapa foi empossada no dia 20 de outubro de 1978, em uma eleição onde, ainda de acordo com *O Povo*, votaram mais de mil estudantes<sup>140</sup>. Este era o primeiro diretório acadêmico na UFC desde o AI-5, em dezembro de 1968. Ainda em outubro, foi a vez do Diretório do Centro de Estudos Sociais

---

<sup>136</sup> *O Povo*, 20/01/1978. Pg. 16, 2º caderno.

<sup>137</sup> *O Povo*, 22/02/1978. Pg. 16, 2º caderno.

<sup>138</sup> *O Povo*, 22/07/1978. Pg. 5.

<sup>139</sup> *O Povo*, 03/10/1978. Pg. 18, 2º caderno.

<sup>140</sup> *O Povo*, 21/10/1978. Pg. 16, 2º caderno. De acordo com a nota, 973 estudantes votaram na chapa “Libertas”, 30 votaram em branco e 4 votaram nulo.

Aplicados realizarem eleições na última semana do mês, onde obtiveram um total de 1299 votantes<sup>141</sup>.

No começo de dezembro, foi a vez do Centro de Tecnologia eleger a diretoria para o seu diretório. Em eleição com a participação de expressivos 60% dos alunos, foi eleita a chapa “Ressonância”<sup>142</sup>, empossada ainda em dezembro, publicando uma carta-programa no jornal no dia de sua posse<sup>143</sup>.

Logo no início do ano de 1979, uma boa notícia. Estampado na primeira página, a extinção do Ato Institucional nº 5 anunciava as reformas políticas que entrariam em vigor. Com a revogação do AI-5 pela Emenda Constitucional nº 11 (na verdade, revogação dos atos institucionais e complementares), os dispositivos de exceção começam a sair do cenário brasileiro.

Em abril de 1979, os estudantes do Centro de Humanidades fazem assembléia geral para definir a data da eleição para seu Diretório Acadêmico. Enquanto o Projeto da Lei de Anistia tramita, os estudantes se organizam para o congresso de reabertura da UNE, fazendo pedágio na Avenida Beira Mar<sup>144</sup> enquanto as chapas “Renovando” e “Resistência” disputavam o DA de Humanidades. O governo insistia em afirmar que a UNE não poderia ser uma entidade política, embora não fosse impedir sua formação como sociedade civil. Em 16 de maio, toma posse a chapa “Resistência” do Diretório Acadêmico do Centro de Humanidades<sup>145</sup>.

O congresso da UNE em Salvador transcorre sem maiores problemas em fins de maio. As discussões de novas propostas para a UNE e de pontos sobre a eleição da diretoria agitam os meios universitários de norte a sul do país. Apesar da proibição de que membros de DCEs e Das participem de entidades alheias às universidades, na UFC as eleições para a UNE e o DCE ocorrem simultaneamente. Matéria tratando do debate entre as chapas que disputavam o DCE aparece na mesma edição de O Povo que traz na capa a chamada “Eleição na UNE dá

---

<sup>141</sup> O Povo, 28/10/1978. Pg. 18, 2º caderno. A matéria traz os seguintes números: 701 votaram na chapa “Fale”, eleita vencedora, 540 votos foram para a chapa “Renascendo”, 43 votos nulos e 15 em branco.

<sup>142</sup> O Povo, 06/12/1978. Pg. 18, 2º caderno. A chapa vencedora foi eleita com 516 votos, com sete nulos e nove em branco.

<sup>143</sup> Para a carta-programa, ver O Povo, 16/12/1978. Pg. 18, 2º caderno.

<sup>144</sup> O Povo, 12/05/1979. Pg. 18, 2º caderno.

<sup>145</sup> O Povo, 16/05/1979. Pg. 18, 2º caderno. Do total de sufrágios de 717, um total de quase 50% de votantes entre os estudantes do centro, “Resistência” ficou com 410, “Renovando” com 297, sendo 10 os votos brancos e nulos.

punição”<sup>146</sup>. Para o DCE, concorreram quatro chapas: “Pé no chão”, “Ação e Luta”, “Decisão” e “Liberdade e Luta”. O pleito transcorre em paz na UFC, tendo lugar na primeira página<sup>147</sup>.

A chapa “Mutirão” vence as eleições da UNE, e a chapa “Pé no chão”, que apóia a chapa vencedora na Une, vence as eleições para o DCE da UFC. Luis Carlos Paes de Castro é eleito o primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes desde José Genoíno, em 1968. A solenidade de posse é realizada na Concha Acústica. A diretoria empossada se compunha desta forma: Luis Carlos Paes de Castro (Engenharia Mecânica) presidente, Clodoveu Arruda (Direito) vice-presidente, Gustavo Moura (Psicologia) secretário geral, Manoel Mozart (Medicina) vice-secretário geral, Mariza Almeida (Agronomia) secretária de finanças, Fátima Carvalho (Ciências Sociais) vice-secretária de finanças, Armando Pereira (Engenharia de Pesca) secretário de assuntos estudantis, Socorro Sampaio (Geologia) secretária sócio-cultural, Maria do Carmo (Enfermagem) secretária de divulgação e imprensa, e Nivaldo Barros da Costa (Ciências Contábeis) secretário de esportes.

Na visão de Elísio Cartaxo, a retomada das entidades estudantis foi dificultada pela desarticulação: “A retomada era difícil. Difícil pela, eu lembro que até foram três ou quatro chapas. Você estava saindo de um momento difícil, era um renascer, devia ter mais uma unidade, na verdade veio meio assim, meio perdido.” As várias chapas era um reflexo das muitas tendências que existiam no meio estudantil. Embora, como vimos com Pinheiro anteriormente, houvesse uma certa unidade pela existência de um inimigo comum, a ditadura, em finais de 1979 essa unidade já havia sido preterida em função das disputas para a UNE e para o DCE. Para Elísio Cartaxo, em vez de pluralidade, isso denotava desarticulação.

Na verdade, as tendências estavam internamente articuladas. As chapas que disputavam a UNE nacionalmente tinham apoiadores locais, e no caso da UFC, chapas para o DCE apoiavam chapas para a UNE. O período já mostrava uma certa distensão, as correntes já começavam as disputas entre si.

Um fato importante ocorreu na Faculdade de Direito. As correntes de esquerda lançaram uma chapa de unidade para o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, chamada “União”. Era uma tentativa de formar um grupo forte para a

---

<sup>146</sup> O Povo, 02/10/1979, pg. 1. Para a matéria “Compostas as chapas para eleição do DCE”, pg. 7.

<sup>147</sup> O Povo, 04/10/1979. Pg. 1.

diretoria do centro acadêmico, motivada também por uma estratégia de disputa com o grupo liderado por Ciro Gomes, que tinha prestígio na faculdade. Essa chapa se formou e o grupo mais à direita não lançou uma chapa para disputar, acreditando que essa eleição não teria legitimidade a não ser que contasse com a maioria absoluta dos votos dos estudantes. Vimos, através dos números das eleições para os diretórios acadêmicos, que esta não era uma regra estabelecida. A chapa “União”, encabeçada por João Alfredo, consegue mais de 40% dos votos, apesar de ferrenha campanha para que os estudantes não votassem.

No dia da posse, o grupo contrário à posse do CACB pela diretoria eleita consegue publicar em O Povo seu protesto: “Posse da Diretoria do CACB será impedida pelos estudantes”<sup>148</sup>, afirmando que as eleições não foram democráticas. Segundo João Alfredo: “Pra dizer no jornal que nós não tínhamos legitimidade e que eles iam impedir a nossa posse. No dia da nossa posse, nos jornais vinha essa matéria. Mas efetivamente, a posse foi um sucesso.” De fato, no dia seguinte, o jornal noticia a posse da diretoria do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua da Faculdade de Direito<sup>149</sup>.

Mesmo com as disputas, o processo já estava a pleno vapor. Os estudantes iam aos poucos se organizando para tomar para si, as entidades que lhes foram tomadas em 1968. Um processo difícil, até mesmo porque, legalmente, as entidades demoraram a ser reconhecidas, ficando ainda até 1982 numa situação de semi-(i)legalidade. Mas os estudantes foram conquistando seus espaços, se inserindo na política, se estabelecendo nas instituições de ensino. Era cada passo de um processo, em que vitórias e derrotas nos levam até o movimento estudantil de hoje. E naquele momento, cada vitória era merecidamente comemorada. No contexto vivido pelo país, com o fim do AI-5, com a Lei da Anistia, e com o declínio da ditadura, cada pequena vitória era um importante passo. E como nos falou João Alfredo:

Então nós fizemos parte de um momento histórico. Não era a simples reabertura de uma entidade ali não, era um movimento: era a UNE, era DCE, era centros acadêmicos, era a luta pela democracia, a luta pela anistia, a luta pelas diretas, a luta pela constituinte que já se levantava naquela época. Enfim, a luta contra o regime militar que tava aí, a luta pelas

---

<sup>148</sup> O Povo, 21/11/1979. Pg. 18, 2º caderno.

<sup>149</sup> O Povo, 22/11/1979. Pg. 18, 2º caderno.

liberdades democráticas, que era uma palavra muito forte que nós usávamos.

Uma luta em meio a tantas lutas. Uma vitória em meio a tantas derrotas. Conquistadas as entidades estudantis, novas lutas se apresentaram, novos desafios a serem vencidos. Reconhecimento, legitimação, disputa, outros sujeitos vão disputar em novos terrenos.

### **3.3 1968, o ano que não terminou: mito e construção de identidades**

Maior de 68 em Paris, Primavera de Praga, protesto contra a Guerra do Vietnã. O Brasil, sacudido pelos estudantes que não se calavam diante da ditadura civil-militar. Foi o momento em que o movimento estudantil alcançou maior visibilidade, em grandes passeatas, gritando as palavras de ordem de toda a sociedade brasileira. Foi também um ano interrompido com a brutalidade do AI-5, com o golpe dentro do golpe e o recrudescimento da ditadura.

Após mais de dez anos de mordaza, em 1979, os estudantes voltam a fazer barulho. Longe das ruas, longe dos jornais, o movimento estudantil parecia em hibernação. Desorganizado, desmobilizado, desprovido de suas entidades representativas legítimas, desrespeitado. Os estudantes, como brasileiros, faziam coro para que o pesadelo acabasse.

Mas, como vimos, os estudantes não esperavam o fim da ditadura de braços cruzados. Embora, nas nossas entrevistas, alguns cheguem até mesmo a afirmar que não havia movimento estudantil na UFC nos anos 1970, como foi o caso de Bráulio Ramalho e Rosa da Fonseca, percebemos que havia uma movimentação surda, uma resistência disfarçada. Rosa afirma que, após o AI-5, houve uma pequena retomada, esmagada junto com as organizações clandestinas em 1972. Já Bráulio nos conta que, com o AI-5, não havia mais condições de fazer movimento estudantil. Por outro lado, temos a fala de Luis Carlos, que nos diz que sempre houve resistência dos estudantes, que tomaram uma forma organizada na segunda metade dos anos 1970.

Então, nas construções de memória, surge um impasse: podemos chamar de movimento estudantil as atuações e mobilizações entre 1968 e 1979? Poderia existir movimento estudantil desvinculado das entidades representativas, os Centros

Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes, União Estadual dos Estudantes e União Nacional dos Estudantes? O que legitima uma mobilização, entidade, atuação ou grupo a se chamar “movimento estudantil”? E o que o deslegitima?

O movimento estudantil de 1968 foi sem dúvida muito forte. Conseguiu juntar às reivindicações estudantis anseios de toda a sociedade. Como movimento social, pertencia ao seu tempo, aos seus sujeitos, à sua conjuntura, àquelas experiências.

Não podemos pensar o movimento estudantil, nem qualquer outro movimento social, como uma categoria estática. Partindo da perspectiva de que os conceitos são ferramentas para o entendimento de nosso objeto, mas que nunca devem estar acima da empiria que podemos entrever através da documentação, entendemos que a teoria não pode prevalecer sobre o movimento estudantil vivido naqueles dias. Pensamos “movimento estudantil” como uma categoria histórica, que se origina de processos sociais em espaço e tempo determinados.

O movimento estudantil é fruto das lutas e conflitos em que está inserido. No caso do movimento estudantil universitário cearense podemos destacar o movimento pela criação de uma universidade no Ceará na primeira metade dos anos 1950, que culminou com a criação da Universidade do Ceará em 1954, posteriormente Universidade Federal do Ceará, como um importante ponto de mobilização dos estudantes em torno de uma causa comum. Outro ponto de destaque foi a luta pelas reformas de base no governo João Goulart (1961 – 1964), especialmente a Reforma Universitária. Uma luta importante para o fortalecimento do movimento estudantil entre os universitários cearenses durante a década de 1960 foi a luta dos excedentes, que reivindicava a matrícula na universidade de todos os estudantes que atingiam o perfil no exame vestibular e que, devido ao reduzido número de vagas, não conseguiam ingressar na universidade. Com o golpe civil-militar de 1964, inicia-se um período de exceção na história brasileira, que perdura até 1985, e quando surge um regime ditatorial com o qual os estudantes entram em conflito de diversas formas, tanto tomando parte no movimento estudantil em escolas e universidades, quanto com sua destacada atuação nas organizações de esquerda e na luta armada.

Nesse contexto, o movimento estudantil experimenta uma exposição intensa entre 1964 e 1968, e um certo ostracismo entre 1969 e 1976. A partir de então, aos

poucos, com o acúmulo de forças e as mudanças sociais e políticas do final dos anos 1970, o movimento estudantil toma fôlego e consegue, nacionalmente, reconstruir a UNE, e no caso do Ceará, retomar as entidades estudantis.

Ao falar de movimento – movimento social, movimento de oposição, movimento estudantil – devemos ter em mente que “movimento” implica em ação e em relação. O movimento estudantil no período destacado em nosso trabalho é a ação dos estudantes em relação a uma estrutura de representação estudantil imposta por uma série de medidas repressivas. Logo, o conceito de movimento estudantil é um conceito relativo, que se faz a si mesmo assim como ele é feito pelo contexto histórico em que se insere. Essa compreensão traz consigo a noção de relação histórica: a observação do movimento estudantil só se dá em um decorrer de tempo, ao se desenrolar uma ação, em suma, em um “acontecendo”.

Negar a existência de movimento estudantil nesse período em que as movimentações estudantis ficaram obscurecidas é negar o que possibilitou as eleições para a UNE e o DCE em outubro de 1979. É negar o alicerce sobre o qual se construiu a “reconstrução” das entidades.

“Movimento estudantil” é uma categoria histórica construída a partir de observações concretas, e não uma categoria abstrata. Sendo um fenômeno histórico, vemos o movimento estudantil como pertencente ao seu tempo. Os estudantes da década de sessenta, que saíram nas ruas contra a ditadura, são radicalmente diferentes dos estudantes da década de setenta, que buscavam a anistia ampla, geral e irrestrita e as eleições diretas. A relação histórica entre homens e mulheres, suas experiências enquanto estudantes, constituem diferentes “movimentos estudantis”, embora algumas permanências existam. As rupturas foram grandes demais, da mesma forma que as mudanças na sociedade em que esses estudantes se encontram inseridos.

A construção de uma memória em torno da ditadura, feita pelos partidos, pelos militantes e pelos estudiosos, acabou por mitificar o ano de 1968, e a transformar aquele movimento estudantil possível naquele instante em modelo a seguido, em exemplo a ser glorificado. Para as esquerdas, a bravura de seus heróis e a covardia da ditadura minimizavam suas derrotas. Para as pessoas que viveram e sofreram aquele período, tornava possível conviver com aquele passado.

De acordo com Daniel Aarão, como já falamos mais pormenorizadamente, existem quatro campos principais de memória sobre o período da ditadura civil-militar e a resistências das esquerdas. Muitos livros já foram publicados, muitos debates já aconteceram. Hoje, a disputa em torno da memória dos anos 1960 e 1970 é uma disputa política. Após uma anistia que colocou num mesmo patamar torturadores e torturados, após uma redemocratização que preservou no poder homens fortes da ditadura, após a ascensão política de ex-líderes estudantis, a memória tornou-se o novo campo de batalha. Nesse campo, a ditadura perdeu, sendo demonizada por muitos, e até mesmo renegada por vários de seus apoiadores mais entusiastas. Mas a palavra forte não era disputa, não era busca, era conciliação, uma conciliação muito próxima do esquecimento.

A partir de 1979, começou-se a escrever sobre a ditadura. Desde livros autobiográficos, como *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, lançado em 1979, *Os Carbonários*, de Alfredo Syrkis, lançado em 1980, e *1968, o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, de 1988 (o último um misto de autobiografia e reportagem); a livros de análise histórica, como *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, cuja primeira edição data de 1988 (e como o autor nos alerta, tem um pouco de autobiografia), *A revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis Filho, de 1989, e *O fantasma da Revolução Brasileira*, de Marcelo Ridenti, de 1993. Além de filmes, reportagens, romances, novelas, miniséries...

A forma como o governo trata a memória do período também é sintomática. Manter indisponível grande parte da vasta documentação produzida no período, a destruição de documentos e até mesmo o seu esquecimento nos passa a mensagem de que algo não deve ser lembrado.

Setores das esquerdas foram os maiores responsáveis pela construção eficaz de uma memória sobre a resistência ao regime ditatorial. Como já era prática de partidos como PCB e PC do B, era preciso fazer a História ficar ao seu lado. Juntamente com partidos que estavam surgindo após a Anistia, como PT e PMDB, a necessidade de se criar uma memória sobre o período se impunha como forma de legitimar suas lutas e sua existência.

A partir dessa necessidade, foram construídos mitos, fatos a serem celebrados, heróis, datas. Assim como antes da ditadura (e principalmente antes da queda do muro de Berlin, no final de 1989) era celebrada a Revolução Russa, a

Revolução Chinesa, a Revolução Cubana, Marx, Lênin, Stálin, Mão, Che Guevara, Fidel, outros ícones precisavam ser criados.

O movimento estudantil de 1968 tornou-se o principal ator na resistência à ditadura. Aqueles jovens abnegados que lutavam pela liberdade no Brasil; a guerrilha urbana, onde novamente jovens idealistas pegavam em armas para defender o povo oprimido pelo regime; a guerrilha do Araguaia, foco de guerrilha rural que corajosamente ambicionou derrubar o regime dos generais. Dentre os heróis, Lamarca, o brilhante oficial que mudou de lado em nome da democracia; Marighela, cruelmente assassinado; Frei Tito, o jovem dominicano destruído pela tortura.

Mitificação, quando não, mistificação.

A participação de alguma forma na luta contra a ditadura passava a ser pré-requisito básico para se ter legitimidade para falar em nome do povo, da nação, da democracia.

Surgem novos mitos coesionadores das esquerdas. Se antes tínhamos a revolução inevitável, a missão universal do proletariado e o papel essencial do partido de vanguarda como mitos de coesão, mudaram-se os tempos, trocaram-se os mitos. A revolução já não parecia mais tão inevitável, nem o proletariado tão revolucionário, muito menos o partido tão necessário.

PCB e PC do B tinham de conviver com as perdas de quase vinte anos de ditadura, PT e PMDB tinham que criar bases para se legitimar, as esquerdas tinham de se transformar, embora ainda presas nos velhos jargões. Os mitos criavam uma esquerda combativa, forte e organizada na resistência à ditadura, defensora da democracia e do Estado de Direito.

Interessante lembrar que as organizações de esquerda, que possuíam um fundo teórico-filosófico bem semelhante umas das outras, não defendiam a democracia até meados de 1970, mas sim a ditadura do proletariado. Somente com o avanço da luta pela anistia e pelo fim do regime é que a democracia e a palavra de ordem “liberdades democráticas” ganham força.

Assim, as lutas de 1968 e a resistência ao regime surgem como mito coesionador e legitimador das esquerdas principalmente a partir dos anos 1980.

Em 1979, na abertura do XXXI Congresso da UNE, congresso este que marcou a retomada das atividades da UNE após longo período de ilegalidade<sup>150</sup>, José Serra, ex-presidente da entidade, discursa:

Em nome dos estudantes que construíram a UNE, na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo;  
 Em nome dos estudantes de minha geração, que lutaram por um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia para o povo brasileiro;  
 Em nome da UNE que presidi e que foi devastada e incendiada pelas forças da repressão, como baluarte que era da resistência democrática e antigolpista;  
 Em nome dos estudantes que durante quinze anos de prepotência, arbítrio e violência repressiva souberam manter viva a chama da resistência e do protesto;  
 Em nome dos estudantes que foram mortos, companheiros de ideal democrático que legaram a todos nós o protesto mudo e generoso dos seus corpos mutilados;  
 Em nome de todos nós, estudantes de ontem e de hoje, de todos nós que lutamos para livrar a nação das amarras destes quinze anos de regime ditatorial;  
 Declaro aberto o 31º Congresso Nacional dos Estudantes!<sup>151</sup>

Nesse trecho do discurso de José Serra, na abertura do congresso de reconstrução da UNE em Salvador, já podemos ver muitos dessas mitificações em torno da geração de estudantes de 1968. Cenas que voltam a ser desenhadas a cada período eleitoral, quando a evocação de um passado de lutas surge através de fotos preto e branco de cenas de manifestações de estudantes ou embates entre estes e as forças repressoras.

Também na fala de João Alfredo temos um exemplo interessante de evocação de 1968. Após a polêmica criada pelo grupo de orientação mais à direita liderado por Ciro Gomes na Faculdade de Direito a cerca da legitimidade das eleições para o Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito, envolvendo inclusive os jornais, ele nos fala que a posse foi um sucesso. Tratando da posse, João Alfredo dá ênfase ao fato de que sua gestão foi empossada pelo último presidente do CACB, do ano de 1968, Inocêncio Uchoa: “Então o Inocêncio nos empossa, retomando o centro acadêmico de 68 para 79.”. Em momento seguinte, ele continua: “Se a gente olhar no Brasil o que foi 68 e no mundo, eu acho

<sup>150</sup> A UNE - União Nacional dos Estudantes- foi posta na ilegalidade, juntamente com as Uniões Estaduais dos Estudantes, logo após o golpe civil- militar de 1964.

<sup>151</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. ( pg. 71 )

que 79 é um pouco a retomada disso, desse clima de mobilização.”. E falando do caso específico da Faculdade de Direito:

Então, por exemplo, no nosso caso especificamente, quer dizer, casa a reabertura do centro acadêmico, com a Anistia. O último presidente estava na clandestinidade, que era o Inocêncio Uchoa. Nesse período é que ele nos empossa. 79 continua 68. Em 69 o CACB é fechado, em 79 é reaberto e é o Inocêncio, presidente em 68, que empossa o presidente em 79.

A mobilização de 1979 é diferente daquela de 1968. O Centro Acadêmico é diferente. A busca de semelhanças, de vínculos, as tentativas de ligar uma coisa a outra mais nos parece como tentativas de legitimar aquele movimento e aquela gestão que um grupo de estudantes da Faculdade de Direito tentava deslegitimar. O que fez da gestão de João Alfredo no CACB legítima foram os votos de 40% dos estudantes de Direito, não a presença do último presidente na posse. Mas esta presença se torna significativa na construção de uma identidade para aqueles estudantes.

De forma semelhante, os fantasmas de 1968 ganham importância para as (re)nascentes esquerdas brasileiras como mito coesionador e legitimador de suas práticas, discursos e aspirações. Enaltecer o movimento de 1968 torna-se muito mais importante do que lembrar o trabalho desenvolvido nos anos 1970. Mostrar as grandes passeatas evoca maior poder simbólico do que o trabalho cotidiano junto e a favor dos estudantes. Falar que não houve movimento entre 1969 e 1976 faz da retomada das entidades um feito de maior valor político.

A experiência construída pelos estudantes no decorrer da década de 1970 nos corredores e salas das universidades perde espaço na memória para as grandes passeatas dos anos 1960. 1968 se torna depositário de maior legitimidade por sua visibilidade do que os dez anos em que a UFC permaneceu sem entidades estudantis, o que para muitos bastava para que não houvesse movimento estudantil. Mas com suas vivências cotidianas, os estudantes mostraram o quanto se pode construir.

## CONCLUSÃO

Ao iniciar esta pesquisa sobre o movimento estudantil, logo de antemão surgia uma reserva. Após participar do movimento estudantil, tínhamos medo de fazer deste trabalho uma “história militante do movimento estudantil”. Também já estávamos carregados de preconceitos: a visão romantizada do movimento estudantil dos tempos de ditadura militar; o heroísmo dos estudantes que se voltaram para a luta armada; a pretensa ingenuidade dos estudantes antes da intensa mobilização dos anos 1960; a motivação da desmobilização do movimento estudantil a partir do final da década de 1980 como sendo causada pelo emparelhamento entre partidos políticos e entidades estudantis e pela corrupção de estudantes envolvidos nos processos de confecção das identidades estudantis.

Entrando em contato com a documentação no decorrer da própria pesquisa, a “coisa mesma” foi ficando mais nítida. Somente através da empiria, do contato direto com as fontes, percebe-se a dimensão real do objeto a pesquisar. Esse movimento estudantil que buscávamos conhecer era um caso único, não se aproximava dos modelos mais conhecidos, como os casos estudados e difundidos do Rio de Janeiro e São Paulo. Também não se parecia com o movimento estudantil cearense nem no período anterior a 1969, nem do período posterior a 1979. Durante esses dez anos, as experiências estudantis se refizeram de uma ruptura com as práticas que proporcionaram o auge do poder simbólico estudantil, atravessaram o ponto máximo da repressão do regime ditatorial e chegaram transformadas à abertura política.

Ao nos depararmos com os vestígios deixados por esses estudantes, um choque nos veio na forma de questionamento: Como podem afirmar que após 1968 não houve mais movimento estudantil? Nos estudos sobre o movimento estudantil cearense e nos relatos de ex- militantes que atuaram até 1968, esse tema se repete. A romantização do movimento estudantil aos poucos vai cedendo espaço para uma visão mais próxima da realidade. Não se pode mais dizer que durante a ditadura os estudantes estavam mais mobilizados devido à repressão. Pelo contrário, foi o recrudescimento da repressão a partir de 1969 que obrigou os estudantes a passarem de um movimento de massas de caráter revolucionário para um movimento reivindicativo voltado para dentro das universidades.

1968 é um mito para o movimento estudantil. Tanto para os estudantes de 1979 quanto para os estudantes da atualidade, relembrar o “meia-oito” e reivindicar laços de proximidade aparece como forma de legitimação do movimento estudantil, e este “passado de glória” continua como um fantasma não só na memória, mas nas práticas estudantis. As experiências estudantis dos anos sessenta e setenta contribuíram muito para o crescimento dos estudantes como sujeitos políticos distintos. Mas suas práticas não encontram mais lugar nas universidades hoje e já na segunda metade dos anos 1970 mostravam sinais de enfraquecimento:

Feitas as contas, a classe média, a universidade, o estudantado e as formas de produção cultural tinham passado por extensas e intensas transformações. E, no entanto, em 1977 e nos anos seguintes, a subcultura específica dos militantes da esquerda estudantil parece ter impedido que se indagasse das raízes profundas da não adesão da “massa” estudantil às formas de participação propostas em 77, tão nitidamente inspiradas na memória de 1968. Desde então, o que se viu foi um processo de acentuada ritualização das atividades estudantis e de visível aparelhamento (uso das eleições estudantis para legitimar chapas de esquerda) da UNE e demais entidades.<sup>152</sup>

Assim, pelo mito, 1968 sempre pareceu muito próximo. E o poder simbólico do movimento estudantil, que nesse ano atingiu seu ponto culminante, tende a se estabelecer como *o movimento estudantil*. Respeitando a historicidade de cada manifestação do movimento estudantil, entendemos que tivemos no Ceará e no Brasil muitos “movimentos estudantis” diferentes e que temos de respeitar sua especificidade e compreender as rupturas e permanências que lhes deram origem.

Diante de tantos “movimentos estudantis”: daquele de 1968, do de 1969, do movimento que começou a reabrir as entidades representativas dos estudantes em 1979, até o movimento estudantil da atualidade; questões do passado, do presente e do futuro se misturam. Isso porque quando falamos em passado, presente e futuro, levamos em consideração as mudanças ocorridas. Muitos dos desafios que foram postos aos estudantes nos anos 1960 e 1970 continuam inquietando os estudantes de hoje, como o problema da falta de verbas para o ensino, a Reforma Universitária proposta pelo governo, que muito difere das propostas de professores e estudantes

---

<sup>152</sup> MARTINS FILHO, João Roberto (org). *1968 faz 30 anos*. Campinas: FAPESP, Editora da UFSCar, Mercado de Letras; 1998. (pg 23)

universitários e uma reivindicação do início da década de sessenta: a paridade entre professores, servidores e estudantes nas decisões da universidade.

Apesar da familiaridade das experiências, o que salta aos olhos é a estranheza. O contato com aquilo que é, mas não é mais, o movimento estudantil de ontem, ao mesmo tempo tão parecido e tão diverso deste que temos hoje, nos faz entender como a alteridade contribui para a nossa compreensão. Ao mesmo tempo, o que o movimento estudantil de 1969 a 1979 tem em comum com o movimento estudantil de hoje determina as nossas hipóteses prévias e orienta nossa compreensão. Isso porque é impossível compreender o presente pelo presente ou o passado pelo passado; só se pode entender o presente a partir da distância que ele tem com o passado, na sua historicidade; e vice-versa. Olhamos para os “movimentos estudantis” pretéritos com os olhos e as problemáticas do presente e é o entendimento destes que nos proporciona compreender hoje o movimento estudantil.

O movimento estudantil de 1969 é diferente daquele que atuava em 1968 assim como estes dois primeiros se distinguem do movimento reorganizado em 1979, pois é a história que produz o conjunto das condições que determinam um ser particular, sujeito de sua ação histórica. Assim, mesmo que muitas características do movimento estudantil da década de 1960 tenham servido de exemplo para os estudantes no final da década de setenta e que tenha sido reivindicado, como ainda é hoje, como exemplo de um movimento grande e forte, as mudanças na história e na sociedade impõem um movimento estudantil diverso.

Durante os dez anos em que as entidades estudantis da UFC permaneceram fechadas e que seus estudantes estiveram atados a uma representação discente imposta, o Brasil, o Ceará e o mundo sofreram muitas mudanças. Em 1969, só havia uma única universidade em nosso estado, a UFC. Em 1979, eram três instituições de ensino superior: Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará e a Universidade de Fortaleza, sendo esta última uma instituição privada. O número de universitários aumentara consideravelmente. A UFC, que antes tinha a maior parte de seus cursos na área do Benfica e do Centro da cidade, agora contava com o Campus do Pici como grande concentração de estudantes.

No movimento de reabertura das entidades, evocar 1968 era buscar uma legitimação. Mas a universidade não era mais a mesma, assim como a própria juventude estava mudada. A retórica revolucionária perdia espaço para lutas

voltadas para a política universitária, a assistência estudantil, a área cultural. No campo dos movimentos sociais, o movimento estudantil dividia espaço com o movimento feminista, movimento pela reforma agrária, movimento pela anistia e pelas eleições diretas, onde os estudantes se diluíam na massa de manifestantes.

1968 foi o ano de maior destaque do movimento estudantil. Movimento de massas, de caráter revolucionário, estava em luta explícita contra o regime ditatorial, o imperialismo norte-americano e o capitalismo. Com o Ato Institucional nº.5 e as medidas repressivas específicas aos estudantes universitários – como o Decreto-lei 228, que alterava o sistema de representação estudantil, a Lei 5.540, lei da reforma universitária, e o Decreto-lei 477, que punia estudantes, professores e servidores de instituições de ensino envolvidos em atividades “subversivas” – ocorre uma ruptura na história do movimento estudantil. Fechamento e reestruturação das entidades estudantis, controle e repressão sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes e para os estudantes: com variações regionais ou até mesmos locais, de universidade para universidade (já que cada instituição era livre para avaliar o tipo de organização discente que lhe era mais conveniente), a liberdade de ação do movimento estudantil estava profundamente cerceada. Em nosso caso específico, a UFC foi especialmente rígida.

Houve então um refluxo do movimento estudantil, que teve de se adaptar às novas condições impostas. Os estudantes perderam a visibilidade de suas atividades, que passaram a se desenrolar internamente à Universidade. O movimento adquiriu uma postura reivindicativa. Isso leva a uma análise equivocada de que no período não existia movimento estudantil. Especialmente em uma realidade como a cearense, onde a entidade estudantil representativa, com diretoria eleita através do voto direto, só foi possível já no final de 1979, e mesmo assim, numa situação de semi-ilegalidade, já que não tinha o reconhecimento da universidade em que funcionava, mas somente concessão para existir.

Os estudantes de 1968 eram diferentes dos estudantes de 1979, sendo que ambos foram sujeitos *do* e *no* seu tempo. Negar a legitimidade do movimento estudantil de 1969 a 1979 é negar a luta implícita e informal travada nos espaços de atuação permitidos para continuar existindo e atuando. Subvertendo as regras ao mesmo tempo em que se mantinham no limite do sistema, os estudantes, se organizando, buscavam desorganizar uma representação estudantil imposta para se

reorganizarem dentro de um outro sistema representativo do movimento estudantil, mais condizente com suas necessidades e com suas memórias.

## FONTES

### **1. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel**

\* Setor de Periódicos

Jornal “O Povo” (1968 – 1979)

Jornal “Tribuna do Ceará” ( 1968-1979)

### **2. Instituto Memória do Povo Cearense (IMOPEC)**

Jornal “Mutirão” (1977-1979)

### **3. Depoimentos colhidos**

I. Bráulio Eduardo Pessoa Ramalho – Estudante do Curso de Filosofia Estadual (Faculdade de Filosofia do Ceará – FAFICE – escola agregada à UFC) de 1967 a 1970. Foi diretor do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino na gestão de 1968 e conselheiro do DCE no mesmo ano. Autor do livro *Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968*. Hoje é professor na Universidade Estadual do Ceará e na Universidade de Fortaleza. Entrevista realizada em 03/ 10/ 2005, em sua sala na Unifor.

II. Elísio Cartaxo – Estudante do Curso de História de 1977 a 1981. Foi Presidente da Associação Atlética e Cultural do Centro de Humanidades e participou de duas operações do Projeto Rondon no Estado do Ceará. Hoje é funcionário da Universidade Federal do Ceará e artista plástico. Entrevista realizada em sala do Departamento de Assistência ao Servidor da UFC, em 05/11/2007.

III. Fausto Nilo Costa Júnior- Estudante do Curso de Arquitetura de 1965 a 1970. Foi vice- presidente do DCE na gestão de 1968. Hoje é arquiteto e músico. Entrevista realizada em 07/ 04/ 2005, em seu escritório.

IV. Francisco José Pinheiro – Estudante do Curso de História de 1976 a 1980. Foi representante no conselho departamental e militante de esquerda. Hoje é professor da Universidade Federal do Ceará e, no momento da entrevista, vice-governador do Estado do Ceará. Entrevista realizada na Vice-Governadoria, em 12/12/2007.

V. Helena Serra Azul Monteiro. Helena Serra Azul Monteiro- Estudante do Curso de Medicina de 1967 a 1976, foi do Centro Acadêmico de Medicina em 1968. Hoje é

professora da Faculdade de Medicina da UFC, e no momento da UFC, presidente da Associação dos Docentes da UFC, ADUFC. Entrevista realizada em 24/05/2007, em sua sala como presidente da Associação dos Docentes da UFC (ADUFC).

VI. João Alfredo Telles Melo – Estudante da Faculdade de Direito de 1977 a 1981. Foi presidente do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua na gestão de 1979. Hoje é deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Entrevista realizada em 14/ 10/ 2005, em seu escritório como deputado.

VII. José Ricardo Brígido de Moura – Estudante do Curso de Engenharia Civil de 1973 a 1977. Foi bolsista da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, monitor da disciplina de Cálculo, fez parte da Operação Mauá e da Missão Técnica de Israel-Brasil. Hoje trabalha no Banco Central e é professor. Entrevista realizada em 04/09/2007 no Banco Central.

VIII. Luis Carlos Paes de Castro- Estudante do Curso de Engenharia Mecânica, de 1974 a 1980. Foi presidente do DCE na gestão de 1979 e militante do PC do B. Hoje é funcionário do Banco Central e no momento da entrevista, presidente municipal do PC do B. Entrevista realizada em 02/ 03/ 2005, na sede municipal do PC do B.

IX. Maria Cláudia Nogueira Lima- Estudante do Curso de Ciências Sociais de 1972 a 1975. Fez parte da Operação Mauá, do Projeto Rondon do Estado do Ceará, do CRUTAC, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, e foi monitora da disciplina Sociologia do Desenvolvimento. Também formada em Psicologia, hoje tem um consultório de Psicologia. Entrevista realizada em 04/09/2007, em seu consultório.

X. Rosa Maria Ferreira da Fonseca- Estudante do Curso de Ciências Sociais de 1969 a 1976. Foi representante estudantil e militante da Ação Popular. Hoje é professora aposentada e faz parte do grupo Crítica Radical. Entrevista realizada em 21/ 03/ 2005, na sede do Crítica Radical.

XI. Walda Viana Brígido de Moura- Estudante da Faculdade de Odontologia de 1974 a 1978. Foi representante estudantil na Faculdade de Odontologia e fez parte do Projeto Rondon Nacional. Hoje é professora da Faculdade de Odontologia na UFC, coordenadora do Projeto Rondon na UFC, e coordenadora do Núcleo de Ação Comunitária da Pró-reitoria de extensão da UFC. Entrevista realizada em 28/08/2007, em sua sala na Pró-reitoria de Extensão.

#### **4. Estatutos e Regimentos da Universidade Federal do Ceará**

- \* Estatuto da Universidade Federal do Ceará (adaptado à legislação da Reforma Universitária). Aprovado pelo Conselho Federal de Educação em sessão de 13 de fevereiro de 1969, conforme Parecer nº 108/ 69.
- \* Estatuto e Regimento da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, através dos Pareceres nº 502/ 70 e 112/71, da Câmara de Ensino Superior, datados, respectivamente, de 25/ 06/ 1970 e 03/ 02/ 1971.
- \* Estatuto da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº 414/ 75, datado de 03/02/ 1975, homologado pelo Sr.Ministro da Educação e Cultura.
- \* Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº 429/75, datado de 04/ 02/ 1975, homologado pelo Sr.Ministro da Educação e Cultura.
- \* Estatuto da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº 212/82, de 04/05/1982.
- \* Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará. Aprovado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer nº 212/ 82, de 04/ 05/ 1982.

#### **5. Secretaria do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará.**

- \* Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Universitário (1969-1979).

#### **6. Arquivo Geral da Universidade Federal do Ceará.**

- \* Processos Administrativos e Contábeis (1969-1979)

#### **7. Biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).**

- \* Decreto - Lei nº. 228, de 28 de fevereiro de 1967 (Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências). LEX- Coletânea de Legislação. Ano XXXI, 1967. Legislação Federal e Marginalia. Janeiro - Fevereiro. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1967.

\* Lei nº. 5. 540, de 28 de novembro de 1968 (Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências). LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXII, 1968. Legislação Federal e Marginalia. Outubro- Novembro- Dezembro. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1968.

\* Decreto-Lei nº. 477, de 26 de fevereiro de 1969 (Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências). LEX - Coletânea de Legislação. Ano XXXIII, 1969. Legislação Federal e Marginalia. São Paulo: LEX LTDA Editora, São Paulo, 1969.

\* Lei nº. 6.680, de 16 de agosto de 1979 (Dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição e a instituição de ensino superior, e dá outras providências). LEX – Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Ano XLIII, 1979. Legislação Federal e Marginalia. 3º Trimestre de 1979. São Paulo: LEX Editora, 1979.

\* Portaria nº. 836, de 29 de agosto de 1979, Ministério da Educação e Cultura, Ensino Superior (Estabelece normas às suas instituições sobre o regime disciplinar aplicável ao corpo docente). LEX – Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Ano XLIII, 1979. Legislação Federal e Marginalia. 3º Trimestre de 1979. São Paulo: LEX Editora, 1979.

\* Decreto nº. 84.035, de 1º de outubro de 1979 (Dispõe sobre a destituição das Diretorias de Entidades de Representação Estudantil ns hipótese do parágrafo único do artigo 2º da lei nº. 6.680 de 16 de agosto de 1979). LEX – Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Ano XLIII, 1979. Legislação Federal e Marginalia. 4º Trimestre de 1979. São Paulo: LEX Editora, 1979.

\* Portaria nº. 1.104, de 31 de outubro de 1979, Ministério da Educação e Cultura, Ensino Superior – Generalidades (Dispõe sobre a organização e funcionamento dos órgãos de representação estudantil). LEX – Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Ano XLIII, 1979. Legislação Federal e Marginalia. 4º Trimestre de 1979. São Paulo: LEX Editora, 1979.

#### **8. Senado Federal ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br))**

\* Decreto-Lei N°869, de 12 de setembro de 1969, pesquisa do em setembro de 2007.

\* Decreto N°68.065, de 14 de janeiro de 1971, pesquisado em setembro de 2007.

**BIBLIOGRAFIA**

- ACERVO- Revista do Arquivo Nacional. V. 11, n 1/ 2, Jan/ Dez 1998.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. O Governo Vargas e o Desenvolvimento do lazer no Brasil. *Revista Digital EFDesportes*. Buenos Aires. Ano 10, nº92, Janeiro de 2006.
- AZEVEDO, Kátia. *Mutirão*. Jornal alternativo do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.
- BRASIL NUNCA MAIS, 12ª edição, São Paulo: Vozes, 1986.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- \_\_\_\_\_. *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- CARR, Edward Hallet. *Que é história?* 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CASTRO, Wagner José Silva de. *Meu corpo minha embalagem todo gasto na viagem: artistas cearenses do CPC, da universidade e bares*. Monografia de Pós-graduação. Especialização em Perspectivas e Abordagens em História. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2004.
- \_\_\_\_\_. *No tom da canção cearense: do Rádio e TV, dos Lares e Bares na Era dos Festivais (1963-1979)*. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2007.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Nação, Mito e Rito*. Religião Civil e Comemoracionismo. Fortaleza: NUDOC/UFC; Museu do Ceará, 2005.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- FARIAS, Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1995.
- FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa*. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 10, pg 73-90, 1993.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. 7ª edição. Campinas: Papirus, 2003.
- FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, Cultura e Política: a experiência dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 34ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo : Companhia das Letras, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Imprensa Alternativa: apogeu, queda e novos caminhos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

- JELIM, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S. A./ Siglo XXI de Argentina Editores, 2002.
- KHOURY, Yara Ana. Narrativas Orais na Investigação da História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 22, p.79-103, 2001.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da ditadura*. São Paulo: Editora Scritta, 1991.
- LOVISOLO, Hugo. A Memória e a Formação dos Homens. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio*. Caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'. São Paulo: EDUC, 1998.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de Luta*. Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universitário. (Fortaleza, 1962-1969). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2002.
- MARTINS FILHO, Antonio. *UFC & BNB*. Educação para o desenvolvimento. Fortaleza: UFC, 1990.
- MARTINS FILHO, João Roberto (org). *1968 faz 30 anos*. Campinas: FAPESP, Editora da UFSCar, Mercado de Letras; 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar*. Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.
- MELO, Victor Andrade de. A Educação Física e o Estado Novo (1937 – 1945): A Escola Nacional de Educação Física e Desportos. *Revista Digital EFDportes*. Buenos Aires. Ano 12, nº115, Dezembro de 2007.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*. Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC , nº10, p7-28, 1993.
- PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº10, p29-40, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992.

- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 15, p 13-33, 1997.
- \_\_\_\_\_. Sonhos Ucrônicos .Memórias Possíveis dos Trabalhadores. In : *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº10, p.41-58, 1993.
- \_\_\_\_\_. História Oral como Gênero. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 22, p.9-36, 2001.
- RAMALHO, Bráulio. *Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968*. Rio- São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 -1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão et alli. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo !970- !980. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- SAVIANI, Demerval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. São Paulo: Autores Associados, 1998.
- SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política*. Estudo de um movimento (RN – 1960-1969). São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- ROSSI, Clóvis. *Militarismo na América Latina*. 4ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- THOMPSON, Edward P. Prefácio. In: *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da liberdade . São Paulo: Paz e Terra, S/D.
- \_\_\_\_\_. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Administração Fernando Leite*. Coleção Documentos Universitários. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

VASCONCELOS, José Gerardo. *memórias do silêncio: Militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: UFC Edições, 1998.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.



